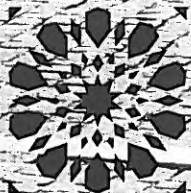


Câmara Municipal de Ovar

prestação de contas | 2012



OVAR
CÂMARA MUNICIPAL

Q
A
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
M. U.
[Handwritten signature]
V. H.
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR
REUNIÃO DE 04/04/2013
DELIBERAÇÃO
N.º 182/2013
Deliberada, por maioria, e em a ausência dos Senhores Vereadores do PSD, aprovar o relatório de gestão e os documentos de prestação de contas e remetê-los a Assembleia Municipal.

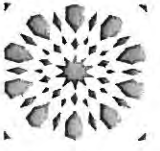
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OVAR
REUNIÃO DE 19 / 04 / 2013
DELIBERAÇÃO
Deliberado por maioria, e em ausência dos Senhores Vereadores do PSD, BE e PCP, e em presença dos Senhores Vereadores do PSD, aprovar o Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas de 2012 do Município de Ovar, em conformidade com o previsto no Regulamento Interno da Assembleia Municipal.

INDICE

I.	RELATÓRIO DE GESTÃO	
	Enquadramento Macroeconómico.....	1
1.	INTRODUÇÃO	2
2.	A EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO NO ANO DE 2012.....	13
3.	MOVIMENTOS FINANCEIROS	27
3.1	Movimentos Financeiros	27
3.2	Saldo da Gerência	27
4.	EVOLUÇÃO ECONÓMICO- FINANCEIRA	29
4.1	Demonstração de Resultados.....	29
4.1.1.	Evolução dos Proveitos	30
4.1.1.1	Venda de Bens e Prestação de Serviços.....	31
4.1.1.2	Impostos e Taxas	33
4.1.1.3	Transferências e Subsídios Obtidos	35
4.1.1.4	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	37
4.1.1.5	Proveitos e Ganhos Financeiros	37
4.1.1.6	Proveitos e Ganhos Extraordinários	38
4.1.2.	Evolução dos Custos.....	40
4.1.2.1	Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	41
4.1.2.2	Fornecimento e Serviços Externos	41
4.1.2.3	Custos com o Pessoal	45
4.1.2.4	Transferências e Subsídios Correntes Concedidos	46
4.1.2.5	Outros Custos e Perdas Operacionais	48
4.1.2.6	Custos e Perdas Financeiras	48
4.1.2.7	Custos e Perdas Extraordinários	49
4.2	Análise Comparativa da Evolução da Estrutura do Balanço	50
4.2.1	Análise da Estrutura do Ativo.....	52
4.2.1.1	Análise da Estrutura do Imobilizado.....	53
4.2.1.2	Análise das Existências	53
4.2.1.3	Análise das Dívidas de Terceiros	54
4.2.1.4	Análise das Disponibilidades.....	55
4.2.1.5	Análise dos Acréscimos e Diferimentos	56
4.2.2	Análise da Estrutura do Passivo	56
4.2.2.1	Análise do Passivo – Médio e Longo Prazo.....	57
4.2.2.2	Análise do Passivo – Curto Prazo.....	59
4.2.2.3	Análise dos Acréscimos e Diferimentos	60
4.2.3	Análise da Estrutura dos Fundos Próprios	63
4.2.4	Indicadores de Análise	64
4.3	Endividamento Municipal.....	65
4.3.1	Enquadramento.....	65
4.3.2	Limites Legais do Endividamento	67
4.3.3	Dívida Desagregada por Rubricas	69
4.3.4	Lei dos Compromissos	70
5.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	72
6.	BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	73
7.	ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	76
II.	CONTABILIDADE DE CUSTOS	91
III.	OUTROS DOCUMENTOS	

Muni
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



OVAR
CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signatures in blue ink]

[Handwritten signature in black ink]

[Handwritten signature in blue ink]

A

[Handwritten signature in black ink]

I. RELATÓRIO DE GESTÃO

1. INTRODUÇÃO

I - RELATÓRIO DE GESTÃO

Enquadramento Macroeconómico

Nos meses de outubro e novembro de 2012, o FMI, a CE e a OCDE divulgaram as previsões de Outono, contendo uma atualização das projeções macroeconómicas de 2012 a 2014. Face às previsões de Primavera, o PIB mundial foi revisto em baixa para 2012 e especialmente para 2013, abrangendo quer as economias avançadas, quer os países emergentes e em desenvolvimento (com destaque para a Índia em ambos os anos e para o Brasil em 2012). No que diz respeito aos países da área euro, a persistência da crise da dívida soberana tem tornado evidentes as dificuldades no desenho institucional de mecanismos que assegurem a sua resolução, com impacto nos custos de financiamento e nos níveis de confiança dos agentes económicos. O prolongamento do enfraquecimento da economia da área do euro deve-se aos efeitos não só da crise da dívida soberana, mas também às repercussões do processo de desalavancagem do setor bancário à economia real, num quadro de ajustamento dos balanços das famílias e das empresas, e ao impacto da maior restritividade das políticas orçamentais na generalidade dos países¹.

No ano de 2012, a economia portuguesa continuou marcada pelo processo de ajustamento, enquadrado pelo Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF), sofrendo o impacto imediato das medidas de consolidação orçamental, assim como de condições de financiamento restritivas, no quadro do processo de desalavancagem ordenada e gradual do setor bancário e da persistência de tensões associadas à crise da dívida soberana na área do euro. A informação sobre a evolução recente da atividade económica portuguesa aponta para uma contração do produto interno bruto de 3.0 por cento em 2012. Esta evolução resulta de uma queda expressiva e generalizada da procura interna, que contrasta com o crescimento das exportações ao longo do ano².

A taxa de desemprego estimada para o nosso país, relativa ao 4º trimestre de 2012, foi de 16,9%, sendo que este valor é superior em 2,9 pontos percentuais ao do trimestre homólogo de 2011³.

A taxa de inflação média anual foi de 2,8%, registando uma diminuição face a 2011, ano em que se fixou em 3,7%⁴.

De acordo com os números da síntese de execução orçamental de dezembro, publicadas pela Direcção-Geral do Orçamento, o saldo provisório das administrações públicas, relevante para efeitos de aferição do cumprimento do PAEF, ascendeu a -8.328,8 milhões de euros, inferior ao limite estabelecido (9.028 milhões de euros)⁵.

¹ Boletim Mensal da Economia Portuguesa, nº 11, novembro 2012

² Banco de Portugal, Boletim Económico, inverno 2012

³ INE, estatísticas de emprego, 13 de fevereiro 2013

⁴ INE, índice de preços no consumidor, 11 de janeiro 2013

⁵ DGO, Síntese de Execução Orçamental, janeiro 2013

Este contexto macroeconómico, referido apenas em algumas das suas variáveis, não pode deixar de estar presente na análise da gestão municipal, quer respeitante ao ano de 2012, quer numa perspetiva dinâmica, evolutiva e relacional, inerente aos diferentes indicadores da gestão e das contas do Município.

1. INTRODUÇÃO

A execução do orçamento respeitante ao ano de 2012 encontra-se espelhada no Mapa resumo que se segue, o qual também apresenta a evolução comparada com o ano de 2011.

CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA 2012						
Rubricas	Previsão Corrigida 2012	Receita Cobrada 2012	Taxa de Execução	Valor Relativo	Receita Cobrada 2011	Taxa Crescimento
RECEITAS CORRENTES						
Impostos Directos	10.030.000 €	9.531.001 €	95%	24%	10.149.000 €	-6%
Impostos Indirectos	520.500 €	301.912 €	58%	1%	189.724 €	59%
Taxas, multas e outras Penalidades	418.500 €	456.522 €	109%	1%	376.291 €	21%
Rendimento de Propriedade	4.126.000 €	2.362.324 €	57%	6%	5.682.043 €	-58%
Transferências correntes	6.550.299 €	6.769.635 €	103%	17%	7.466.558 €	-9%
Venda de Bens e Prestações de serviços correntes	3.454.436 €	2.164.051 €	63%	5%	2.508.044 €	-14%
Outras Receitas Correntes	22.000 €	119.945 €	545%	0%	270.715 €	-56%
Total	25.121.735 €	21.705.390 €	86%	54%	26.642.375 €	-19%
RECEITAS CAPITAL						
Venda de Bens de Investimento	5.400.000 €	128.075 €	2%	0%	362.429 €	-65%
Transferência de Capital	11.034.555 €	9.924.888 €	90%	25%	6.869.055 €	44%
Passivos Financeiros	15.986 €	15.986 €	100%	0%	0 €	---
Outras Receitas de Capital	5.000 €	36.757 €	735%	0%	8.241 €	346%
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	5.000 €	20.940 €	419%	0%	580 €	3511%
Total	16.460.541 €	10.126.646 €	62%	25%	7.240.306 €	40%
Saldo da Gerência Anterior	8.557.479 €	8.557.479 €	100%	21%	6.887.433 €	24%
Total Geral da Receita	50.139.756 €	40.389.515 €	81%	100%	40.770.114 €	-1%

Desta execução orçamental evidencia-se o seguinte:

- A receita cobrada pelo Município de Ovar foi de **40 389 515 Euros**, dos quais **21 705 390 Euros** respeitam a receita corrente e **10 126 646 Euros** foram classificados como receita de capital, sendo que o saldo de gerência anterior, integrado por via de Revisão Orçamental conforme dispõe a Lei, foi de **8 557 479 Euros**. Em termos globais, a receita arrecadada em 2012 sofreu um decréscimo de 1%, mantendo-se estável, no patamar de 40 Milhões de euros, ao longo dos últimos 3 anos. Em comparação com a previsão orçamental realizada para o ano, a receita corrente apresenta uma taxa de execução de 86% e a receita de capital de 62%, pelo que considerando o saldo da gerência anterior a taxa de execução global da receita municipal foi de 81%.

- A **receita corrente** cobrada em 2012 revela um decréscimo de 19% em comparação com o ano transato, sendo que os 21,705 Milhões de euros classificados nesta rubrica orçamental correspondem a 54% da receita total. De referir ainda que a execução da receita corrente, ao longo dos últimos dois anos, tem sofrido decréscimos a registar, de 11% e 19% respetivamente. Em concreto importa relevar que a diferença entre a receita arrecadada em 2010 e 2012 é de 8,225

R
O
A

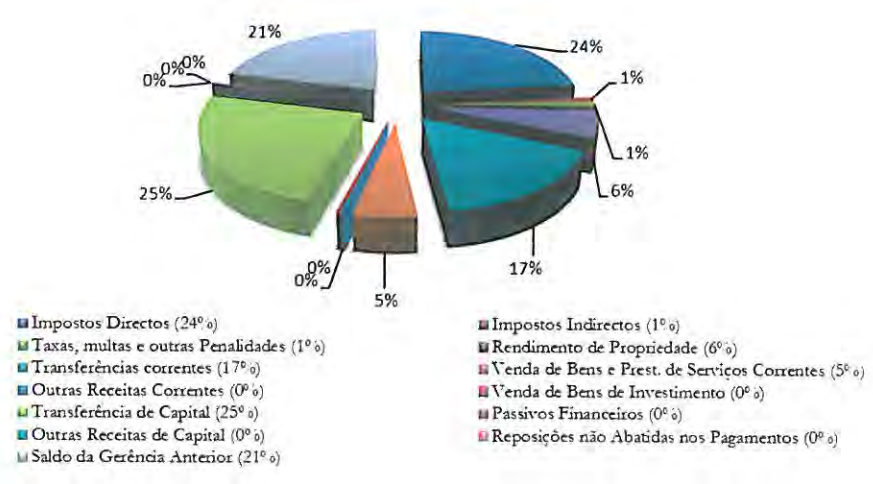
Milhões de Euros, o que neste contexto orçamental deverá considerar-se como um factor a assinalar, em particular face à quebra na arrecadação de impostos e taxas municipais, nas transferências correntes do Estado, às alterações operadas no modelo de exploração e gestão da água e saneamento no Concelho, entre outros.

- A **receita de capital arrecadada em 2012**, excedendo os 10 Milhões de Euros, apresenta um crescimento excepcional de 40%, e um contributo de 25% para a estrutura da receita municipal. Sendo de referir que, nos últimos 3 anos, este crescimento tem sido determinante para a capacidade de execução do Plano de Atividades do Município e para a execução orçamental do município. Na verdade a arrecadação da receita de capital quase que duplicou no último triénio, o que se deve considerar absolutamente excepcional no atual contexto económico e financeiro. Este desempenho financeiro explica-se pelo recurso sistemático a candidaturas e fundos comunitários que contribuem para a realização dos objetivos estratégicos do Município.

M
V
M

O gráfico seguinte ilustra a classificação da receita cobrada pela autarquia em 2012:

Receita Cobrada 2012



Uma observação do desempenho de cada uma das rubricas da **Receita Corrente** permite-nos constatar o seguinte:

No âmbito dos **Impostos Directos** foram arrecadados **9 531 001 Euros**, o que traduz um decréscimo de 6% face à execução desta rubrica em 2011, sendo evidente que esta se mantém como uma das principais fontes de receita municipal, correspondendo a 24% do global. Este ano, observa-se que as quebras registadas no Imposto Municipal sobre transmissões Onerosas de Imóveis, de 43%, e na Derrama de 27%, não foram totalmente compensadas pelo acréscimo observado no IMI, de 7% e no imposto único de circulação, de 13%, por isso, globalmente nos Impostos Directos arrecadou-se menos 618 000 Euros. Acresce referir que, a execução da receita municipal do IMI, fundamental para a Administração Local, foi ainda afetada pela decisão

governamental de fazer participar as autarquias nos custos com as tarefas inerentes a reavaliação dos imóveis, retendo "à cabeça" uma percentagem desta receita, ainda antes da sua transferência para as Câmaras Municipais. Em complemento desta análise, releva-se que o capítulo 4 deste relatório de gestão, no subtítulo 4.1.1.2 – Impostos e taxas apresenta informação adicional à execução orçamental, nomeadamente descrevendo com pormenor a evolução dos proveitos municipais.

- Contrariamente ao ocorrido no ano de 2011, as rubricas de **Impostos Indiretos e Taxas, Multas e outras Penalidades** registaram desempenhos positivos e importantes no contexto das receitas correntes, crescendo 59% e 21% respetivamente no ano de 2012. Assim, deram entrada nos cofres da autarquia 301 912 Euros de impostos indiretos e 456 522 Euros de taxas, multas e outras penalidades. Para esta execução orçamental foi determinante o resultado favorável da ação movida à empresa Lusitaniagás SA, por incumprimento das suas obrigações em matéria de ocupação da via pública com tubos subterrâneos no território concelhio. Nesta rubrica, de ocupação da via pública, a autarquia arrecadou 171 292 Euros. Importa ainda referir que, apesar do crescimento observado, as receitas afetas a Loteamentos e Obras ficaram aquém do previsto, efetivando uma receita de 258 844 Euros. Por fim, uma referência para o contributo proveniente das receitas de mercados e feiras, no valor de 133 384 Euros. **Em conclusão**, as rubricas de Impostos Indiretos e Taxas, Multas e outras penalidades contribuem com 2% para o resultado global da receita municipal. Conforme já referido, o capítulo dos proveitos dedicado a esta matéria do relatório contém informação técnica adicional e complementar.

- A receita proveniente dos **Rendimentos de propriedade foi de 2,362 Milhões** de Euros, o que correspondeu a 57% da execução prevista, estando aqui contabilizadas as receitas do contrato de concessão outorgado com a EDP SA, respeitante à iluminação pública e ainda a execução dos contratos com a ADRA – Águas da Região de Aveiro e com a sociedade Águas do Douro e Paiva. De referir que a transferência da prestação, calendarizada para 2012, contratada com a ADRA SA não foi realizada na sua totalidade, estando pendente cerca de 1,7 Milhões de Euros, o que se prevê possa acontecer em 2013. Este foi também um dos fatos relevantes para a quebra da receita corrente, observada este ano, contrariamente ao programado aquando da adesão do Município de Ovar e da celebração dos contratos com aquela entidade. Os rendimentos de propriedade contribuíram com 6% para a receita global da autarquia em 2012.

- No capítulo das **Transferências Correntes a execução de 6,769 Milhões de euros** superou a previsão orçamental para o ano, contribuindo com 17% para o valor global, muito embora e face a 2011 tenha sido registado um decréscimo de receita de 9%. Aqui se enquadram as transferências do Orçamento de Estado e o resultado das candidaturas aprovadas, na parte correspondente à execução corrente. Este decréscimo explica-se pela redução das transferências do Orçamento de Estado e pelo fato do Município de Ovar ter optado por não ser promotor da candidatura para a realização das Atividades de Enriquecimento Curricular, no ano letivo de

2011/2012. O capítulo 4.1.1.3. do relatório de gestão, subordinado à análise dos proveitos no que respeita às transferências e subsídios obtidos, complementa a informação prestada nesta sede.

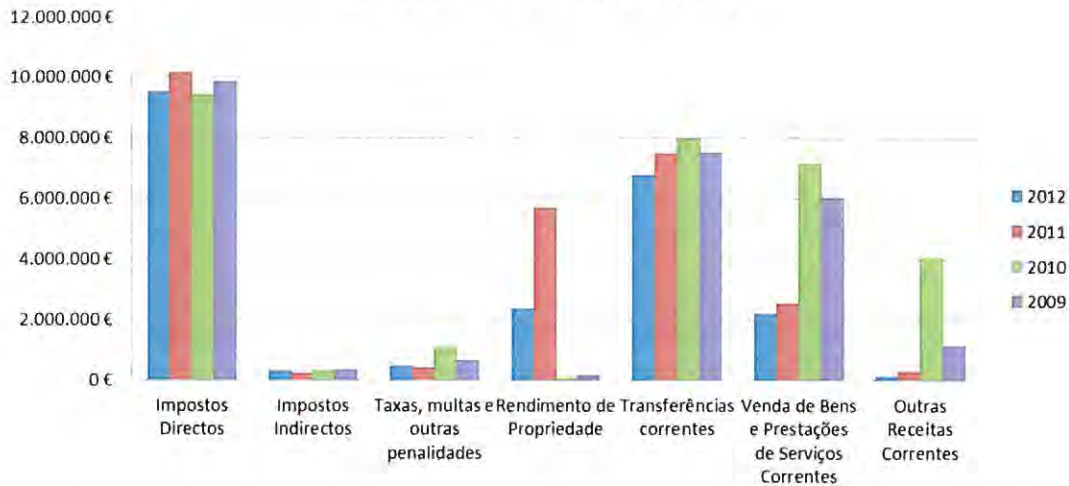
- A receita orçamental da **Venda de Bens e prestação de serviços correntes** foi, no corrente ano, de **2,164 Milhões de euros**, onde se inclui a receita proveniente do funcionamento da Piscina Municipal, do Centro de Arte de Ovar, do serviço de refeições prestado nas Escolas do 1º ciclo, das rendas devidas por contratos celebrados com o Município, do serviço de recolha, transporte e tratamento de Resíduos sólidos Urbanos, entre outros. No contexto global da receita municipal esta tipologia de receita corrente corresponde a 5% do total, sendo que, em 2012, a sua evolução foi negativa apresentando um decréscimo de 14%. O capítulo 4.1.1.1. dos proveitos detalha com pormenor a evolução dos proveitos resultantes da venda de bens e da prestação dos serviços mais relevantes da autarquia. Acresce referir que, nesta matéria, a classificação orçamental não coincide absolutamente com a classificação patrimonial, nomeadamente ao nível da classificação das rendas obtidas pela Câmara Municipal.

Para concluir a análise das receitas correntes, uma referência à rubrica de **outras receitas** que contribui com **119 945 Euros**, um valor residual no contexto global do orçamento, a que corresponde a receita proveniente da faturação à ADRA SA de consumos de energia elétrica e cedência de pessoal, (em 2011), indemnizações recebidas, restituições relativas a consumidores não-domésticos.

Conforme se pode constatar, em 2012, todas as componentes da receita corrente apresentam uma evolução negativa, à exceção dos Impostos Indiretos e das Taxas, Multas e Outras penalidades, as quais, por razões muito específicas, apresentam acréscimos de receita, muito embora o seu contributo no contexto global seja diminuto, pelo que não possuem capacidade real de influência da evolução negativa das receitas correntes.

O gráfico seguinte apresenta a evolução das várias componentes da receita corrente no período de 2009 a 2012, sendo que, em termos globais, a evolução é a seguinte: em 2009 foram arrecadados 25,627 M€; em 2010 o valor ascendeu a 29,930 M€; em 2011 a receita apresenta uma quebra e cifra-se em 26,642 M Euros e em 2012 o decréscimo acentua-se e estabelece a receita corrente no patamar dos 21,705 M Euros.

Receita Corrente Cobrada (2009 a 2012)



No âmbito das **Receitas de Capital** a execução de 2012 foi verdadeiramente excecional, permitindo ao Município arrecadar **10,126 M €uros**, o que representou um acréscimo de 40% face ao ano de 2011, contribuindo decisivamente para manter a receita municipal no patamar dos 40 M €uros. Assim, merece destaque o desempenho da rubrica das **transferências de capital**, a qual cresceu 44%, resultando numa receita de **9,924 M €uros**.

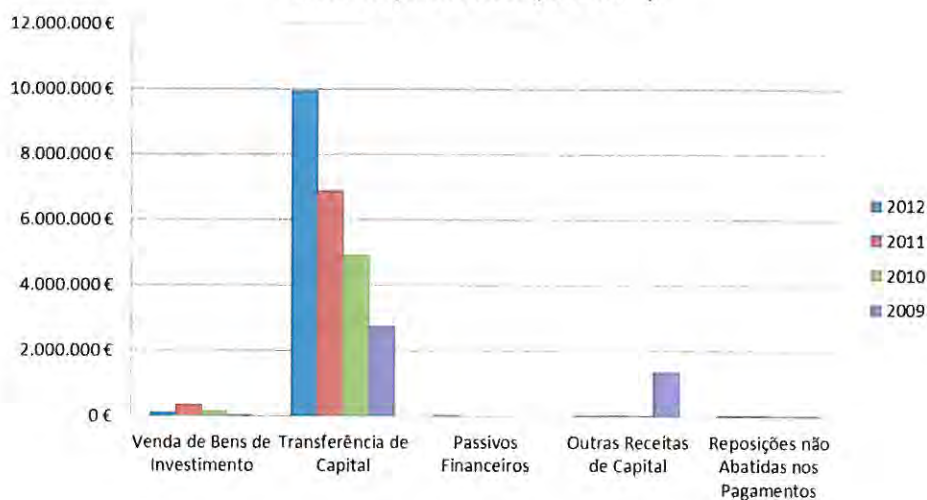
Dado que as receitas provenientes do Orçamento de Estado diminuíram, na parte correspondente ao Capital, o aumento deve-se essencialmente às transferências oriundas do **QREN 2007/2013, nomeadamente do Programa Operacional da Região Centro, do Programa Operacional de Valorização do Território, do Turismo de Portugal**, entre outras. Conforme se constata a importância destas receitas foi decisiva na execução do Orçamento de 2012 e determinante para manter alguma estabilidade financeira na autarquia, no atual contexto de crise que o País atravessa. A importância dos fundos comunitários evidencia-se melhor quando se analisa a execução dos Planos Plurianuais de Investimento e se observa que a grande maioria dos projetos estruturantes do território concelhio obtiveram taxas de financiamento, a fundo perdido, que rondam os 85% do investimento elegível. Na verdade esta tem sido uma oportunidade única de concretizar investimento e de contrariar o ciclo recessivo que se instalou no país e na Europa.

Para além desta receita de capital, encontram-se classificadas neste capítulo as receitas provenientes da venda de bens de investimento, os passivos financeiros, as outras receitas de capital e as reposições não abatidas nos pagamentos, as quais, cumprindo a tradição anterior, assumiram um contributo irrelevante neste contexto orçamental. Importa ainda referir que, apesar da venda de bens de investimento não ter produzido os resultados estimados e ter tido um comportamento negativo, quando comparada com 2011, prosseguem os trabalhos de atualização e reavaliação dos bens imóveis do Município de Ovar, criando, assim, condições para que, em conjuntura mais favorável, este recurso possa ser melhor utilizado.

O gráfico seguinte ilustra a evolução das componentes da receita de capital cobrada no período de 2009 a 2012, ficando muito explícita a importância das transferências de capital obtidas e contratualizadas pela autarquia. De relevar a obtenção da aprovação das candidaturas, mas também a sua gestão, que permitiu ao longo do tempo, uma estabilidade financeira que se tem revelado de valor incalculável para a autarquia. Para este clima favorável é igualmente fundamental a gestão dos projetos ao nível da sua execução e exploração, durante o período de vida útil de cada um, o que corresponde a uma responsabilidade acrescida para a fase seguinte do desenvolvimento municipal.

Assim, e de modo complementar ao gráfico seguinte refira-se que, em 2009 a receita de capital foi de 4,115 M Euros; em 2010 foi de 5,098 M Euros, evidenciando já uma tendência positiva; em 2011 foi de 7,24 M Euros, o que correspondia a um crescimento de verdadeira exceção; em 2012 foi possível arrecadar 10,126 M Euros de receita de capital, o que representa um marco de difícil repetição na história recente da autarquia, ainda mais valorizado se for considerado o fato de não haver recurso efetivo à obtenção de empréstimos de médio e longo prazo, nem à venda de património municipal.

Receita Capital Cobrada (2009 a 2012)



No que se refere à **Despesa assumida e paga pela Câmara Municipal de Ovar em 2012** o mapa do controlo orçamental da despesa evidencia o seguinte:

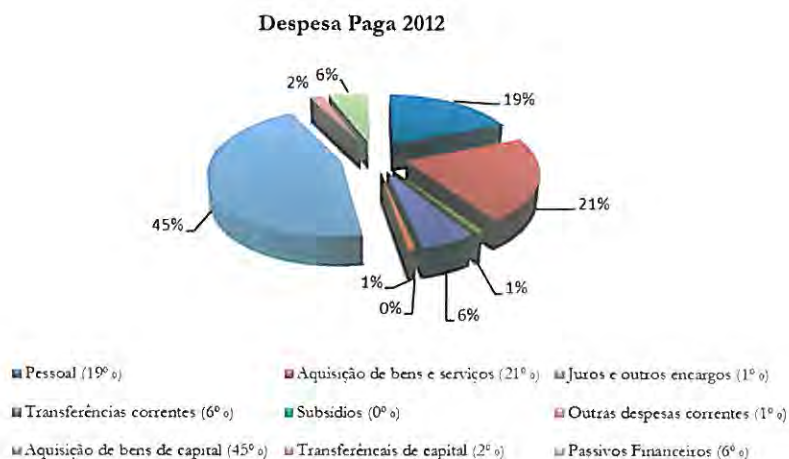
CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA 2012

Rubricas	Previsão Corrigida 2012	Despesa Paga 2012	Taxa de Execução	Valor Relativo	Despesa Paga 2011	Taxa de Crescimento
DESPESAS CORRENTES						
Pessoal	7.420.110 €	6.462.296 €	87%	19%	7.930.803 €	-19%
Aquisição de bens e serviços	9.660.678 €	7.283.549 €	75%	21%	7.727.468 €	-6%
Juros e outros encargos	312.000 €	209.920 €	67%	1%	253.041 €	-17%
Transferências correntes	2.489.030 €	1.885.276 €	76%	6%	2.302.044 €	-18%
Subsídios	11.500 €	0 €	0%	0%	0 €	---
Outras despesas correntes	322.066 €	224.671 €	70%	1%	386.251 €	-42%
Total Desp. Corrente	20.215.384 €	16.065.711 €	79%	47%	18.599.607 €	-14%
DESPESAS CAPITAL						
Aquisição de bens de capital	25.805.872 €	15.313.327 €	59%	45%	10.941.819 €	40%
Transferências de capital	1.110.500 €	616.853 €	56%	2%	1.881.448 €	-67%
Activos financeiros	208.000 €	0 €	0%	0%	0 €	---
Passivos financeiros	2.800.000 €	1.995.172 €	71%	6%	789.760 €	153%
Total Desp. Capital	29.924.372 €	17.925.352 €	60%	53%	13.613.027 €	32%
Total Geral da Despesa	50.139.756 €	33.991.063 €	68%	100%	32.212.634 €	6%

A **Despesa global paga em 2012 foi de 33 991 063 Euros**, repartindo-se em despesa corrente no valor de 16 065 711 Euros e despesa de capital no valor de 17 925 352 Euros, ou seja a despesa de capital foi superior à despesa corrente paga, pela primeira vez na história recente do Município de Ovar, sendo que a despesa de capital correspondeu a 53% do global pago.

Comparativamente com o ano de 2011, a despesa total cresceu 6% no ano de 2012, sendo certo que a despesa corrente foi reduzida em 14% e a despesa de capital cresceu 32%, traduzindo o elevado ritmo de execução do Plano Plurianual de Atividades do Município. A taxa de execução das despesas correntes foi de 79% e a das despesas de capital foi de 60% face ao orçamento, o que globalmente se traduz numa execução orçamental de 68% no ano de 2012. Observando a evolução das despesas correntes, ao longo dos últimos dois anos, contata-se uma redução acumulada superior a 6,2 M Euros, enquanto a Despesa de Capital revela taxas de crescimento sucessivo há cinco anos, ou seja, desde 2008, o que significou duplicar o investimento no período considerado.

O gráfico que se segue ilustra a repartição económica da despesa paga pela autarquia no ano em análise:



A observação deste gráfico conjugado com os dados do mapa que evidencia o controlo orçamental da despesa paga, permite constatar o seguinte:

- a despesa corrente em 2012 foi reduzida em mais 2,5 M €uros, sendo que todas as rubricas da despesa corrente, bem como as transferências de capital, apresentam decréscimos e reduções na execução. As **despesas com pessoal pagas, no valor de 6,462 M de €uros**, foram reduzidas em 19% por comparação com o ano de 2011, baixando o seu contributo na estrutura da despesa orçamental, a qual corresponde a 19% do total da despesa paga. Para esta execução foi determinante a redução do nº de funcionários da autarquia, (conforme se encontra descrito no capítulo da análise de Custos – 4.1.2.3. Custos com Pessoal do relatório), bem como os cortes determinados pela Lei do Orçamento de Estado, nomeadamente no que respeita aos subsídios de férias e de natal, para os trabalhadores da administração local.

- As **despesas com a aquisição de bens e de serviços também sofreram uma redução de 6%**, assumindo um contributo relevante na estrutura global da despesa, **de 21%**, ascendendo a **7,283 M €uros**. Neste capítulo englobam-se os custos com a aquisição de combustíveis e lubrificantes, com refeições confeccionadas, com encargos das instalações municipais, com locação de bens, (por exemplo os monoblocos e instalações provisórias), com contratos para comunicações, estudos, projetos e consultadoria, com serviços de vigilância e segurança, de assistência técnica, trabalhos especializados para as escolas, piscina municipal, serviços de cultura, limpeza urbana, desobstrução de coletores, reposição de pavimentos, iluminação pública, recolha, transporte e tratamento de rsu's e, por fim, encargos com a cobrança de receitas. Nos capítulos dedicados à análise de custos 4.1.2.1 – Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e 4.1.2.2 Fornecimentos e Serviços Externos do relatório de gestão encontra-se retratada a evolução anual da maioria destes custos, pelo que se dispensa, nesta fase, um maior detalhe. Uma última referencia ao facto da maioria destes serviços apresentar uma estrutura deficitária a exigir ponderação futura em matéria de sustentabilidade. Dado o contexto de dificuldades vivido pelas famílias e pelo tecido empresarial, o esforço que tem sido assumido pelo orçamento municipal resulta essencialmente de uma lógica e sensibilidade sociais que constituem um imperativo.

- Na rubrica orçamental dedicada aos **Juros e Outros encargos** estão evidenciados os custos financeiros suportados pelo Município, os quais foram obviamente influenciados pelo comportamento das taxas de juro e pela redução dos passivos financeiros que tem vindo a ser alcançada pela autarquia. Assim, em 2012, o Município suportou 209 920 €uros de juros e outros encargos, o que representou uma redução do valor de 17% face ao ano transato.

- No capítulo das **Transferências Correntes a redução** foi também significativa, ou seja de **18%**, superior a **414 mil euros**, verificando-se que foram **transferidos 1,885 M €uros** destinados às **Juntas de Freguesia, aos Agrupamentos de Escolas, às Instituições Sem fins Lucrativos e às Famílias**. Uma das razões fundamentais para esta redução de valores

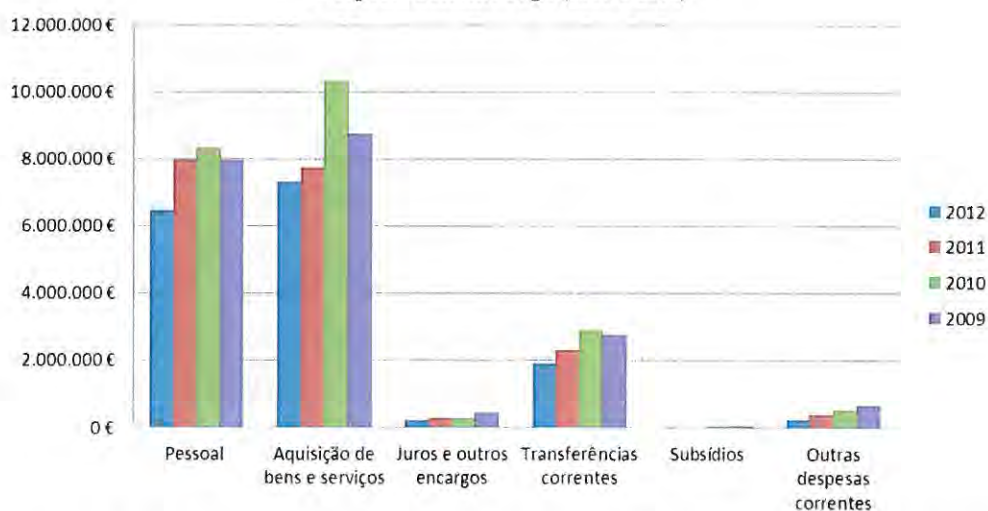
encontra-se explicada pela opção pela não promoção das AEC's conforme já referido. Em sentido contrário encontra-se o valor das transferências para as famílias, que reflete o apoio concedido pela autarquia em matéria de políticas sociais, o qual tem tido um crescimento exponencial, por exemplo o apoio pecuniário para o arrendamento urbano e para as bolsas de estudo concedidas a alunos do ensino superior. Trata-se de um dado revelador da prioridade dada às políticas sociais, no atual contexto.

- Por fim, as **Outras Despesas Correntes** que também observaram um comportamento regressivo, **decrecendo em 42%**, representando um valor relativo residual de 1%, que ascende a **224 671 Euros**.

Em conclusão, as despesas correntes absorvem 47% da estrutura orçamental do Município em 2012 e a sua taxa de execução foi de 79% do previsto.

O gráfico seguinte representa a evolução da estrutura das despesas correntes no último quadriénio, de 2009 a 2012, sendo que globalmente se verifica que, neste período, **a despesa corrente foi reduzida em 4,46 M Euros**, ou seja, passou de 20,535 M Euros em 2009 para 16,066 M Euros em 2012.

Despesa Corrente Paga (2009 a 2012)



No que se refere às **Despesas de Capital** efetuadas pela autarquia em 2012 já foi observado o seu carácter excecional, que se verifica quer ao nível das Aquisições de bens de capital, (correspondendo ao Plano Plurianual de Investimentos), mas também no capítulo dos **Passivos Financeiros**, vulgo amortização de empréstimos de médio e longo prazo. Em concreto e no ano de 2012, o Município de Ovar realizou despesas na aquisição de bens de capital de montante superior a 15,313 M de Euros, efetuou transferências de capital de valor superior a 616 mil Euros e amortizou passivos financeiros no montante de quase 2 M de Euros.

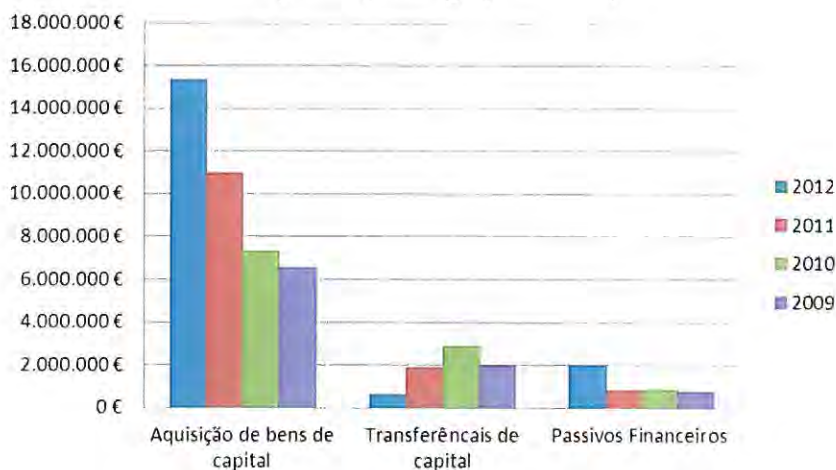
Percentualmente este desempenho financeiro representa **um acréscimo de investimento de 40%** face ao ano de 2011 e no que respeita à amortização de empréstimos contratados, um valor de

153%. Neste relatório, o capítulo 4.3 relata com pormenor a evolução do endividamento municipal, e explica o caráter extraordinário desta execução orçamental. No âmbito das transferências de Capital efetuadas o decréscimo também é acentuado, no valor de 67% pois não se concretizou totalmente o protocolo de delegação de competências na Freguesia de Esmoriz, concluiu-se o Protocolo com o Ministério da Defesa e não se procedeu à transferência para a Cira – Região de Aveiro do valor respeitante ao capital a realizar na sociedade Pólis da Ria de Aveiro e da Barrinha de Esmoriz, dado entender-se que o valor residual em falta não devia efetivar-se sem que a Sociedade Pólis iniciasse investimentos previstos, e ainda não cumpridos, no Município de Ovar.

Por fim, da **Despesa de Capital** prevista para 2012 não se concretizou a participação do Município de Ovar no aumento de Capital da Sociedade ADRA SA – Águas da Região de Aveiro, por causa estranha à autarquia e que tem origem exclusiva naquela empresa de água e saneamento.

Segue-se o gráfico que ilustra a evolução de cada uma das componentes da despesa de capital, no último quadriénio, e conforme já foi referido **a despesa de capital, nos últimos 5 anos**, mais do que duplicou, passando de 8,6 M Euros para 17,9 M Euros.

Despesa Capital Paga (2009 a 2012)



O mapa seguinte apresenta a repartição da **despesa paga em 2012** e a sua evolução comparada com o ano anterior, a partir de uma **classificação da despesa orgânica**, ou seja, em função do Organigrama em vigor no Município de Ovar. Trata-se de despesa idêntica organizada segundo um critério diferente.

Rubricas	Previsão	Despesa	Taxa de	Valor	Despesa	Taxa de
	Corrigida	Paga 2012	Execução	Relativo	Paga 2011	Crescimento
01 - Administração Autárquica	11.986.644 €	8.119.498 €	68%	24%	8.387.893 €	-3%
0101 - Assembleia Municipal	67.200 €	40.693 €	61%	0%	31.931 €	27%
0102 - Câmara Municipal	7.512.434 €	4.865.870 €	65%	14%	6.022.592 €	-19%
0103 - Operações Financeiras	3.112.000 €	2.205.091 €	71%	6%	1.042.801 €	111%
0104 - Gabinete de Apoio à Presidência	149.860 €	137.914 €	92%	0%	148.488 €	-7%
0105 - Protecção Civil	300.400 €	290.030 €	97%	1%	311.398 €	-7%
0106 - Serviço de TIC e Modernização Administrativa	503.400 €	280.922 €	56%	1%	532.237 €	-47%
0107 - Gabinete de Auditoria e Qualidade	6.500 €	0 €	0%	0%	0 €	0%
0108 - Gabinete de Apoio à Vereação	76.850 €	71.085 €	92%	0%	90.204 €	-21%
0109 - Serviço de Veterinária	81.500 €	63.810 €	78%	0%	60.200 €	6%
0110 - Gabinete de Candidaturas	76.800 €	72.350 €	94%	0%	84.905 €	-15%
0111 - Gabinete de Comunicação	99.700 €	91.732 €	92%	0%	63.138 €	45%
02 - Departamento Administrativo e Financeiro	1.838.750 €	1.434.665 €	78%	4%	1.469.603 €	-2%
0201 - Divisão Administrativa e de Atendimento	320.000 €	283.219 €	89%	1%	316.602 €	-11%
0202 - Divisão Financeira	668.850 €	503.584 €	75%	1%	549.552 €	-8%
0203 - Divisão Jurídica e Fiscalização	507.050 €	433.325 €	85%	1%	407.257 €	6%
0204 - Divisão de Recursos Humanos	342.850 €	214.537 €	63%	1%	196.193 €	9%
03 - Departamento de Desenvolvimento Municipal	20.137.467 €	12.550.294 €	62%	37%	11.786.566 €	6%
0301 - Divisão de Ambiente	7.707.300 €	6.661.304 €	86%	20%	4.765.140 €	40%
0302 - Divisão de Gestão Urbanística	352.900 €	326.619 €	93%	1%	380.651 €	-14%
0303 - Divisão de Conservação e Serviços Urbanos	2.538.930 €	2.073.063 €	82%	6%	2.134.269 €	-3%
0304 - Divisão de Projectos e Obras Municipais	8.791.737 €	3.105.731 €	35%	9%	3.983.055 €	-22%
0305 - Divisão de Plan. Apoio ao Empreend. e Gestão do Patr.	746.600 €	383.577 €	51%	1%	523.452 €	-27%
04 - Departamento de Desenvolvimento Social	16.176.895 €	11.886.605 €	73%	35%	10.568.571 €	12%
0401 - Divisão de Acção Social e Saúde	1.785.100 €	672.210 €	38%	2%	615.161 €	9%
0402 - Divisão de Cultura	2.629.500 €	1.618.060 €	62%	5%	1.592.206 €	2%
0403 - Divisão de Desporto, Juventude e Tempos Livres	4.022.500 €	3.052.177 €	76%	9%	2.905.424 €	5%
0404 - Divisão de Educação	7.739.795 €	6.544.159 €	85%	19%	5.455.780 €	20%
Total Geral da Despesa	50.139.756 €	33.991.063 €	68%	100%	32.212.634 €	6%

Despesa Paga por Orgânica 2012



Em conclusão, da análise orçamental supra apresentada verifica-se o cumprimento da **regra de ouro do equilíbrio financeiro no Município de Ovar**, sendo certo que a receita corrente continua a pagar a totalidade da despesa corrente efetuada e a libertar recursos financeiros para a realização do investimento, possibilitando ainda um confortável **saldo de gerência para o ano seguinte**, no valor orçamental **de 6,398 M Euros**. Verificando-se ainda que as **disponibilidades da autarquia**, no final do ano económico de 2012, eram **de 7,650 M Euros**.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

2. A EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO NO ANO DE 2012

2. A EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO NO ANO DE 2012

Rubricas	Previsão Corrigida 2012	Realizado Total 2012	T _s		Valor Relativo 2012	T _c		Valor Relativo 2012	Realização Financeira 2011	T _s Crescimento
			Execução Física 2012	Execução Relativa 2012		Execução Financeira 2012	Execução Relativa 2012			
EDUCAÇÃO	6.876.195 €	5.936.742 €	86%	26%	5.936.742 €	86%	26%	4.505.612 €	32%	
EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	20.000 €	0 €	0%	0%	0 €	0%	0%	6.959 €	-100%	
ENSINO BÁSICO - 1º CICLO	426.820 €	147.172 €	34%	1%	147.172 €	34%	1%	211.857 €	-31%	
APOIOS ESCOLARES CORRENTES	918.800 €	745.853 €	81%	3%	745.853 €	81%	3%	1.126.050 €	-34%	
OVARFORMA	14.000 €	0 €	0%	0%	0 €	0%	0%	0 €	-	
ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR	0 €	0 €	-	0%	0 €	-	0%	531.078 €	100%	
CENTROS ESCOLARES	5.242.175 €	4.890.863 €	93%	22%	4.890.863 €	93%	22%	2.629.659 €	86%	
TRANSFERÊNCIAS - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	50.000 €	36.442 €	73%	0%	36.442 €	73%	0%	0 €	-	
AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS	204.400 €	116.412 €	57%	1%	116.412 €	57%	1%	0 €	-	
CULTURA, DESP. JUVENTUDE/TEMPOS LIVRES	5.408.000 €	3.748.717 €	69%	17%	3.748.717 €	69%	17%	2.327.741 €	61%	
CULTURA	2.031.000 €	1.160.264 €	57%	5%	1.160.264 €	57%	5%	460.501 €	152%	
DESPORTOS E TEMPOS LIVRES	3.377.000 €	2.588.454 €	77%	11%	2.588.454 €	77%	11%	1.867.240 €	39%	
AÇÃO SOCIAL	680.000 €	351.661 €	52%	2%	351.661 €	52%	2%	54.833 €	541%	
APOIOS SOCIAIS	325.000 €	130.827 €	40%	1%	130.827 €	40%	1%	0 €	152%	
TRANSFERÊNCIAS - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	355.000 €	220.835 €	62%	1%	220.835 €	62%	1%	0 €	-	
SAUDE	295.000 €	190.567 €	65%	1%	167.595 €	57%	1%	0 €	0%	
UNIDADES DE SAUDE	80.000 €	0 €	0%	0%	0 €	0%	0%	0 €	-	
TRANSFERÊNCIAS - INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	215.000 €	190.567 €	89%	1%	167.595 €	78%	1%	0 €	-	
HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO	5.156.470 €	3.060.590 €	59%	14%	3.060.590 €	59%	14%	2.427.843 €	26%	
HABITAÇÃO	750.000 €	80.966 €	11%	0%	80.966 €	11%	0%	91.666 €	-12%	
PLANEAMENTO URBANÍSTICO	90.000 €	18.248 €	20%	0%	18.248 €	20%	0%	34.962 €	-48%	
PLANO DE EFICIENCIA ENERGETICA	1.544.970 €	1.364.371 €	88%	6%	1.364.371 €	88%	6%	1.054.109 €	29%	
URBANIZAÇÃO	1.481.500 €	842.772 €	57%	4%	842.772 €	57%	4%	1.810.606 €	39%	
ARRANJOS URBANÍSTICOS	870.000 €	562.057 €	65%	2%	562.057 €	65%	2%	201.918 €	178%	
INFRAESTRUTURAS URBANÍSTICAS	420.000 €	192.177 €	46%	1%	192.177 €	46%	1%	134.583 €	43%	
ÁGUAS PLUVIAIS E HIGIENE PÚBLICA	2.010.000 €	1.753.470 €	87%	8%	1.753.470 €	87%	8%	2.064.126 €	-15%	
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS	90.000 €	20.559 €	23%	0%	20.559 €	23%	0%	324.801 €	-94%	
HIGIENE PÚBLICA E LIMPEZA	1.880.000 €	1.732.911 €	92%	8%	1.732.911 €	92%	8%	1.739.325 €	0%	
CEMITÉRIOS	40.000 €	0 €	0%	0%	0 €	0%	0%	0 €	0%	
PROTEÇÃO CIVIL	301.500 €	290.030 €	96%	1%	290.030 €	96%	1%	311.398 €	-7%	
SERVIÇOS MUNICIPAIS DE PROTEÇÃO CIVIL	7.500 €	0 €	0%	0%	0 €	0%	0%	7.724 €	100%	
APOIO A CORPORAÇÕES DE BOMBEIROS	294.000 €	290.030 €	99%	1%	290.030 €	99%	1%	303.674 €	-4%	
DESENV. ECONÓMICO	1.446.890 €	1.106.014 €	76%	5%	1.106.014 €	76%	5%	1.443.252 €	-23%	
ÁGUA	957.090 €	893.423 €	93%	4%	893.423 €	93%	4%	55.423 €	-100%	
MERCADOS E FEIRAS	25.000 €	0 €	0%	0%	0 €	0%	0%	204.000 €	100%	
MUDANÇA DE PAÍÓS BASE DE MACEDA	464.800 €	212.591 €	46%	1%	212.591 €	46%	1%	300.520 €	29%	
ZONA LÚDICA, COMERCIAL DESP. A NORTE DE OVAR	5.551.387 €	986.639 €	18%	4%	972.614 €	18%	4%	2.152.859 €	-55%	
INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CONCELHO	5.251.387 €	886.398 €	17%	4%	872.373 €	17%	4%	2.000.950 €	-56%	
COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES	5.551.387 €	986.639 €	18%	4%	972.614 €	18%	4%	2.152.859 €	-55%	
REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO	270.000 €	99.850 €	37%	0%	99.850 €	37%	0%	25.589 €	290%	
SINALIZAÇÕES, TRÁNSITO E TOPONÍMIA	30.000 €	391 €	1%	0%	391 €	1%	0%	126.320 €	-100%	
ESTACIONAMENTOS	3.800.000 €	3.407.700 €	90%	15%	3.407.700 €	90%	15%	848.435 €	302%	
DEFESA DO MEIO AMBIENTE	3.800.000 €	3.407.700 €	90%	15%	3.407.700 €	90%	15%	848.435 €	302%	
PARQUES E JARDINS	3.710.000 €	3.395.472 €	92%	15%	3.395.472 €	92%	15%	844.832 €	302%	
DOMÍNIO PÚBLICO HÍDRICO	90.000 €	12.228 €	14%	0%	12.228 €	14%	0%	3.604 €	239%	
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	1.629.100 €	772.536 €	47%	3%	772.536 €	47%	3%	632.711 €	22%	
CONSERVAÇÃO, BENEFICIAÇÃO E AQUISIÇÃO	897.000 €	386.335 €	43%	2%	386.335 €	43%	2%	158.658 €	144%	
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO	375.000 €	138.579 €	37%	1%	138.579 €	37%	1%	310.045 €	-55%	
ADMINISTRAÇÃO GERAL	357.100 €	247.622 €	69%	1%	247.622 €	69%	1%	164.009 €	0%	
APOIO À INSTALAÇÃO DAS JUNTAS FREGUESIA	766.000 €	125.863 €	16%	1%	125.863 €	16%	1%	404.596 €	100%	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	493.000 €	282.935 €	57%	1%	282.935 €	57%	1%	1.633.642 €	-83%	
INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	0 €	0 €	-	0%	0 €	0%	0%	348.912 €	100%	
JUNTAS DE FREGUESIAS - PROTOCOLO	304.800 €	266.133 €	87%	1%	266.133 €	87%	1%	403.600 €	-34%	
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	188.200 €	16.801 €	9%	0%	16.801 €	9%	0%	881.130 €	-98%	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	674.130 €	551.987 €	82%	2%	551.987 €	82%	2%	1.861.676 €	-70%	
JUNTAS DE FREGUESIA - PROTOCOLO	579.130 €	503.246 €	87%	2%	503.246 €	87%	2%	467.212 €	8%	
INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	0 €	0 €	-	0%	0 €	-	0%	1.282.201 €	100%	
AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS	0 €	0 €	-	0%	0 €	-	0%	112.263 €	100%	
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	95.000 €	48.741 €	51%	0%	48.741 €	51%	0%	0 €	-	
ACTIVOS FINANCEIROS	208.000 €	0 €	0%	0%	0 €	0%	0%	0 €	---	
TOTAL	35.295.672 €	22.565.451 €	64%	98%	22.528.454 €	64%	98%	20.668.724 €	9%	

1) No ano de 2012 os montantes relativos a estas rubricas foram considerados em cada uma das respetivas áreas (educação, cultura/desporto e ação social)

A atividade municipal do ano encontra-se financeiramente espelhada na execução orçamental e na execução das Grandes Opções do Plano, resumidamente apresentada no quadro que antecede esta análise física e financeira de pormenor. É oportuno referir que o **mapa das GOP's** congrega a execução do Plano Plurianual de Investimentos, acrescido do Mapa das atividades mais relevantes, os quais seguem em anexo a este relatório. O detalhe do mapa das GOP's permite observar o investimento realizado em função das áreas prioritárias de competência municipal.

Assim, em 2012 a execução física das GOP's foi de 22 565 451 Euros, o que corresponde a uma taxa de concretização de 64% face ao previsto; a execução financeira foi de 22 528 453 Euros, o que representa uma evolução comparada positiva de 9%. Importa ainda sublinhar que esta tendência de

evolução se tem mantido ao longo dos últimos 5 anos, de forma consistente e sustentada. Da leitura do quadro resumo é possível evidenciar, desde logo, **as áreas prioritárias de investimento no ano de 2012**, a saber: a Educação concentrou 26% do total investido; a Cultura, o Desporto, a Juventude e os Tempos Livres, captaram 17% do global, segue-se a Defesa do Meio Ambiente, que concentrou 15% da dotação total e, posteriormente, a habitação e o urbanismo com 14% do investimento. Ao invés de anos anteriores, a rubrica de Comunicações e Transportes assume uma dotação menos expressiva, concentrando 4% do global na conservação e reabilitação de rede viária no território do Concelho.

Uma análise de pormenor permite salientar o seguinte:

- Na **Educação** foi efetuado o maior investimento municipal do ano, concentrando-se recursos financeiros no valor de 5,936 M Euros, mais 32% do que no período homólogo de 2011, o que permitiu a execução dos objetivos estratégicos estabelecidos para o ano, nomeadamente: a construção e o equipamento para a entrada em funcionamento, no arranque do ano letivo de 2012/2013, dos **Centros Escolares dos Combatentes, em Ovar e de Maceda, bem como o arranque da empreitada do Centro Escolar da Regedoura, em Válega**, a qual se encontra em curso, ainda sem que tenha sido possível outorgar o contrato de financiamento com a Comissão Diretiva do Mais Centro - QREN 2007/20013. Ainda concorrendo para a realização deste objetivo maior na esfera municipal, procedeu-se ao aluguer de monoblocos, que serviram de instalações provisórias às escolas e acolheram as respetivas comunidades educativas. De igual modo, no âmbito da Educação foi prestado o habitual apoio social aos utentes, disponibilizando-se o serviço de refeições e transportes escolares, para além de terem sido protocoladas prestações pecuniárias destinadas aos Agrupamentos de Escolas e concedidos apoios às associações de pais. Pontualmente foram ainda projetadas e realizadas intervenções de pequena dimensão nas Escolas do 1º ciclo do Ensino Básico.



CE Combatentes - Ovar



CE Maceda



CE Regedoura - Válega

- De seguida, na ordem de prioridades de Investimento municipal, encontra-se a rubrica vocacionada para a **Cultura, Desporto, Juventude e Tempos Livres**, a qual captou um **investimento de 3,749 M Euros, superior ao do ano de 2011 em 61%**, conferindo preferência aos investimentos vocacionados para o desporto e para a área da cultura. Assim, foi possível concluir e colocar em funcionamento o **Pavilhão Gimnodesportivo de Maceda**, executar a maior parte do cronograma do **Pavilhão de Arada**, construir a **ecopista do Atlântico** e a **ciclovía de ligação Ovar/ Estarreja**, ambas em fase final de conclusão, e apoiar instituições de caráter

desportivo, que desenvolvem um trabalho crucial na formação de centenas de crianças e jovens do Concelho. Em matéria de Cultura, a par de um investimento fundamental em **infraestruturas**, como foi o exemplo da **Casa Museu Júlio Dinis**, foi ainda possível arrancar com a execução da **Escola de Artes e Ofícios**, no âmbito da candidatura das parcerias para a Regeneração Urbana e desenvolver uma **programação cultural diversificada e de qualidade**, sem deixar de apoiar ativamente todas as associações e instituições que desenvolveram um trabalho meritório em prol da cultura regional. Cumprindo outro dos objetivos estratégicos, em 2012, arrancou a empreitada do Espaço Jovem Empreendedor, onde se pretende instalar uma incubadora de empresas, para a qual está já a ser desenvolvido trabalho em parceria com a Universidade de Aveiro.



Pavilhão Maceda



Pavilhão Arada



Museu Júlio Dinis



Ecopista do Atlântico



Programação Cultural

- Tendo ainda por referência as áreas de investimento prioritário, merece relevo o esforço municipal vocacionado para a **Defesa e Promoção do Meio Ambiente e da Qualidade de Vida**, o qual absorveu **15% do total das GOP's, ou seja, 3 407 700 €uros**, afetos quase exclusivamente à construção de dois parques fundamentais para o território do Concelho, o **Parque Urbano de Ovar** e o **Parque do Buçaquinho, entre as Freguesias de Esmoriz e Cortegaça**. De relevar que todos estes investimentos estratégicos foram realizados com o substancial contributo financeiro do QREN 2007/2013. De igual modo, contribuindo para a valorização ambiental e promoção da qualidade de vida no território estão os projetos realizados em sede de Pólis da Ria de Aveiro e da Barrinha de Esmoriz, os quais foram sendo objeto de evolução no ano de 2012, pelo que se aguarda que breve possam ir para o terreno.



Parque Urbano Ovar



Parque do Buçaquinho

Por fim, neste patamar de prioridades municipais e concentrando **14% da dotação das GOP's** releva o investimento dedicado à **Habitação e Urbanismo**, representando um esforço de **3 060 590 €uros**, especialmente concentrados no investimento em iluminação pública e no plano de eficiência energética, na aquisição de terrenos, (como por exemplo aqueles que foram destinados ao Parque urbano de Ovar, na Quinta D^a Bárbara, ou os resultantes do exercício do direito de reversão de lotes de terreno na zona Industrial, cumprindo as normas e regulamentos municipais), e nas infraestruturas e arranjos urbanísticos. No que se refere à **Habitação Social** em particular, o ano

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

de 2012 não representou uma mais-valia fundamental para a concretização de investimento necessário, pois a ausência de capacidade financeira do Estado, impediu o cumprimento das suas obrigações para com a autarquia, especificamente em matéria de habitação social por parte do IHRU – Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana. Perante o agravar das condições económicas e financeiras das famílias, a estratégia municipal, foi optar pela concessão de apoios pecuniários destinados a proporcionar ajuda às famílias para fazer face às rendas contratadas no mercado privado, realizando também, e deste modo, o objetivo da reabilitação urbana. Acresce referir que o Município de Ovar mantém a posse e a inerente gestão do seu parque habitacional, constituído por mais de 150 fogos arrendados.



Rotunda do Alto Saboga



Rotunda Av. D. Maria I



Parque de estacionamento da Quinta da D. Barbara

De salientar, também, o investimento focado na conservação e manutenção da **rede de águas pluviais e na higiene pública**, o qual absorveu **8% do investimento global, ou seja, 1 753 470 €uros**, evidenciando o custo resultante do serviço de recolha, transporte e tratamento de rsu's no território do concelho.



Recolha RSU's



Limpeza Urbana

Por fim, uma breve referência para o investimento municipal no **Desenvolvimento Económico**, tendo sido investido mais de **1,1M €uros** na reabilitação do mercado municipal e nos projetos imateriais da PRU – Parcerias para a Regeneração Urbana de promoção empresarial do azulejo, do pão-de-ló e do carnaval, no âmbito das indústrias criativas. Merece ainda relevo especial a dotação global afeta à **reabilitação e conservação da rede viária, no montante próximo de 1M de €uros**, distribuídos pelas diversas Freguesias do Concelho, bem como a prioridade conferida às **transferências correntes e de capital para as diversas instituições**, como por exemplo, às corporações de bombeiros e Juntas de Freguesias, que globalmente ascendem a cerca de **1,2 M de €uros**. A concluir uma breve menção ao investimento direcionado para as **instalações e equipamentos municipais**, onde se insere um desiderato estratégico que sofreu um atraso

imprevisto extrínseco – a construção da **Casa da Junta de S. João**, a qual se prevê possa ser reiniciada dentro em breve.



Mercado Municipal



Pão-de-Ló de Ovar



Azulejo



Carnaval



Casa da Junta de Freguesia de S. João

Conclusões e factos mais relevantes do ano de 2012:

- Da execução orçamental releva o facto da **receita municipal se manter constante**, ao longo dos últimos 3 anos, no patamar dos **40 M €uros** arrecadados, gerando preocupação a queda acentuada da receita corrente, a qual, aliás, se verifica ao longo dos últimos dois anos. Em sentido contrário merece relevo o crescimento excecional observado na receita de capital, sem recurso a empréstimos de médio e longo prazo ou à venda de património, aproveitando e potenciando ao máximo os recursos e oportunidades provenientes dos fundos comunitários. Parece claro que esta experiência deve ser tida como exemplo na preparação do próximo Quadro Comunitário de Apoio 2014/2020 e na necessária articulação regional;
- No capítulo dos **Impostos Diretos** releva o crescimento do IMI, mas são fator de preocupação os desempenhos do Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Bens e a Derrama, bem como a afetação de receitas municipais aos custos da reavaliação dos imóveis, sem o efetivo controlo das autarquias. Nota: Os Impostos Diretos representam 24% da receita global do Município de Ovar;
- Nos **rendimentos de propriedade** verificou-se o **incumprimento da ADRA**, o que também influenciou de forma determinante o comportamento das Receitas Correntes. As transferências correntes foram igualmente atingidas pelos cortes do Orçamento de Estado e pelo efeito da não promoção das AEC's diretamente pela autarquia, o que obviamente também produziu consequências nas transferências correntes concedidas a instituições e na aquisição de bens e serviços.
- No atual contexto importa ainda sublinhar que a **exploração de uma boa parte dos serviços municipais é deficitária, o que exige ponderação e avaliação constantes das estruturas de custos e das tarifas** correspondentes, como ocorre com o funcionamento da Piscina Municipal, do Centro de Arte de Ovar, do serviço de RSU's ou até na gestão do parque habitacional da autarquia.
- Os fundos comunitários foram e são determinantes na estrutura de receita municipal, pelo que a gestão futura dos equipamentos deve constituir uma preocupação acrescida no sentido da sustentabilidade e da exploração isenta de riscos para os referidos fundos, durante o período de vida útil dos equipamentos.
- A **despesa paga foi de 33,991 M €uros, sendo que pela primeira vez na história recente da autarquia a despesa de capital (17,925 M €uros) foi superior à despesa corrente realizada (16,065 M €uros). Nos últimos dois anos a Despesa corrente**

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

decrece 6,2 M €uros e a Despesa de Capital duplica em 5 anos, evoluindo de 8,6 M€ para 17,9M€. O investimento puro, em sede de PPI cresce 40% no último ano e, em simultâneo, foi possível fazer uma amortização extraordinária de empréstimos de 2 M €uros, rentabilizando os excedentes de tesouraria. As dívidas a instituições de crédito passam de 8,258 M €uros para 6,278 M €uros, 24%. A dívida orçamental de curto prazo é inexistente. Em 4 anos, de 2008 a 2012 a dívida de médio e longo prazo reduz-se 41% e a de curto prazo em 100%. A dívida total reduz-se em mais de 5,2M €uros, sempre conciliando este desiderato com a realização de investimento estratégico. O saldo orçamental para a gerência seguinte é de 6,398 M €uros e as Disponibilidades de 7,650 M €uros.

- O Ativo da CMO cresceu no presente ano 7,9 % é de 112 816 348 €uros, os fundos próprios são de 71 440 902 €uros e o Passivo é de 41 375 446 €uros, dos quais 31 436 765 €uros são acréscimos e diferimentos.

- em 2012 vivemos um período de crise gravíssimo e ainda assim, cumprimos com todas as alterações legais, limites e constrangimentos – Lei do OE, Lei dos compromissos e Pagamentos em atraso, redução nos recursos humanos existentes, entre outros, dado o respeito pelos princípios da precaução, eficiência e sustentabilidade, anteriormente assumidos e sempre presentes na gestão municipal.

- Fomos objeto de **inspeções e auditorias várias** – IGAL e fundos comunitários. Aguarda-se o relatório final da inspeção da IGAL.

- Conseguimos concretizar os objetivos estratégicos que nos propusemos, ultrapassando ainda situações absolutamente imprevistas, como a imposição legal de extinção da Fundação de Carnaval ou os procedimentos para evitar a extinção da Ovarforma E.M. em resultado da nova lei do sector empresarial local e que resultaram sempre em trabalho e preocupações acrescidas para o Município de Ovar;

- **Objetivos Estratégicos atingidos:** Entrada em funcionamento do Mercado Municipal, Conclusão e entrada em funcionamento da Casa Museu Júlio Dinis, Inauguração do Pavilhão Gimnodesportivo de Maceda, realização da obra do Pavilhão de Arada; Arranque do ano letivo com dois centros Escolares – Maceda e Combatentes, arranque da obra do Centro Escolar da Regedoura; Conclusão da obra do Parque Urbano de Ovar; Aquisição de terreno na Quinta D^a Bárbara; Arranque da obra do Espaço Empreendedor e da Escola de Artes e Ofícios; Realização da maioria do cronograma da Ecopista, Parque do Buçaquinho; Ciclovía Ovar – Estarreja; Arranque da Regeneração urbana de Esmoriz; Arranque da Aldeia do Carnaval – Habitat de Experimentação e Criatividade. De referir a concretização global dos objetivos assumidos, para todo o concelho, no âmbito das Gops e Orçamento para 2012.

-**Objetivos por concretizar:** Casa da Junta de S. João (por razões inerentes à situação financeira do empreiteiro e que estão em vias de resolução); Revisão do PDM de Ovar (por razões que lamentamos inerentes à burocracia e à multiplicidade de tutelas excessivas que intervêm na gestão do território). Consideramos tratar-se de objetivo estratégico essencial. E, por isso, tudo faremos para concluir este processo ainda no mandato em curso. Consideramos ser vital, sobretudo pelas

possibilidades de criação de novas áreas de acolhimento empresarial que possibilitem a aquisição de bolsas de terrenos pela autarquia, para novos investimentos e criação de emprego, fomentando competitividade (atractividade), garantindo sustentabilidade e equilíbrio social; Habitação Social (Esmoriz), por razões resultantes de quebra e atrasos por parte do IRHU no que respeita à comparticipação a assumir por esta entidade, apesar de previamente contratada. A este propósito, importa referir que o Município desenvolveu e aprofundou estratégia alternativa suportando custos, através de programa específico, no mercado de arrendamento normal. Sem prejuízo da insistência e permanência do objetivo de construção das referidas habitações sociais; De referir também atrasos na execução de alguns objetivos estratégicos em matérias como a Rede de Saneamento a concretizar pela ADRA e do Pólis da Ria e da Barrinha de Esmoriz. A este propósito, decorre já a primeira fase de investimentos pela Adra, estão a ser analisadas propostas para adjudicação de obras em alguns cais pela sociedade Pólis e está em Avaliação de Impacto Ambiental a Requalificação da Barrinha de Esmoriz.

-**Articulação Regional** em sede da CIRA respeitante ao PIMTRA (Plano Intermunicipal de Mobilidade), ao PCI e Rede de Incubadoras, ao Papera, à Programação Cultural em Rede, entre outros. Como referido, arranque de importantes obras de saneamento, em resultado da articulação permanente com a ADRA; Articulação com o Pólis da ria de Aveiro; Articulação com a equipa de Revisão do POOC Ovar Marinha Grande; Articulação Direta com a EDP – de que resultou em investimento adicional no território (acima dos investimentos previstos no contrato com esta entidade).

- **Mudanças Legais:** De salientar a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica, a Nova Lei das Finanças Locais, o Regime Jurídico para as Autarquias Locais e Comunidades Intermunicipais, entre muitas outras, que não deixam de gerar instabilidade em qualquer gestão que se pretenda estratégica e prospectiva.

- **Relacionamento com entidades externas:** Prosseguimos a interação e reciprocidade com as Juntas de Freguesia e com o Associativismo – social, cultural, desportivo, educativo, corporações de bombeiros;

EM SÍNTESE:

1. O Relatório e Contas de 2012 refletem a concretização de objetivos delineados nas GOPs e Orçamento para o mesmo ano, inserindo-se, por sua vez, no Plano de Ação e no rumo definido para a gestão municipal desde 2005 e respeitante a dois mandatos autárquicos.
2. No que concerne à execução das GOP.s as prioridades definidas têm tradução na execução pela relevância dada à Educação, à Cultura, Desporto e Património, ao Ambiente e Qualidade de Vida e ao Empreendedorismo, o que facilmente pode ser verificado pelo volume de investimento realizado ou em curso.
3. Merece relevo o facto de ter sido possível garantir uma Despesa de Capital superior à Despesa Corrente, o que, na prática significa mais investimento necessário, em contexto

geral recessivo, e sem recurso a qualquer crédito. A Despesa de Capital aumentou em 32%. Em cinco anos (desde 2008) duplicamos o investimento municipal.

4. Continuidade do objetivo, de há vários anos, de redução da Despesa Corrente. Esta reduziu, apenas em 2012, em 14% e constitui uma redução acumulada em dois anos de 6,2MEuros.
5. Redução de Despesas com Pessoal de 19% (essencialmente por razões extrínsecas e legais que, em nosso entender ignoram a especificidade da gestão “em concreto” de cada Município e a sua autonomia). De referir que o esforço numa gestão criteriosa de Recursos Humanos sempre foi tida em consideração na nossa gestão municipal. Após a reorganização dos serviços, e face a novas necessidades, o atual contexto justificaria a contratação de novos quadros técnicos e qualificados, sem que isso significasse mais despesa, face aos ganhos de eficiência resultantes, em diferentes áreas como o empreendedorismo, a eficiência energética, higiene e segurança, auditorias de qualidade, entre outras. Até, porque a análise comparada entre Municípios revela discrepâncias enormes que não foram tidas em conta na legislação produzida e nos ratios previstos. Além disso, a contratação de recursos necessários pelos Municípios que deles efetivamente necessitem, além de acréscimos de eficiência e qualidade dos serviços, e dos ganhos associados, constituiria um contributo direto para a redução do desemprego, em particular, de jovens qualificados.
6. Apesar das restrições e diminuição de recursos humanos próprios, a aquisição de bens e serviços teve uma redução de 6%.
7. Uma leitura atenta dos documentos, articulada com anteriores exercícios, revela que foram colmatadas lacunas e atingidos objetivos importantes, garantindo às populações do concelho novos e necessários equipamentos educativos, desportivos, culturais, económicos (mercado), garantidas melhores condições de mobilidade (avenidas, desniveladas, ecopistas e ciclovias), requalificados espaços públicos, concretizados novos espaços de lazer, implementadas requalificações ambientais, garantindo mais e melhor qualidade de vida.
8. Procedeu-se a uma profunda transformação e regeneração urbana do concelho (com particular ênfase para a Cidade de Ovar, e que decorre agora na Cidade de Esmoriz).
9. Demos os primeiros passos, e temos em curso, um programa de eficiência energética. Temos consciência de que será seguramente um desafio a aprofundar e a assumir no próximo futuro, face aos desafios das cidades e municípios sustentáveis, e ao facto de o “crescimento sustentável” constituir objetivo estratégico no próximo quadro comunitário (CRER 2020 para a Região Centro).
10. Temos em curso investimentos como o Espaço Empreendedor e Incubadora de Empresas, a Aldeia do Carnaval e a Escola de Artes e Ofícios (para onde se deslocará o Atelier de Conservação e Restauro do Azulejo). Trata-se de espaços que constituem desafios fulcrais para dinâmicas empreendedoras e que constituem um desafio no presente e no futuro, pelas possibilidades de inovação a partir de marcas identitárias fortes do concelho, e onde os três T (de Richard Florida) se impõem: Talento, Tecnologia e Tolerância.

11. Temos, em fase final, o processo de certificação do Pão-de-Ló de Ovar, em estreita colaboração com a Associação de Produtores.
12. Garantimos colaboração estreita com as entidades religiosas na promoção e valorização de tradições religiosas como as procissões e ritos quaresmais, com a consciência de que, a par de outras tradições e aspetos identitários (alguns já referidos), estamos a dar início a um grande desafio em matérias de empreendedorismo e promoção turística indispensáveis no contexto do “city marketing” que, como sabemos, não se limita à promoção das cidades ou concelhos (mais ou menos panfletária), mas a condições de competitividade, de atração de residentes, turistas, investidores e atividades económicas, de projeção de uma verdadeira identidade. Se, por exemplo, a regeneração urbana ou os equipamentos são essenciais e têm constituído prioridade, há um percurso não menos relevante a fazer para garantir convergência e potenciar a articulação entre a cidade (ou concelho) “interna” – do residente- a cidade (ou concelho) “externa” – do visitante.
13. Fizemos uma aposta clara na mobilidade e temos dado forte contributo para o Plano Intermunicipal da Mobilidade (PIMTRA). Entendemos haver ainda um percurso a fazer na alteração de práticas e hábitos e na mudança de um velho paradigma para um paradigma ecológico muito consentâneo com as características naturais e paisagísticas do concelho. Trata-se também de desiderato que exigirá um longo percurso, apesar de absolutamente necessário, e ainda longe de ser alcançado, designadamente em matéria de rede de transportes. E, como sabemos, “cidade ou concelho que não se move pode ser cidade ou concelho que morre”.
14. Procedemos a uma profunda reorganização dos serviços municipais e a uma forte modernização administrativa com ganhos de eficiência e eficácia (novos organigramas, fusão de serviços, integração dos SMAS, criação do balcão de atendimento único, implementação de sistemas de informação e comunicação específicos, desconcentração de serviços municipais na loja do cidadão de Esmoriz, entre outros). Trata-se, obviamente, de processo a alargar e aprofundar no futuro, com novas possibilidades e vertentes, e novos desafios exigidos, aliás, pelos atuais contextos das “cidades inteligentes” (smart cities).
15. Face ao atual contexto de recessão e dificuldades, ampliamos e aprofundamos as políticas de ação social. Também nesta matéria entendemos não ter ainda atingido objetivos de racionalização de recursos, de implementação de redes de monitorização continuada e de envolvimento permanente das diferentes instituições, de um trabalho mais estrutural e menos assistencial ou mesmo, na dimensão assistencial, com ganhos de eficiência, racionalidade e coesão social. Trata-se, naturalmente, de um desafio permanente, sendo certo que têm sido dados passos importantes nesse sentido em matérias como o arrendamento, o apoio a jovens estudantes, os incentivos a idosos, a ação social escolar, a habitação social. Importa referir que o simples facto de não termos alterado tarifários e custos em alguns dos serviços prestados constitui forma direta de apoio às famílias e ao tecido empresarial. Como exemplo de política social estrutural é de referir a parceria celebrada com a Santa Casa da Misericórdia de Ovar, no âmbito das Parcerias para a

Regeneração Urbana, que permitiu que esta instituição obtivesse comparticipação comunitária para a renovação das suas antigas instalações, garantindo investimento superior a um milhão de euros. De referir que a Santa Casa lidera, no sector da saúde e na área social, projeto das Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação (RUCI), estando em curso preparação de candidatura. Trata-se de exemplo a ampliar, aprofundar e diversificar, por se enquadrar nos objetivos do próximo quadro comunitário, no âmbito do “Crescimento Inclusivo”. Se algo tem sido conseguido na área social, há seguramente desafios novos e estruturais, a exigir sinergias entre instituições, inovação, novas atitudes pautadas pela necessidade estrutural de respostas face às crescentes exigências da comunidade, face a grupos desprotegidos (crianças, jovens em risco, desempregados, idosos, doenças específicas da terceira idade), não sendo suficiente (sendo até enganadora) a ideia de que a assistência pontual ou a “caridade” (mais consoladora para quem dá) possam ser solução.

16. Contrariando uma lógica dominante (ou um “pensamento único”) fizemos uma clara demonstração da possibilidade de simultaneamente reduzir ou eliminar endividamento (a dívida de curto prazo é realmente zero), aumentar o investimento (com impactos diretos e indiretos na economia local e nacional) e reduzir despesa corrente. E fizemo-lo sem agravar condições sociais (por exemplo sem aumentar tarifas relevantes ao longo de vários anos) e sem contratar qualquer financiamento (não houve, nos anos da nossa gestão qualquer dívida assumida com recurso ao crédito). E se se verificar a evolução da dívida poderá constatar-se que no ano de 2003 a dívida de curto prazo atingiu o valor de 11,519MEuros e a dívida total era de 21,754MEuros. Essa dívida total ultrapassava também em 2004 os 21 milhões de euros. Em 2005, já sob a nossa gestão, teve uma redução de 10%, atingindo os 19 milhões de euros. Teve, a partir de então quebras significativas todos os anos. Em 2012, ano a que se reporta o presente relatório, a dívida de curto prazo é uma dívida real de zero. E a dívida de médio e longo prazo que era em 2005 de 11,179MEuros é atualmente de 6,278MEuros. Se considerarmos e tivermos em conta o saldo de gerência de 6,398MEuros, sem deixar de considerar os aspetos técnicos e contabilísticos, podemos afirmar que o Município de Ovar não tem dívida. E fez este percurso aumentando significativamente o investimento, assumindo práticas de rigor e contenção, melhorando mecanismos de avaliação e monitorização, definindo prioridades, avaliando necessidades, assumindo princípios de eficiência, sustentabilidade e coesão.

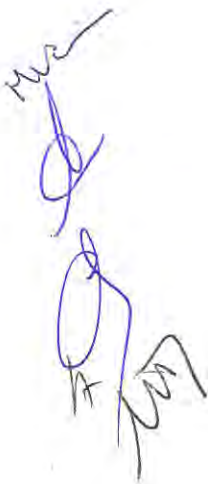
Nenhuma gestão pode invocar para si a perfeição. O inacabado e imperfeito são próprios da ação. E é em contextos complexos, não identificáveis em todas as suas variáveis, que essa ação se desenvolve. Mas importa que a sua análise não os ignore. Assim, a relação ou contraponto com o contexto macroeconómico referido no início não pode ser ignorada. Como não pode ser ignorada uma visão retrospectiva que estabeleça relações com os programas de ação assumidos desde 2005 e com a situação financeira interna presente no

delinear desses programas de ação. Ou, numa vertente mais prospectiva, com as realizações em curso que são objeto das GOP.s e Orçamento do corrente ano. Neste tipo de análises há a vertente técnica e contabilística que são fulcrais e essenciais. E há outras leituras, que não cabem no “excel” e que exigem perspectivas integradas, relacionais, dinâmicas, retrospectivas e prospectivas.

Reitera-se que uma das preocupações primeiras e permanentes foi e é a da sustentabilidade e eficiência financeiras, a par da priorização de investimentos e serviços necessários. Reitera-se que estão criadas condições objetivas, sem prejuízo da eficiência e sustentabilidade, para um maior volume de investimentos, apenas limitadas por legislação abstrata, ignorante da diversidade e especificidade, como a “lei dos compromissos”, a lei que estabelece limites ao endividamento líquido, ou as últimas leis do orçamento, demonstrativas de algum desconhecimento das práticas ou de “um saber de experiência feito” por parte dos legisladores, designadamente, no que concerne à administração autárquica e ao exercício do poder local. Inclusive, desvirtuando princípios elementares de equidade, que, como se sabe, deve tratar diferentemente o “desigual” e não se limitar à precipitada generalização, em nome de uma “abstrata igualdade” geradora de mais desigualdade e “injustiça”.


Destaca-se o facto de grande parte dos investimentos significarem o colmatar de algumas necessidades (algumas de muitos anos) e se integrarem nos desideratos e objetivos dos quadros comunitários vigentes (em parte do QCAIII e, em grande parte do QREN). Por isso, a tónica em obra “física” ainda necessária, em equipamentos, na requalificação ambiental, na rede viária, nas acessibilidades e mobilidade, na educação, na cultura, no património, na valorização do espaço público, na ação social, na modernização administrativa, em infraestruturas, e, mais recentemente, no empreendedorismo.


Não havendo gestão que possa invocar a perfeição, temos consciência do esforço e do percurso realizado, sob a nossa responsabilidade, não só em 2012, mas expresso nos programas de ação concretizados e ainda em curso. Em matérias como a **Educação**, com a requalificação da quase totalidade do parque escolar, em muitos casos com ampliações e profundas requalificações, de que são exemplo, entre outras, a Vinha (Esmoriz) a Ponte Nova (S.João) o Outeiral (Arada) ou os novos Centros Escolares de Maceda, Combatentes (Ovar) e Regedoura (Válega), este ainda em curso. Ou na **Cultura e Património**, com o há muito desejado Centro de Artes, a Casa Museu Júlio Dinis, as Fontes de Ovar, as Redes de Bibliotecas e Museologia, ou a Aldeia do Carnaval, a Escola de Artes e Ofícios – Antiga Fábrica de Papel do Casal, adquirida pela autarquia. Ou no **Desporto**, com a Arena Multiusos, o Pavilhão de Maceda, o Pavilhão de Arada (em fase final). No **Turismo**, com o novo posto de turismo do Furadouro. Na **Requalificação do Espaço Público e Requalificação Ambiental**, de que são exemplo inúmeros largos, como o Calvário ou Poços (em Arada), Sobrais (Cortegaça) Frente de Mar e Dias Costa (Esmoriz), centralidade em S. Vicente, Padre Eloi (Válega), Margens do Cáster e da Ribeira Sra. da Graça, margens da Columbófila (Cortegaça) ou os parques do Buçaquinho (Esmoriz e Cortegaça) e o Parque




Urbano de Ovar. Nas **Acessibilidades e Mobilidade**, com a requalificação de dezenas de ruas em todas as freguesias do concelho, podendo referir-se, a título de exemplo, a Granja (S. João), Rua de Gondesende (Esmoriz), Oliveira Lopes (Válega), Devesa e Corgo (Maceda), Rua da Padaria (Arada), Boavista (Cortegaça), as Avenidas das Praias de Cortegaça e Esmoriz, a Rua da Aveneda ou a Avenida da Igreja, em S. Vicente de Pereira. Ou, ainda neste âmbito, a ampla rede de ciclovias e ecopistas, as passagens desniveladas, sobre ou sob a via férrea, de Esmoriz, Cortegaça, Maceda, Arada e S. Miguel. Ou todos os projetos de **Regeneração Urbana de Ovar** onde se incluem, por exemplo, a Praça da República, o Mercado, novos Parques de Estacionamento (quinta de D. Bárbara – adquirida pela autarquia, Júlio Dinis, Gomes Freire), toda a regeneração do centro da cidade, nova iluminação pública, entre outras obras já referidas, ou, ainda, os projetos de **Regeneração Urbana de Esmoriz** em curso, de que são exemplo a Estrada Nova, a Av. dos Correios, entre outras. Nos **Serviços Públicos**, de que são exemplo a Loja do Cidadão de Esmoriz (a única do país fora da sede do concelho, graças a uma boa articulação com a administração central e parte do investimento assumido pela autarquia), novos serviços (como o Casa Pronta) nas conservatórias, e os serviços modernizados da autarquia (plataforma Vortal, Balcão de Atendimento, Sistema de Gestão Documental, Serviço de TIC.s, SIG, Sistema de Gestão de Frotas, softwares específicos para os diferentes serviços, entre outros). Ou, também, graças à ação junto da Administração Central e à participação direta da autarquia, as USF.s de S. João (em novo edifício), Ovar, S. Vicente, Válega, Esmoriz (com obras de requalificação) e a manutenção das Extensões de Saúde de Cortegaça (objeto de investimento significativo), Maceda e Arada, a integrar futura USF, como protocolado. Ou, também na **Saúde**, a referenciação, protocolada, das urgências a Santa Maria da Feira, e a manutenção e reforço de valências, consulta externa, e serviços do Hospital de Ovar, como hospital de proximidade, graças à ação junto da Administração Central (obras de requalificação de vários serviços como medicina interna, fisioterapia, nova unidade de cuidados continuados, consulta externa, entre outros). Na **Ação Social e Habitação**, onde, a par de novos programas, foram reabilitadas habitações do Município e adquiridas habitações em Válega, Furadouro e S. Cristóvão, e construídas Habitações em Ovar (Matadouro) para realojamentos do Bairro de S. José. Nos **edifícios públicos**, de que é exemplo, o Salão Nobre da Câmara Municipal. Ou no empreendedorismo, de que é exemplo o novo Espaço Empreendedor e Incubadora de Empresas, adquirido pela autarquia e em curso. Como se constata, trata-se de um percurso resultante das exigências do tempo e do contexto em que ocorre. Inacabado, como todos os percursos.

A exigir seguramente a preparação serena e lúcida para novos desafios onde a vertente material e física não será tão determinante, apesar de necessária para desenhar estratégias futuras. Desde 2012 temos vindo a preparar e a aprofundar estratégias cuja concretização se exigirá aos responsáveis do próximo futuro pela gestão municipal. Trata-se de desafios de grande complexidade e exigência, não só na rentabilização e sustentabilidade das estruturas e equipamentos existentes (no essencial, assegurada, desde que se assumam os





procedimentos adequados) como na criação de novas dinâmicas de inovação, participação e espírito empreendedor. O próximo quadro comunitário, Estratégia 2020, com expressão no CRER 2020, e no QCIRA 2014/2020, a implementar entre 2014 e 2020, exigirá seguramente o aprofundamento e conclusão de estratégias já iniciadas e em curso (v.g. revisão do PDM, espaço empreendedor, a eficiência energética, a escola de artes e ofícios, certificação e valorização de produtos identitários do concelho como o pão-de-ló, o carnaval, o azulejo, o turismo religioso, entre outros), como coloca novos desafios a um concelho que se quer com futuro. É sabido que a Estratégia 2020 tem como objetivos essenciais o Crescimento baseado no Conhecimento e na Inovação, uma Sociedade Inclusiva com alta empregabilidade e um Crescimento Verde sustentável, ou seja Crescimento Sustentável, Inclusivo e Inteligente. E que, alguns dos seus objetivos temáticos passam pelo desenvolvimento tecnológico e inovação, pelas tecnologias da informação e comunicação, pelo apoio às PME.s, por uma economia hipocarbónica, pelo ambiente e eficiência energética, pelos transportes, alterações climáticas, pela inclusão social e combate à pobreza, pela educação e formação e por uma administração pública mais eficiente. Exige estratégias integradas e multi-sectoriais de investimento territorial integrado e de desenvolvimento local promovido pelas comunidades (DLPC), possibilitando, ao contrário do que tem acontecido, que cada operação possa receber apoio de mais que um fundo comunitário. Por isso, ao apresentarmos o presente relatório, entendemos não ser adequada uma atitude exclusivamente retrospectiva, mas também uma atitude prospectiva. Temos recursos próprios e metas alcançadas com a gestão assumida. Mas, como em qualquer momento do percurso, nada está definitivamente acabado, pelo simples facto de que há sempre caminho a percorrer. Exigente e complexo, como em todos os percursos.



AGRADECIMENTOS:

Por razões óbvias, são imperativo o apreço e a gratidão a todos aqueles que, não só no período respeitante ao presente relatório e contas, mas ao longo de vários anos, deram o seu contributo, de forma direta ou indireta, para o trabalho desenvolvido:

A todas as Chefias e Serviços Municipais, em particular, no que concerne aos documentos apresentados, à Diretora de Departamento Administrativo, Jurídico e Financeiro, à Chefe de Divisão Financeira, ao Chefe de Divisão de Recursos Humanos.

Ao Gabinete de Apoio à Presidência, em particular à minha Chefe de Gabinete, pela permanente disponibilidade, dedicação e competência.

Aos trabalhadores municipais, que, na sua maioria, têm partilhado e participado nos objetivos, estratégias e ações delineados.

A todo o executivo municipal em permanência pelo contributo na ação e coordenação da gestão municipal. Aos senhores vereadores em regime de não permanência pela participação, pelas

sugestões, pela atitude construtiva, pela convergência, apesar de eventuais e naturais diferenças no pensamento ou na ação.

Aos Senhores Presidentes de Junta e autarcas de freguesia, pela reciprocidade, pela convergência institucional, pela procura conjunta na resolução de problemas e de garantia de um serviço público com qualidade crescente.

Aos senhores deputados municipais, sem exceção, e independentemente do grau de convergência ou do legítimo pensar diferente próprio e salutar nas democracias, pelos contributos no exercício das suas competências próprias e da assembleia municipal.

Ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, pela convergência institucional, pelo respeito reciprocamente assumido da autonomia dos órgãos municipais, pela valorização do diálogo e solidariedade institucionais, pelo exemplo de serviço público inerente às funções, pela convergência nos valores fulcrais de transparência, rigor, pluralismo democrático, tolerância (entendida como vivência conjunta e não simples direito à opinião).

Aos Munícipes e Cidadãos do Concelho, em particular, aos que, com a sua participação e cidadania ativa, deram contributo para um concelho melhor e incentivo a um trabalho exigente.

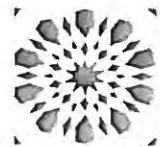
Ovar, 31 de Março de 2013

O Presidente da Câmara Municipal de Ovar,

Manuel Alves de Oliveira

M. J.
V. J.
V. J.
V. J.
V. J.

A



OVAR
CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signature]
A

[Handwritten signature]

3. MOVIMENTOS FINANCEIROS

[Handwritten signature]
Munic

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
Vite

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
H

3. MOVIMENTOS FINANCEIROS

3.1 Movimentos Financeiros

Durante o ano de 2012, verificaram-se, no Município de Ovar, entradas de fundos no valor de **33.711.991 euros**. Do montante atrás referido, 31.832.035 euros respeitam a receitas orçamentais, enquanto que 1.879.956 euros correspondem a recebimentos por operações de tesouraria. Adicionando a estes montantes o saldo da gerência anterior, no montante de 8.557.479 euros, observa-se um total de entradas de fundos de 43.525.908 euros, conforme se pode comprovar no quadro seguinte.

Designação	Operações Orçamentais	Operações Tesouraria	Total
Saldo da Gerência Anterior	8.557.479 €	1.256.438 €	9.813.917 €
Cobranças efectuadas	31.832.035 €	1.879.956 €	33.711.991 €
Pagamentos realizados	33.991.063 €	1.884.228 €	35.875.290 €
Saldo para a Gerência Seguinte	6.398.452 €	1.252.167 €	7.650.618 €

No que se refere aos pagamentos efetuados, é possível constatar que o Município de Ovar realizou **pagamentos no montante de 35.875.290 euros**, sendo que 33.991.063 euros resultam de pagamentos orçamentais e 1.884.228 euros resultam de operações de tesouraria.

Deste modo, uma vez que o valor global dos recebimentos, incluindo o saldo da gerência anterior, é superior aos pagamentos efetuados, **o saldo para a gerência seguinte ascende ao montante de 7.650.618 euros**. Deste saldo, 6.398.452 euros referem-se a operações orçamentais e 1.252.167 euros são relativos a operações de tesouraria.

3.2 Saldo da Gerência

A análise a efetuar seguidamente tem como propósito o cálculo do **Saldo Real do Exercício**, indicador que incorpora também os encargos não pagos no exercício.

Nos elementos constantes no quadro seguinte, constata-se um **decréscimo do saldo da gerência no valor de 2.159.028 euros**. No que diz respeito ao **Saldo Real do Exercício**, observa-se também um decréscimo de 3.324.250 euros, comparativamente com o ano anterior.

Designação	2012	2011	Variação
Saldo Inicial de Gerência	8.557.480 €	6.887.433 €	1.670.047 €
Receitas Correntes	21.705.390 €	26.642.375 €	-4.936.986 €
Receitas de Capital	10.105.705 €	7.239.726 €	2.865.979 €
Receitas Outras	20.940 €	580 €	20.360 €
Receitas Totais	31.832.035 €	33.882.681 €	-2.050.646 €
Despesas Correntes	16.065.711 €	18.599.607 €	-2.533.896 €
Despesas de capital	17.925.352 €	13.613.027 €	4.312.324 €
Despesas Totais	33.991.063 €	32.212.634 €	1.778.429 €
Saldo Corrente	5.639.678 €	8.042.768 €	-2.403.090 €
Receitas Correntes - Despesas Correntes			
Saldo de Capital	-7.819.646 €	-6.373.301 €	-1.446.345 €
Receitas de Capital - Despesas de capital			
Saldo do Exercício	-2.159.028 €	1.670.047 €	-3.829.074 €
Saldo Corrente + Saldo de Capital + Receitas Outras			
Encargos não pagos*	0 €	385.911 €	-385.911 €
Encargos transitados de anos anteriores	385.911 €	266.998 €	118.913 €
Saldo Real do Exercício	-1.773.117 €	1.551.134 €	-3.324.250 €
Saldo do exercício - Encargos não pagos + Encargos transitados de anos anteriores			
Saldo da Gerência	6.398.452 €	8.557.480 €	-2.159.028 €
Saldo Inicial da Gerência + Saldo do exercício			

* Corresponde à diferença entre o valor facturado e o valor pago - Posição do Orçamento da Despesa

As variações apresentadas anteriormente são o reflexo quer do grande esforço canalizado para investimento pela autarquia, no ano de 2012, e constante na execução do respetivo plano plurianual, quer da redução das receitas totais. Muito embora se tenha verificado a diminuição das despesas correntes em quase 2,5 milhões de euros, o acréscimo ocorrido nas despesas de capital, combinado com a redução de receitas totais já referida, determinou o valor negativo apresentado, no ano de 2012, pelo saldo real do exercício.


A







4. EVOLUÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

4. EVOLUÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

Conforme disposto no ponto 13 - Relatório de Gestão, alínea b), do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), este capítulo tem como objetivo efetuar uma análise resumida da situação económico-financeira do Município de Ovar, relativamente ao ano de 2012. Esta análise tem como documentos contabilísticos de suporte o Balanço e a Demonstração de Resultados por Natureza.

4.1 Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados por natureza permite aferir o desempenho da autarquia, explicitando os valores dos custos e proveitos que concorreram para a formação do Resultado Líquido do Exercício.

Assim, no ano de 2012, o Município de Ovar apresenta um **Resultado Líquido do Exercício** no valor de **3.036.291 euros**, resultante de um total de **Custos** de **20.734.137 euros** e de **Proveitos** no valor de **23.770.428 euros**.

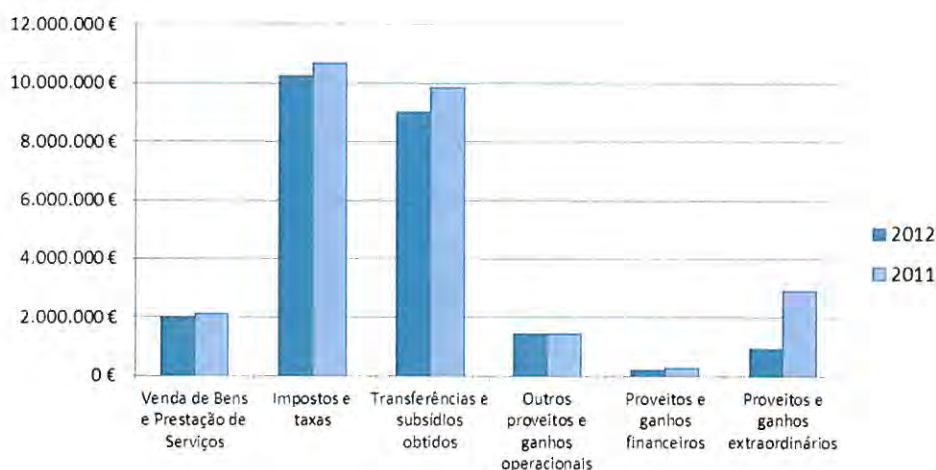
Atividade	2012	
	Valor	%
Custos e perdas		
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	218.740 €	1,1
Fornecimento e serviços externos	7.094.569 €	34,2
Custos com o pessoal	6.242.781 €	30,1
Transf. e subsídios correntes concedidos e prest. sociais	1.934.360 €	9,3
Amortizações do exercício	4.164.780 €	20,1
Provisões do exercício	133.749 €	0,6
Outros custos e perdas operacionais	66.664 €	0,3
Custos e perdas financeiros	207.128 €	1,0
Custos e perdas extraordinários	671.368 €	3,2
Total Custos	20.734.137 €	100,0
Proveitos e ganhos		
Venda de bens e prestações de serviços	1.971.438 €	8,3
Impostos e taxas	10.235.176 €	43,1
Transferências e subsídios obtidos	9.002.873 €	37,9
Outros proveitos e ganhos operacionais	1.431.239 €	6,0
Proveitos e ganhos financeiros	208.330 €	0,9
Proveitos e ganhos extraordinários	921.372 €	3,9
Total Proveitos	23.770.428 €	100,0
Resultados		
Resultados operacionais	2.785.084 €	
Resultados financeiros	1.203 €	
Resultados correntes	2.786.287 €	
Resultados Extraordinários	250.004 €	
Resultado Líquido do Exercício	3.036.291 €	

A evolução de cada uma das rubricas de custos e proveitos será efetuada mais pormenorizadamente nos pontos seguintes.

4.1.1. Evolução dos Proveitos

Pela análise do quadro e do gráfico seguintes, pode observar-se a evolução global dos proveitos, relativamente ao ano anterior.

Conta	Proveitos	2012		2011		Variação 2012/2011	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
71	Venda de Bens e Prestação de Serviços	1.971.438 €	8,3	2.127.878 €	7,8	-156.440 €	-7,4
72	Impostos e taxas	10.235.176 €	43,1	10.662.780 €	39,1	-427.604 €	-4,0
74	Transferências e subsídios obtidos	9.002.873 €	37,9	9.845.824 €	36,1	-842.951 €	-8,6
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	1.431.239 €	6,0	1.427.149 €	5,2	4.090 €	0,3
78	Proveitos e ganhos financeiros	208.330 €	0,9	269.930 €	1,0	-61.600 €	-22,8
79	Proveitos e ganhos extraordinários	921.372 €	3,9	2.921.813 €	10,7	-2.000.441 €	-68,5
TOTAL		23.770.428 €	100,0	27.255.374 €	100,0	-3.484.946 €	-12,8



No exercício de 2012, os proveitos da autarquia apresentaram um decréscimo global de 3.484.946 euros, quando comparados com o ano anterior. Esta variação negativa, de cerca de 13%, tem a sua origem numa diminuição quase generalizada de todas as componentes dos proveitos. A única exceção é a rubrica de Outros Proveitos e Ganhos Operacionais que registou um ligeiro aumento.

A rubrica de Proveitos e Ganhos Extraordinários reduziu o seu peso no total de proveitos, em cerca de 7 pontos percentuais, em virtude da substancial diminuição sofrida. Uma das consequências desta variação, foi o aumento do peso das rubricas de Venda de Bens e Prestação de Serviços, Impostos e Taxas e Transferências e Subsídios Obtidos de 83% , no ano de 2011, para 89%, no ano de 2012.

4.1.1.1 Venda de Bens e Prestação de Serviços

As rubricas que constituem a **Venda de Bens e Prestação de Serviços** apresentam-se no quadro seguinte, de forma desagregada.

Designação	2012		2011		Variação 2012/2011	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Venda de bens						
Água	0 €	0,0	74.862 €	3,5	-74.862 €	-100,0
Publicações e impressos	1.630 €	0,1	900 €	0,0	730 €	81,1
Produtos agrícolas	374 €	0,0	12.362 €	0,6	-11.988 €	-97,0
Outros bens	206 €	0,0	75.962 €	3,6	-75.756 €	-99,7
Prestação de serviços						
Serviços culturais	21.924 €	1,1	25.829 €	1,2	-3.905 €	-15,1
Serviços desportivos	222.475 €	11,3	206.651 €	9,7	15.824 €	7,7
Saneamento	0 €	0,0	60.670 €	2,9	-60.670 €	-100,0
Resíduos sólidos	1.170.231 €	59,4	1.184.909 €	55,7	-14.678 €	-1,2
Transp.colect.de pessoas e mercadorias	0 €	0,0	20.749 €	1,0	-20.749 €	-100,0
Cemitérios	5.050 €	0,3	4.013 €	0,2	1.037 €	25,9
Parques de estacionamento	19.782 €	1,0	17.362 €	0,8	2.420 €	13,9
Parques de campismo	57.954 €	2,9	55.861 €	2,6	2.093 €	3,7
Vistorias e ensaios	7.113 €	0,4	9.929 €	0,5	-2.816 €	-28,4
Mercados e feiras	101.557 €	5,2	0 €	0,0	101.557 €	----
Cantinas escolares	290.247 €	14,7	294.214 €	13,8	-3.967 €	-1,3
Outros serviços	73.548 €	3,7	85.011 €	4,0	-11.463 €	-13,5
Reembolsos e Anulações	-653 €	0,0	-1.405 €	-0,1	752 €	-53,5
TOTAL	1.971.438 €	100,0	2.127.878 €	100,0	-156.441 €	-7,4

Pela análise do quadro acima, é possível constatar que esta rubrica apresenta, em termos globais, uma diminuição de 156.441 euros, a que corresponde uma variação negativa de 7,4%.

Para uma melhor compreensão das variações ocorridas, apresentam-se de seguida as respetivas notas justificativas:

- Na sequência da implementação do contrato de parceria pública, celebrado entre o Estado e os Municípios da Região, que deu origem à criação da empresa Adra – Águas da Região de Aveiro, S.A., esta empresa assumiu a gestão e exploração dos serviços de água e saneamento no Município de Ovar, a partir de 01 de Janeiro de 2011. Por essa razão, no ano de 2012, as rubricas de **Venda de Água e Prestação de Serviços de Saneamento** não registam qualquer valor. Por seu lado, o valor apresentado como proveito, no ano de 2011, para a Venda de Água e Prestação de Serviços de Saneamento, corresponde a 50% da faturação emitida pela Adra SA, relativa às tarifas fixas de água e saneamento do mês de janeiro desse ano, conforme acordo celebrado entre essa entidade e o Município de Ovar;

No que se refere à rubrica de prestação de serviços de **Saneamento**, o valor apresentado, no ano de 2011, reflete a faturação efetuada pelo Município de Ovar de tarifas de utilização de saneamento, relativos a serviços efetuados no final do ano de 2010;

- Na rubrica de venda de **Produtos Agrícolas**, no ano de 2011, foi contabilizada a venda em hasta pública de produtos florestais, que ascendeu ao montante de 12.300 euros, situação que não se verificou no ano de 2012;
- A variação ocorrida na rubrica de **Outros bens** prende-se com o facto de, no ano de 2011, se ter procedido à venda de viaturas e material diverso, afeto à exploração da atividade de água e saneamento, à Adra, S.A., uma vez que, como já foi referido, esta entidade assumiu a gestão e exploração dos serviços de água e saneamento no Município de Ovar, a partir de 01 de janeiro de 2011. No ano de 2012, esta rubrica contempla essencialmente a faturação relativa à recolha de óleo alimentar usado;
- Relativamente aos proveitos associados a **Serviços Culturais**, estes registaram uma diminuição, em consequência, por um lado, do custo mais reduzido dos espetáculos apresentados no ano de 2012 (o número de espetáculos manteve-se sensivelmente o mesmo) e, por outro lado, da inexistência de faturação de cedências de espaços no ano de 2012, ao contrário do que aconteceu no ano de 2011;
- Uma vez que o número de utentes da piscina se tem mantido constante face ao ano de 2011, foi a alteração introduzida pela entrada em vigor, no ano letivo de 2011/2012, do novo Regulamento de Utilização e Funcionamento da Piscina Municipal de Ovar, no que diz respeito ao pagamento das mensalidades, uma das razões que contribuiu para a variação ocorrida nos proveitos relacionados com os **Serviços Desportivos**. Assim, de acordo com as regras definidas, os utentes passaram a pagar, no ato da inscrição, somente **uma mensalidade**, ao contrário do que acontecia no ano letivo anterior, em que se exigia o pagamento relativo a **duas mensalidades** aquando da respetiva inscrição. A segunda mensalidade só é paga no mês de junho do ano seguinte ao ato de inscrição, razão pela qual, no ano de 2012, se verificou um aumento dos proveitos neste mês face ao período homologado. Por outro lado, no ano de 2012, concretamente no mês de julho, verificou-se o aumento de atividades na piscina municipal de Ovar como sejam o prolongamento das aulas, a existência de mais um curso intensivo de natação ou a realização das semanas desportivas. No ano letivo 2012/2013 procedeu-se, ainda, a um ligeiro aumento dos preços cobrados na piscina municipal de Ovar, com a alteração do respetivo regulamento, não sendo contudo esta alteração justificativa suficiente para a variação ocorrida nestes proveitos.
- No que diz respeito à rubrica de **Resíduos Sólidos (RSU's)**, a variação registada teve origem numa análise mais pormenorizada da listagem de clientes desta prestação de serviços em particular, que culminou com a eliminação de clientes do ficheiro de faturação;
- A redução dos proveitos relacionados com **Transporte Coletivos de Pessoas e Mercadorias**, que se referiam a transportes escolares, prende-se com as alterações ocorridas no modelo de atribuição deste subsídio, a partir do ano letivo 2011/2012 e

seguintes, que determinou a cessação da arrecadação desta receita durante todo o ano civil de 2012;

- No que se refere aos proveitos resultantes da rubrica de **Parques de Campismo**, o aumento verificado não traduz um acréscimo real deste tipo de proveitos. De facto, no ano de 2012, foram contabilizados 12 meses de exploração e em 2011 apenas 11 meses, tendo-se verificado uma diminuição real desta receita, uma vez considerados os períodos homólogos;
- Os proveitos relacionados com a rubrica **Vistórias e Ensaios** apresentaram uma diminuição em consequência do menor número de pedidos para realização deste tipo de serviços, no ano de 2012, face ao ano anterior (89 no ano de 2012 e 116 no ano de 2011);
- A realização, no ano de 2012, de hasta pública para arrematação de lugares e lojas no mercado municipal de Ovar concorreu para a variação positiva verificada na rubrica **Mercados e Feiras**;
- No que diz respeito aos proveitos referentes a **Cantinas Escolares**, estes apresentaram uma ligeira diminuição em consequência do menor número de refeições servidas (335.078 no ano de 2012 e 376.892 no ano de 2011). Esta variação encontra-se em conformidade com a tendência, verificada nos últimos anos, de redução do número de alunos.
- À semelhança do ano anterior, a rubrica de **Outros Serviços** incluiu valores arrecadados na sequência da realização de hastas públicas, sendo que a sua diminuição decorre essencialmente do facto de, no ano de 2011, estarem aqui incluídos valores desta natureza de montante superior.

4.1.1.2 Impostos e Taxas

Conforme se pode constatar pela análise do quadro seguinte, a liquidação de **Impostos e Taxas** sofreu um decréscimo de **427.606 euros**, a que corresponde uma variação negativa desta rubrica de 4 %.

Designação	2012		2011		Variação 2012/2011	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Impostos						
Impostos directos						
Imposto municipal sobre imóveis	6.557.818 €	64,07	6.144.283 €	57,62	413.535 €	6,7
Imposto único de circulação	970.290 €	9,48	860.524 €	8,07	109.766 €	12,8
Imp. municipal s/ transm. onerosas de imóveis	1.053.503 €	10,29	1.837.316 €	17,23	-783.813 €	-42,7
Derrama	948.328 €	9,27	1.296.683 €	12,16	-348.355 €	-26,9
Contribuição autárquica	1.062 €	0,01	10.194 €	0,10	-9.132 €	-89,6
Impostos indirectos						
Loteamento e obras	47.023 €	0,46	100.024 €	0,94	-53.001 €	-53,0
Ocupação da via pública	162.117 €	1,58	6.882 €	0,06	155.235 €	2255,7
Publicidade	91.254 €	0,89	81.096 €	0,76	10.158 €	12,5
Outros	1.518 €	0,01	1.723 €	0,02	-205 €	-11,9
Taxas						
Mercados e Feiras	133.402 €	1,30	70.593 €	0,66	62.809 €	89,0
Loteamento e obras	211.712 €	2,07	178.453 €	1,67	33.259 €	18,6
Ocupação da via pública	9.101 €	0,09	12.048 €	0,11	-2.947 €	-24,5
Caça, uso e porte de arma	244 €	0,00	236 €	0,00	8 €	3,4
Outras taxas e licenças	47.803 €	0,47	62.727 €	0,59	-14.924 €	-23,8
TOTAL	10.235.176 €	100,0	10.662.780 €	100,0	-427.606 €	-4,0

Conforme se pode constatar pela análise do quadro anterior, a variação que se verifica na rubrica de **Impostos Directos**, contribui de forma determinante para a diminuição global ocorrida neste tipo de proveitos, uma vez que representam por si só cerca de 93% dos proveitos totais. Muito embora os proveitos associados ao Imposto Municipal sobre Imóveis e ao Imposto Único de Circulação tivessem registado um aumento, este não foi suficiente para compensar as diminuições substanciais ocorridas nos proveitos relativos ao Imposto Municipal sobre Transações de Imóveis, à Derrama e à Contribuição Autárquica.

O valor contabilizado na rubrica de **Impostos Indiretos e das Taxas**, relativas a loteamentos e obras, registou uma diminuição de cerca de 19.000 euros em termos líquidos, em virtude do acréscimo apresentado pelas verbas pagas pelos particulares não compensar o acentuado decréscimo ocorrido nos proveitos pagos por entidades empresariais.

O aumento verificado nos proveitos relativos a **Publicidade** decorre do aumento do número de licenças emitidas no ano de 2012, face ao anterior, com valores significativos.

O aumento ocorrido nos proveitos respeitantes à rubrica de **Mercados e Feiras**, prende-se com o facto de ter cessado a redução em 50% das taxas do mercado municipal de Ovar (deliberada em reunião de câmara de 6 de Outubro de 2011), com efeitos a partir do mês de julho de 2012.

Os proveitos relacionados com a **Ocupação da Via pública**, pagos por empresas, registaram um aumento substancial, em consequência da decisão favorável ao município de Ovar do diferendo judicial que oponha esta autarquia à empresa Lusitânigas, S.A., no que diz respeito à ocupação da via pública através de tubos subterrâneos.

Os proveitos respeitantes à rubrica **Outras Taxas e Licenças** evidenciam uma diminuição que resulta essencialmente do decréscimo registado na rubrica de inspeção de elevadores, decorrente do menor número deste tipo de pedidos ocorridos no ano de 2012 (312 no ano de 2011 e 132 no ano de 2012).

4.1.1.3 Transferências e Subsídios Obtidos

No ano de 2012, a rubrica de **Transferências e Subsídios Obtidos** apresentou um **decréscimo de 842.951 euros**, a que corresponde uma variação negativa de 8,6%.

Designação	2012		2011		Variação 2012/2011	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Orçamento do Estado	8.069.783 €	89,6	8.494.004 €	86,3	-424.221 €	-5,0
Direção Regional de Educação do Centro	451.480 €	5,0	907.913 €	9,2	-456.433 €	-50,3
DGAI/STAPE	655 €	0,0	40.674 €	0,4	-40.019 €	-98,4
Instituto Segurança Social	35.661 €	0,4	23.535 €	0,2	12.126 €	51,5
IFAP - Inst. Financiamento Agríc. e Pescas, IP	40.200 €	0,4	0 €	0,0	40.200 €	---
Direção Geral das Autarquias Locais	84.674 €	0,9	84.674 €	0,9	0 €	0,0
CIRA	12.837 €	0,1	66.418 €	0,7	-53.581 €	-80,7
Municípios	11.688 €	0,1	0 €	0,0	11.688 €	---
IFDR - Inst. Finan. p/ Desenv. Regional	193.084 €	2,1	152.493 €	1,5	40.591 €	26,6
Instituto do Emprego e Formação Profissional	58.739 €	0,7	25.298 €	0,3	33.441 €	132,2
POPH	42.571 €	0,5	49.223 €	0,5	-6.652 €	-13,5
Outros	1.501 €	0,0	1.592 €	0,0	-91 €	-5,7
TOTAL	9.002.873 €	100,0	9.845.824 €	100,0	-842.951 €	-8,6

A Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, aprovou as verbas a transferir para o Município de Ovar a partir do Orçamento de Estado, determinando a sua redução em 5%, a que corresponde uma variação negativa de 424.221 euros. É de salientar que o montante destas verbas tem vindo a decrescer, desde o ano de 2010, conforme se pode observar pela análise do quadro seguinte:

Fundos	2012		2011		2010		Variação 2012/2010	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Fundo Equilíbrio Financeiro-Corrente	3.307.958 €	41,0	3.568.898 €	42,0	3.764.164 €	42,1	-456.206 €	-12,1
Fundo Social Municipal	960.532 €	11,9	1.035.659 €	12,2	1.092.323 €	12,2	-131.791 €	-12,1
Participação IRS	1.595.987 €	19,8	1.510.181 €	17,8	1.575.126 €	17,6	20.861 €	1,3
Fundo Equilíbrio Financeiro-Capital	2.205.306 €	27,3	2.379.266 €	28,0	2.509.444 €	28,1	-304.138 €	-12,1
TOTAL	8.069.783 €	100,0	8.494.004 €	100,0	8.941.057 €	100,0	-871.274 €	-9,7

No que se refere à variação das restantes componentes da rubrica Transferências e Subsídios Obtidos, apresentam-se de seguida as suas justificações:

- A variação substancial verificada nas transferências oriundas da **Direção Regional de Educação do Centro (DREC)** decorre fundamentalmente da existência de transferências, no ano de 2011, que não se verificaram no ano de 2012. Assim, no ano de 2011, o valor destas transferências incluía uma verba de cerca de 310.000 euros respeitante à comparticipação desta entidade nas atividades de enriquecimento curricular, reportadas ao ano letivo 2010/2011. Uma vez que o Município de Ovar, a partir do ano letivo de

2011/2012, não assumiu a qualidade de entidade promotora das atividades de enriquecimento curricular, não se verificaram, no ano de 2012, transferências desta natureza. Por outro lado, no ano de 2011, foi atribuída uma verba para ação social que não se repetiu no ano de 2012.

- A diminuição ocorrida nas transferências provenientes do **DGAI/STAPE**, resultam da realização, no ano de 2011, de eleições legislativas e presidenciais, o que não aconteceu no ano de 2012. No ano de 2012, foram transferidas verbas pela Direção Geral Administração Interna relativas a recenseamento eleitoral;
- À semelhança de anos anteriores, os montantes transferidos pelo **Instituto da Segurança Social** destinam-se a ser afetos à Comissão de Proteção de Jovens e Menores em Risco. A sua variação positiva advem do facto de, no ano de 2012, terem sido transferidos valores equivalentes a três semestres, enquanto que, no ano de 2011, apenas se ter recebido o equivalente a dois semestres. A contabilização destes montantes encontra-se dependente do envio das verbas pelo referido Instituto.
- O funcionamento do Gabinete Técnico Florestal é participado pelos montantes transferidos pelo **IFAP – Instituto de Financiamento de Agric. e Pescas, IP**, tendo sido contabilizada, no ano de 2012, a verba relativa quer a esse ano, quer ao ano de 2011, de acordo com o envio destas verbas pelo mencionado Instituto.
- As transferências provenientes da **Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA)** respeitam a participações finais relativas à candidatura aprovada no âmbito do projeto +Maria, que teve o seu encerramento no ano de 2012;
- Na rubrica de **Municípios** estão contabilizadas as transferências do Município da Murtosa, relativas ao “Projeto Ciclória”, financiado pelo POVT, sendo que este projeto é uma iniciativa promovida pelos Municípios da Murtosa, Estarreja e Ovar, com o objetivo de promover uma rede material e imaterial de promoção e desenvolvimento da mobilidade ciclável;
- As verbas transferidas pelo **IFDR - Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional** dizem respeito a participações nos projetos ComOvar, Heco, Palco, Valorização do Azulejo e Valorização do Pão de Ló, em consequência da execução da candidatura das Parcerias para a Regeneração Urbana (PRU).
- As transferências provenientes do **Instituto do Emprego e Formação Profissional** referem-se a candidaturas aprovadas no âmbito da reinserção no mercado de trabalho de pessoas desempregadas que auferem apenas o rendimento social de inserção (Contrato Emprego Inserção +), ou de pessoas que se encontram em situação de desemprego. O acréscimo substancial que se verificou nestas transferências resulta da existência de um maior número de candidaturas aprovadas no ano de 2012, bem como pelo facto das

candidaturas que transitam do ano de 2011, obterem a sua maior expressão financeira no ano de 2012. De facto, no ano de 2012, encontravam-se em execução um total de 22 contratos celebrados no âmbito de 5 candidaturas aprovadas, enquanto que, no ano de 2011, se verificava a existência de 16 contratos correspondentes a 3 candidaturas aprovadas.

- Os montantes transferidos no âmbito do **Programa Operacional Potencial Humano (POPH)**, reportam-se às candidaturas aprovadas para estágios nas autarquias locais (PEPAL) com data de início em 01/05/2011 e data de fim em 30/04/2012 .

4.1.1.4 Outros Proveitos e Ganhos Operacionais

A rubrica de **Outros Proveitos e Ganhos Operacionais** registou em 2012 um **acréscimo de 4.090 euros**, a que corresponde uma variação positiva de 0,3 %.

Designação	2012		2011		Variação 2012/2011	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Concessões	1.061.790 €	74,2	1.028.296 €	72,1	33.494 €	3,3
Indem. Estragos Prov. Outr.Viat. Out. Equip.	5.253 €	0,4	1.972 €	0,1	3.281 €	166,4
Outros	364.197 €	25,4	396.881 €	27,8	-32.684 €	-8,2
TOTAL	1.431.239 €	100,0	1.427.149 €	100,0	4.090 €	0,3

O acréscimo que se verifica nos proveitos relacionados com **Concessões**, resulta do aumento da renda, no ano de 2012, decorrente do contrato de concessão de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão, celebrado entre o Município e a EDP, calculada conforme o previsto no anexo II do Decreto-Lei 230/2008, de 27 de Novembro e transferida numa base trimestral.

Os proveitos contabilizados em **Indemnizações por Estragos** provocados em outras viaturas/outro equipamento dizem respeito a verbas que se destinaram a ressarcir o Município de Ovar de danos causados por terceiros em equipamentos sua propriedade.

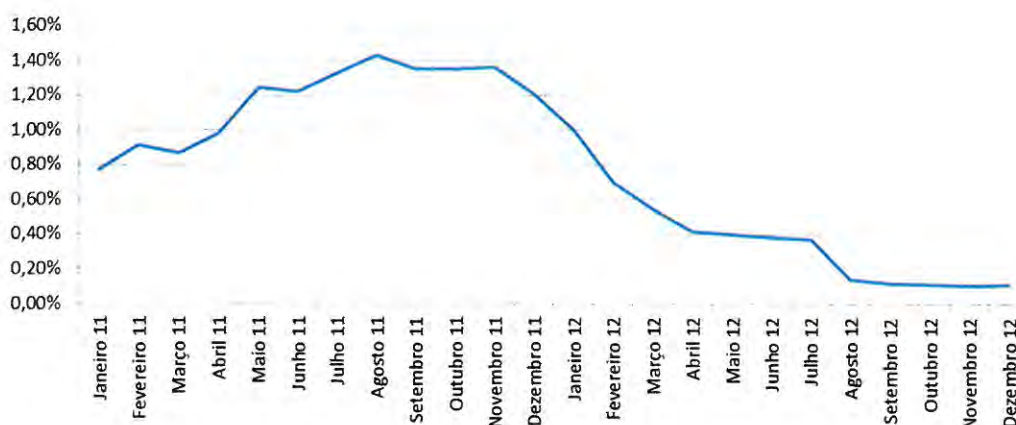
O valor mais significativo constante na rubrica **Outros**, refere-se ao diferimento dos proveitos resultante dos contratos celebrados com a ADRA e a Águas do Douro e Paiva (AdDP), pelo período de duração das respetivas concessões, que ascende, no ano de 2012, ao montante de 265.545 euros. A variação negativa registada nesta rubrica justifica-se essencialmente pelo facto de, no ano de 2011, aqui estarem incluídos os proveitos relacionados com a cedência de pessoal da autarquia à Adra, S.A., os quais foram faturados à Adra, S.A., o que não aconteceu no ano de 2012, conforme acordo entre as partes.

4.1.1.5 Proveitos e Ganhos Financeiros

Pela análise dos **Proveitos e Ganhos Financeiros**, é possível constatar uma variação negativa de cerca de 23%, a que corresponde o valor de 61.599 euros.

Designação	2012		2011		Variação 2012/2011	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Juros obtidos	25.646 €	12,31	69.220 €	25,64	-43.574 €	-63,0
Rendimentos de imóveis	152.624 €	73,26	151.249 €	56,03	1.375 €	0,9
Rendimentos de participação de capital	25.532 €	12,26	45.342 €	16,80	-19.810 €	-43,7
Outros proveitos	4.529 €	2,17	4.118 €	1,53	411 €	10,0
TOTAL	208.330 €	100,0	269.930 €	100,0	-61.599 €	-22,8

A diminuição substancial dos proveitos relacionados com **Juros Obtidos** tem origem na queda abrupta da taxa Euribor a 1 mês, indexante de referência para a remuneração de algumas das contas de depósitos à ordem, no ano de 2012, face ao ano anterior, conforme se pode comprovar no gráfico seguinte.



A receita contabilizada na rubrica de **Rendimentos de Participação de Capital**, diz respeito à distribuição de dividendos efetuada pelas empresas ERSUC, S.A. e Lusitaniagas, decorrentes da participação financeira detida pelo Município de Ovar nessas entidades.

4.1.1.6 Proveitos e Ganhos Extraordinários

No que se refere à rubrica dos **Proveitos e Ganhos Extraordinários**, constata-se, em termos globais, uma diminuição de **2.000.440 euros**, a que corresponde uma variação de negativa de **68,5%**.

Designação	2012		2011		Variação 2012/2011	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Ganhos na alienação de immobilizações	28.451 €	3,1	98.365 €	3,4	-69.914 €	-71,1
Benefícios de penalidades contratuais						
Multas e penalidades diversas	3.968 €	0,4	5.873 €	0,2	-1.905 €	-32,4
Juros de mora	5.602 €	0,6	1.982 €	0,1	3.620 €	182,6
Juros compensatórios	10.300 €	1,1	7.240 €	0,2	3.060 €	42,3
Coimas e penalidades por contra-ordenações	33.710 €	3,7	36.940 €	1,3	-3.230 €	-8,7
Reduções de amortizações e provisões	0 €	0,0	331.107 €	11,3	-331.107 €	---
Correções relativas a exercícios anteriores	225.585 €	24,5	197.299 €	6,8	28.286 €	14,3
Outros proveitos e ganhos extraordinários	613.757 €	66,6	2.243.006 €	76,8	-1.629.249 €	-72,6
TOTAL	921.372 €	100,0	2.921.813 €	100,0	-2.000.440 €	-68,5

Pela análise do quadro anterior é possível verificar que a variação global negativa tem a sua origem fundamental nas diminuições ocorridas nas rubricas de Ganhos na Alienação de Imobilizado, Reduções de Amortizações e Provisões e Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários.

Nos proveitos contabilizados em **Ganhos na Alienação de Imobilizações** encontram-se registadas as mais-valias (valor de realização – custo aquisição terreno) realizadas com a venda de 2 lotes de terreno no Loteamento do Barreiro, em S. João de Ovar, e de 1 lote na zona industrial. No ano de 2011, as mais valias reportavam-se à venda de 3 lotes de terrenos no Loteamento do Barreiro, em S. João de Ovar, e de 2 lotes na zona industrial.

A variação negativa verificada nos proveitos associados a **Reduções de Amortizações e Provisões**, justifica-se na medida em que, no ano de 2011, se procedeu à diminuição da provisão para outros riscos e encargos referente à dívida à ADSE (uma vez que já se encontrava regularizada), bem como à diminuição de provisões para riscos e encargos, em consequência da conclusão dos respetivos processos judiciais, não tendo ocorrido situação semelhante no ano de 2012.

A rubrica de **Correções Relativas a Exercícios Anteriores** inclui, no ano de 2012, o valor de cerca de 180.000 euros referente à recuperação de IVA não deduzido, mas passível de dedução, relativo aos anos de 2008 a 2011, no âmbito de procedimento de “Otimização de Iva”, adjudicado à empresa Deloitte & Associados, SROC, S.A.

A rubrica de **Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários** incorpora as imputações a título de proveitos dos subsídios aos investimentos, na proporção das respetivas taxas de amortização, em conformidade com o princípio da especialização do exercício, ascendendo este montante, no ano de 2012, ao valor de 590.815 euros. Este valor poderá ser analisado de forma mais detalhada no ponto 4.2.2.3 – Acréscimos e Diferimentos. No que diz respeito ao ano de 2011, nesta rubrica foi imputada a totalidade das participações de bens que foram transferidos para a Adra S.A., e para as Águas do Douro e Paiva S.A., por força dos contratos celebrados, e que estavam a ser objeto de respetiva especialização do exercício, no montante de cerca de 1.800.000 euros. Uma vez que no ano de 2012 não existem proveitos de natureza idêntica, o valor da variação negativa, face ao ano de 2011, é substancial.

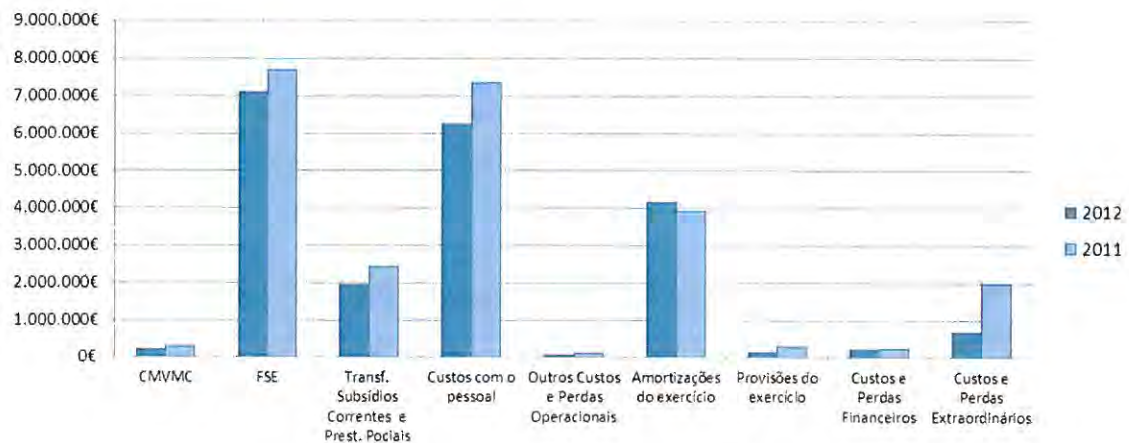
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

4.1.2. Evolução dos Custos

A evolução dos custos totais do exercício pode ser analisada no quadro e gráfico a seguir apresentados.

Conta	Custos	2012		2011		Variação 2012/2011	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
61	Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	218.740 €	1,1	302.715 €	1,2	-83.975 €	-27,7
62	Fornecimento e serviços externos	7.094.569 €	34,2	7.705.668 €	31,6	-611.099 €	-7,9
63	Transf. e subsídios correntes concedidos e prest. sociais	1.934.360 €	9,3	2.428.230 €	10,0	-493.870 €	-20,3
64	Custos com o pessoal	6.242.781 €	30,1	7.370.952 €	30,3	-1.128.171 €	-15,3
65	Outros custos e perdas operacionais	66.664 €	0,3	106.440 €	0,4	-39.776 €	-37,4
66	Amortizações do exercício	4.164.780 €	20,1	3.932.432 €	16,2	232.348 €	5,9
67	Provisões do exercício	133.749 €	0,6	296.274 €	1,2	-162.525 €	-54,9
68	Custos e perdas financeiros	207.128 €	1,0	241.629 €	1,0	-34.501 €	-14,3
69	Custos e perdas extraordinários	671.368 €	3,2	1.962.255 €	8,1	-1.290.887 €	-65,8
TOTAL		20.734.137 €	100,0	24.346.595 €	100,0	-3.612.458 €	-14,8



Conforme se constata no quadro acima, **os custos apresentam, no ano de 2012, uma diminuição global**, quando comparados com o ano anterior, no montante de **3.612.458 euros**, a que corresponde uma variação negativa de **cerca de 15%**. Esta variação decorre do decréscimo da quase totalidade das componentes dos custos totais.

Apesar da rubrica de **Custos com Pessoal** ter apresentado uma diminuição significativa, manteve o peso de 30% no total dos custos. Idêntica situação ocorreu nos **Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)**, **Transferências e Subsídios Correntes Concedidos**, rubricas que mantiveram sensivelmente o mesmo peso no total dos custos apesar das respetivas variações negativas. Por outro lado, a redução dos **Custos e Perdas Extraordinárias** originou a diminuição do peso desta rubrica nos custos totais de 8,1% para 3,2%. De qualquer forma, a estrutura de custos do ano de 2012 manteve-se muito idêntica à do ano anterior, representando os **FSE**, as **Transferências e Subsídios Correntes Concedidos** e os **Custos com o Pessoal** **cerca de 74% do total dos custos**.

O aumento ocorrido na rubrica de Amortizações, que provocou o acréscimo do peso desta rubrica no total dos custos de 16% para 20%, está coerente com a finalização de investimentos que se encontravam em curso e que no ano de 2012, foram transferidos para imobilizado definitivo,

sofrendo o cálculo das respetivas amortizações. Estão nesta situação, por exemplo, os investimentos do Parque Urbano e do Pavilhão Gimnodesportivo de Maceda.

4.1.2.1 Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

No ano de 2012, o Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas, apresentou uma redução de cerca de 28%, face ao ano anterior, em consequência, por um lado, da inexistência de compra de água (matéria prima), e por outro lado, da diminuição dos consumos de materiais armazenáveis (materiais diversos).

Designação	2012		2011		Variação 2012/2011	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo						
Matérias-primas	0 €	0,0	49.554 €	16,4	-49.554 €	-100,0
Materiais diversos	218.740 €	100,0	253.161 €	83,6	-34.421 €	-13,6
TOTAL	218.740 €	100,0	302.715 €	100,0	-83.975 €	-27,7

4.1.2.2 Fornecimento e Serviços Externos

No exercício de 2012, os **Fornecimentos e Serviços Externos** apresentaram uma **diminuição de 611.099 euros**, a que corresponde uma variação negativa de cerca de 8%.

Designação	2012		2011		Variação 2012/2011	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Subcontratos						
Transportes escolares	47.394 €	0,7	247.390 €	3,2	-199.996 €	-80,8
Refeições escolares	630.830 €	8,9	679.425 €	8,8	-48.595 €	-7,2
Resíduos sólidos	1.733.223 €	24,4	1.756.223 €	22,8	-23.000 €	-1,3
Fornecimento e serviços						
Electricidade	1.605.922 €	22,6	1.494.316 €	19,4	111.606 €	7,5
Combustíveis	113.834 €	1,6	110.790 €	1,4	3.044 €	2,7
Água	129.705 €	1,8	163.289 €	2,1	-33.584 €	-20,6
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	177 €	0,0	156 €	0,0	21 €	13,6
Livros e documentação técnica	406 €	0,0	558 €	0,0	-152 €	-27,2
Material de escritório	8.058 €	0,1	1.729 €	0,0	6.329 €	366,0
Artigos para oferta	30.063 €	0,4	9.096 €	0,1	20.967 €	230,5
Material de educação, cultura e recreio	6.862 €	0,1	9.558 €	0,1	-2.696 €	-28,2
Rendas e alugueres	317.350 €	4,5	405.320 €	5,3	-87.970 €	-21,7
Despesas de representação	0 €	0,0	664 €	0,0	-664 €	100,0
Comunicação	129.997 €	1,8	207.610 €	2,7	-77.613 €	-37,4
Seguros	87.179 €	1,2	117.720 €	1,5	-30.541 €	-25,9
Transporte de mercadorias	0 €	0,0	375 €	0,0	-375 €	-100,0
Deslocações e estadas	5.030 €	0,1	9.963 €	0,1	-4.933 €	-49,5
Contencioso e notariado	134.904 €	1,9	58.668 €	0,8	76.236 €	129,9
Conservação e reparação	195.484 €	2,8	365.024 €	4,7	-169.540 €	-46,4
Publicidade	23.560 €	0,3	43.269 €	0,6	-19.709 €	-45,5
Limpeza, higiene e conforto	200.277 €	2,8	77.793 €	1,0	122.484 €	157,4
Vigilância e segurança	192.896 €	2,7	225.767 €	2,9	-32.871 €	-14,6
Trabalhos especializados	761.254 €	10,7	1.109.365 €	14,4	-348.111 €	-31,4
Formação	3.675 €	0,1	3.156 €	0,0	519 €	16,4
Encargos de cobrança	521.271 €	7,3	220.742 €	2,9	300.529 €	136,1
Outros fornecimentos e serviços	215.217 €	3,0	387.702 €	5,0	-172.485 €	-44,5
TOTAL	7.094.569 €	100,0	7.705.668 €	100,0	-611.099 €	-7,9

Uma vez que algumas rubricas apresentam diminuições, enquanto que outras registam aumentos, elencam-se de seguida algumas justificações que permitem a compreensão das respetivas variações:

- A variação ocorrida na rubrica de **Transportes Escolares** é consequência ainda da alteração do modelo de concessão do apoio municipal, em matéria de transportes escolares, aprovado em reunião de câmara de 02/06/2011, e que entrou em vigor no ano letivo de 2011/2012 e seguintes. Assim, a mencionada deliberação determinou que a concessão dos apoios, através de passe escolar, fosse atribuída conforme as disposições do Decreto-Lei nº 299/84, de 5 de setembro, onde está prevista a concessão de transporte escolar apenas a alunos cuja distância casa-escola (com refeitório) seja igual ou superior a 4 km. Além disso, a atribuição de passe social aos alunos com idade superior ou igual aos 12 anos, medida que já foi implementada no ano letivo de 2011/2012 e seguintes, contribuiu igualmente para a diminuição dos custos. De facto, o passe concedido pela Câmara Municipal tem um valor dependente do preço do bilhete/nº de viagens por dia/nº de dias letivos, enquanto que o passe social tem um valor fixo por mês, independentemente do nº de viagens que se realizem, fazendo com que o seu valor seja sempre inferior a outro tipo de passe, nos meses com mais dias letivos. A maior diminuição verificada no ano de 2012 justifica-se pelo facto destas alterações se aplicarem a todo o ano civil, contrariamente ao que ocorreu no ano de 2011.
- No que se refere aos custos com **Refeições Escolares**, a sua diminuição é coerente com a redução do número de refeições servidas, já anteriormente referida, apesar do acréscimo de custo unitário destas refeições, provocado pelo aumento da taxa de Iva de 13% para 23%, ocorrido a partir de outubro de 2011.
- No ano de 2012, o preço unitário relativo quer à recolha, quer ao tratamento de **Resíduos Sólidos** sofreu um aumento, face ao ano anterior, de 3,6% e 2%, respetivamente. No entanto os custos associados à prestação deste serviço registaram uma diminuição, decorrente da menor quantidade de resíduos produzida no Município de Ovar (26.492,90 toneladas no ano de 2011 e 25.749,20 toneladas no ano de 2012), situação coerente com a atual conjuntura de crise económico-financeira, que mais do que compensou o aumento de preços já referidos.
- Muito embora se tenha dado continuidade à estratégia de redução de custos iniciada no ano anterior, a rubrica de custos com **Eletricidade** registou um aumento no ano de 2012, face ao ano transato. No que diz respeito à iluminação pública foram tomadas medidas, no sentido de reduzir o número de colunas de iluminação (sem afetar o serviço público), de acordo com um plano devidamente estruturado e justificado. Relativamente ao fornecimento de eletricidade em baixa tensão, e no que se refere a edifícios municipais, foi objeto de um procedimento para o "Fornecimento de energia Elétrica para Instalações Municipais Abastecidas em BTE", que se traduziu numa redução efetiva destes custos. No entanto, conforme já foi referido, esta rubrica apresenta um aumento que tem a sua

justificação quer no aumento do custo da tarifa, quer na alteração da taxa do Iva de 6% para 23% , a partir de outubro de 2011, uma vez que esse acréscimo se faz sentir durante todo o ano civil de 2012. Além disso, a conclusão dos novos Centros Escolares e consequente entrada em funcionamento no ano letivo de 2012/2013, contribuíram também para o acréscimo de custos nesta rubrica;

- O ligeiro acréscimo registado nos custos com a rubrica de **Combustíveis** decorre do aumento verificado não só no aumento da tarifa do gás, mas também ao aumento do Iva de 6% para 23%, durante todo o ano de 2012, ao contrário do ano anterior, em que esta alteração só teve lugar a partir de outubro de 2011;
- A variação negativa apresentada pela rubrica de **Água** tem origem essencialmente numa estratégia de redução de custos implementada no ano de 2012, ao nível dos sistemas de rega dos jardins, bem como dos equipamentos de cariz decorativo que utilizam água.
- No ano de 2011 os custos da rubrica de **Rendas e Alugueres** incluíam a locação de monoblocos e sanitários no Mercado Municipal de Ovar, que deixa de existir no ano de 2012. Por outro lado, a partir de setembro de 2012 cessou a locação de monoblocos no Centro Escolar de Maceda e dos Combatentes, em virtude da conclusão das respetivas empreitadas. A cessação dos contratos de locação atrás referidos determinaram a evolução negativa desta rubrica, apesar de, no ano de 2012, se ter dado início à locação de monoblocos no Centro Escolar da Regedoura (investimento ainda em curso).
- A variação ocorrida nos custos com **Comunicações** prende-se com procedimentos, implementados no ano de 2012, tendo em vista a otimização das linhas de voz, dados e móvel existentes no Município e a organização de procedimento para as “Comunicações Móveis” que também procurou obter soluções mais vantajosas a menores custos.
- Na sequência do concurso público, organizado no ano de 2011, com produção de efeitos partir de junho desse ano, pelo período de um ano, verificou-se diminuição dos custos com **Seguros** que continuou a fazer-se sentir no ano de 2012. No decurso de 2012, foi organizado novo procedimento de aquisição de serviços de apólices de seguro, que manteve as condições financeiras favoráveis já obtidas no procedimento anterior. Apesar de se ter verificado um aumento no prémio da apólice multirriscos, decorrente do aumento do número de locais de risco ou do seu valor (novo pavilhão gimnodesportivo de Maceda e centros escolares de Combatentes e Maceda implantados nas EB1 dos Combatente e EB1 da Estrada, respetivamente), a diminuição verificada nos restantes prémios, concorreu para a variação negativa apresentada por estes custos.
- O aumento verificado na rubrica de **Contencioso e Notariado** tem a sua explicação no facto de terem sido contabilizados nesta conta os depósitos de valores à ordem do Tribunal,



no âmbito do processo expropriativo litigioso de parcelas de terreno do Parque Urbano de Ovar.

- A variação negativa ocorrida na rubrica de **Conservação e Reparação** resulta quer do decréscimo de custos associados à conservação de edifícios municipais, quer de custos associados a equipamentos, nomeadamente fotocopiadoras. De facto, no ano de 2011, observou-se a existência de reparações de valor substancial na piscina municipal de Ovar, não se tendo verificado conservações de montante idêntico, no ano de 2012.
- A diminuição de custos relacionados com **Publicidade** reside no menor número de publicações e publicações referentes a procedimentos concursais realizados pela Divisão de Recursos Humanos, bem como redução de publicações de editais que, no ano anterior e por força do processo de expropriação de parcelas de terreno no Parque Urbano de Ovar, foram necessárias.
- Uma das razões pela qual a rubrica de **Limpeza e Higiene** regista uma variação positiva face ao ano anterior é pelo facto de, no ano de 2012, incluir os custos com a limpeza de praias os quais no ano anterior foram contabilizados na rubrica de Trabalhos Especializados. A outra razão prende-se com a abertura, no ano de 2012, de um procedimento global para aquisição de serviços de limpeza urbana, higiene pública e limpeza balnear, em vez de serem efetuadas estas aquisições através de procedimentos distintos, de forma a permitir uma maior eficiência na sua execução. De referir que, no âmbito deste procedimento, foi alargada a área de intervenção no que respeita à limpeza de praias e ecopista.
- No ano de 2011, os custos na rubrica de **Vigilância e Segurança** contemplavam encargos decorrentes da vigilância da área do plano de pormenor do núcleo desportivo, a norte de Ovar, que não se verificaram no ano de 2012, o que determinou a variação negativa;
- A rubrica de **Trabalhos Especializados** inclui, no ano de 2011, a execução do projeto HECO, pela Fundação de Carnaval de Ovar, incluído no âmbito das Parcerias para a Regeneração Urbana. Por outro lado, e apesar de, no ano de 2011, o Município de Ovar já não suportar encargos com a prestação de serviços da empresa SIMRIA, por via da adesão à ADRA, ainda se encontra refletida, neste ano, uma fatura desta entidade, de valor significativo, relativa ao ano de 2010. A variação negativa apresentada nesta rubrica justifica-se uma vez que nenhuma das situações atrás referidas se repetiu no ano de 2012. Acresce ainda referir que, esta rubrica incluía, no ano de 2011, o montante suportado com a limpeza de praias que foi contabilizado, no ano de 2012, em Limpeza e Higiene, contribuindo também esta situação para a diminuição ocorrida;
- Os custos com **Encargos de Cobrança** apresentam um aumento decorrente do pagamento de encargos de avaliação geral associados ao Imposto Municipal de Imóveis

(IMI), no ano de 2012, no montante de cerca de 310.000 euros, na sequência do disposto no artigo 15º-M do Código do IMI, aditado pela Lei 60-A/2011, de 30 de novembro, cuja regulamentação foi efetuada pela Portaria nº 106/2012, de 18 de abril.

- A diminuição apresentada pela rubrica **Outros Fornecimentos e Serviços** tem a sua justificação no facto de, no ano de 2011, terem ocorrido eventos, que não se repetiram no ano de 2012, tais como o Festival Multimédia e o Festival Ciclável, este último realizado no âmbito do projeto Cicloria. Por outro lado, no ano de 2011, esta rubrica incluiu pagamentos relativos a participação nas mesas de voto, decorrentes da existência de atos eleitorais, que não se verificaram no ano de 2012.

4.1.2.3 Custos com o Pessoal

A rubrica de **Custos com o Pessoal** apresentou um decréscimo de **1.128.171 euros**, a que corresponde uma variação negativa de 15,3%.

Designação	2012		2011		Variação 2012/2011	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Remunerações	5.205.771 €	83,4	6.002.435 €	81,4	-796.664 €	-13,3
Pensões	27.602 €	0,4	0 €	0,0	27.602 €	---
Contribuições para a Segurança Social	708.147 €	11,3	907.923 €	12,3	-199.776 €	-22,0
Seguros	43.220 €	0,7	58.657 €	0,8	-15.437 €	-26,3
Outros custos pessoal	258.041 €	4,1	401.937 €	5,5	-143.896 €	-35,8
TOTAL	6.242.781 €	100,0	7.370.952 €	100,0	-1.128.171 €	-15,3

A variação negativa ocorrida ao nível dos custos com **Remunerações** tem origem fundamentalmente na diminuição do número de trabalhadores da autarquia, com contrato de trabalho a termo resolutivo (no final de 2011 existiam 31 pessoas nesta situação e no final de 2012 apenas 22). A esta situação não é alheia a imposição prevista no artigo 48º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro (OE para 2012) para as autarquias locais, de reduzir o número de trabalhadores, até ao final do 3º trimestre do ano de 2012, de acordo com os seguintes critérios:

- a) Autarquias locais que, no período relativo aos anos de 2009,2010 e 2011, tenham reduzido em 10% ou mais o número de trabalhadores relativamente aos existentes em 31 de dezembro de 2008 reduzem, no mínimo, em 1% o número de trabalhadores existentes em 31 de dezembro de 2011;
- b) Autarquias locais que, no período relativo aos anos de 2009,2010 e 2011, tenham reduzido em menos de 10% o número de trabalhadores relativamente aos existentes em 31 de dezembro de 2008 reduzem, no mínimo, em 2% o número de trabalhadores existentes em 31 de dezembro de 2011;
- c) Autarquias locais que, no período referido nas alíneas anteriores, tenham mantido ou aumentado o número de trabalhadores relativamente aos existentes em 31 de dezembro de 2008 reduzem, no mínimo, em 3% o número de trabalhadores existentes em 31 de dezembro de 2011;

No caso concreto do Município de Ovar, esta redução teria que ser de 1%, o que correspondia a 4 trabalhadores face aos critérios apresentados. Foi cumprida a imposição atendendo a que a autarquia reduziu em 14 o seu nº de trabalhadores face à mesma data do ano anterior.

É importante ainda referir que, para além da redução de trabalhadores já atrás mencionada, a autarquia encontrava-se condicionada no recrutamento de trabalhadores para a constituição de relações jurídicas de emprego por tempo indeterminado, por força do disposto no nº 46º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro (OE para 2012), pelo que, à semelhança do ano anterior, procurou suprir as suas necessidades em articulação com o Instituto de Emprego e Formação Profissional.

O corte dos subsídios de férias e de natal, previstos no artigo 21.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, que previa a suspensão dos mesmos a todos os trabalhadores com vencimentos superiores a 1.100 euros e que, progressivamente, os diminuía para quem auferia vencimentos entre 600 euros e 1.100 euros, foi também determinante.

Na rubrica relativa a **Pensões**, encontra-se registado o valor atribuído a título de pensões por acidentes de serviço.

No que diz respeito aos custos relacionados com a rubrica de **Contribuições**, a sua diminuição é coerente com a variação ocorrida nos custos das remunerações do pessoal.

A diminuição registada nos custos com **Seguros** resulta do facto das condições incluídas no novo procedimento organizado no ano de 2012 para aquisição de “Apólices de Seguro”, terem em consideração, para o seguro de acidentes de trabalho em particular, uma massa salarial menor, em consequência dos motivos expostos anteriormente.

A rubrica de **Outros Custos com Pessoal** inclui os montantes pagos a título de despesas de saúde relativos aos colaboradores da Camara Municipal de Ovar, bem como as transferências para o Serviço Nacional de Saúde (SNS) efetuadas de acordo com o estipulado no artº 67º do Decreto-Lei nº 29-A/2011, de 01 de março. Muito embora as transferências para o SNS não tenham sofrido qualquer alteração, as despesas de saúde já mencionadas registaram uma diminuição, determinando o sentido da variação destes custos, face ao ano anterior.

4.1.2.4 Transferências e Subsídios Correntes Concedidos

A rubrica de **Transferências e Subsídios Correntes Concedidos** registou, no ano de 2012, uma diminuição global de cerca de 20%, a que corresponde o valor de 493.871 euros.

Designação	2012		2011		Variação 2012/2011	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Municípios	630 €	0,0	12.951 €	0,5	-12.321 €	-95,1
Freguesias	521.019 €	26,9	467.212 €	19,2	53.807 €	11,5
Instituições sem fins lucrativos	971.531 €	50,2	1.586.344 €	65,3	-614.813 €	-38,8
Agrupamento de escolas	99.757 €	5,2	121.321 €	5,0	-21.564 €	-17,8
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0 €	0,0	2.250 €	0,1	-2.250 €	-100,0
Famílias	106.174 €	5,5	52.655 €	2,2	53.519 €	101,6
Prestações sociais	235.249 €	12,2	185.498 €	7,6	49.751 €	26,8
TOTAL	1.934.360 €	100,0	2.428.230 €	100,0	-493.871 €	-20,3

Na sequência das pretensões manifestas por algumas juntas de freguesia, o protocolo de delegação de competências celebrado entre a Câmara Municipal de Ovar e essas entidades, para o ano de 2012, sofreu alterações de valor ao nível das verbas atribuídas, quer a título de transferências correntes, quer a título de transferências de capital (alíneas a) e b) do nº 2 da cláusula quarta do referido protocolo). Assim, o valor anual das verbas a transferir para as **Freguesias** manteve o valor de 800.000 euros mas a sua distribuição alterou-se, tendo o valor relativo a transferências correntes aumentado em 24.400 euros, em detrimento do valor das transferências de capital. A rubrica de custos com transferências para freguesias apresenta uma variação positiva, não só pela razão atrás mencionada, mas também porque foram transferidas verbas relativas a publicidade num valor superior ao verificado no ano transato. Acresce referir que, no ano de 2012, a junta de Esmoriz recebeu apenas uma prestação, em virtude do não cumprimento das obrigações constantes na cláusula terceira do mencionado protocolo, razão pela qual a variação apresentada não é ainda mais dilatada.

No que se refere às **Transferências para Instituições sem Fins Lucrativos**, a sua diminuição decorre do facto de, no ano de 2011, esta rubrica incluir um valor de 530.000 euros, relativo a transferências de atividades de enriquecimento curricular que cessaram no ano letivo 2011/2012, dado que a partir do ano letivo de 2011/2012, o Município de Ovar deixou de assumir a qualidade de entidade promotora destas atividades. Por essa razão, no ano de 2012 não houve necessidade de efetuar transferências desta natureza para as entidades parceiras (executoras). Por outro lado, verificou-se uma diminuição de apoios concedidos a instituições de âmbito cultural, no que se diz respeito a transferências para atividades pontuais, e a instituições de cariz social no que concerne a atividades de caráter regular.

A variação negativa ocorrida nas transferências para os **Agrupamentos de Escolas** é consequência do reajustamento no plano de financiamento destas instituições de acordo com alterações nas circunstâncias que servem de base aos critérios de apoio, concretamente decréscimo do número de alunos (de 3039 no ano letivo de 2011/2012 para 2739 no ano letivo 2012/2013), diminuição do número de turmas e diminuição do número de edifícios escolares (decorrente da abertura no ano letivo 2012/2013 dos Centros Escolares de Maceda e dos Combatentes).

Na rubrica de **transferências para as Famílias** está refletido o apoio concedido pela Autarquia ao arrendamento para habitação no mercado privado, enquadrado no âmbito do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, bem como a atribuição de **bolsas para alunos do ensino superior**. No ano de 2012, este valor contempla não só verbas atribuídas em candidaturas de apoio ao arrendamento referentes a este ano, mas também

montantes que se reportam à segunda e terceira fases de candidaturas deste apoio, do ano de 2011, as quais foram deliberadas em reunião de câmara de 07/12/2011 e 05/04/2012, respetivamente.

O valor registado nas **prestações sociais** inclui o apoio concedido ao nível dos transportes escolares já referido anteriormente, os encargos com a contratação de pessoal, através da modalidade de Contratos de Emprego e Inserção (CEI), em estreita colaboração com o IIEFP e ainda, no ano de 2012, os descontos na faturação de água concedidos aos beneficiários do cartão sénior. O acréscimo verificado nesta rubrica decorre não só dos benefícios atribuídos a detentores do cartão sénior, mas também do facto dos apoios aos transportes escolares se reportarem a todo o ano civil, ao contrário do que aconteceu no ano anterior.

4.1.2.5 Outros Custos e Perdas Operacionais

No que se refere aos **Outros Custos e Perdas Operacionais** contabilizados, constata-se **uma diminuição de 39.776 euros**, a que corresponde uma variação de 37,4%.

Designação	2012		2011		Variação 2012/2011	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Impostos e Taxas	11.520 €	17,3	43.478 €	40,8	-31.958 €	-73,5
Quotizações	55.144 €	82,7	54.596 €	51,3	548 €	1,0
Indemnizações	0 €	0,0	8.366 €	7,9	-8.366 €	-100,0
TOTAL	66.664 €	100,0	106.440 €	100,0	-39.776 €	-37,4

A diminuição global desta rubrica de custos tem origem quer no decréscimo dos Impostos e Taxas, quer das Indemnizações, não apresentando esta última qualquer valor no ano de 2012.

Relativamente à variação dos custos de Impostos e Taxas, a sua justificação tem a ver fundamentalmente com a diminuição do imposto sobre o rendimento retido nos juros que remuneram as contas de depósitos à ordem, que registaram uma diminuição acentuada, conforme foi referido na análise efetuada no ponto 4.1.1.5-Proveitos e Ganhos Financeiros.

4.1.2.6 Custos e Perdas Financeiras

No ano de 2012, a rubrica de Custos e Perdas Financeiras registou uma diminuição de 34.501 euros, a que corresponde uma variação negativa de 14,3%, em consequência do decréscimo quer dos juros de médio e longo prazo, quer dos outros custos e perdas financeiras.

Designação	2012		2011		Variação 2012/2011	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Juros de empréstimo de médio e longo prazo	199.077 €	96,1	215.464 €	89,2	-16.387 €	-7,6
Outros custos e perdas financeiras	8.051 €	3,9	26.165 €	10,8	-18.114 €	-69,2
TOTAL	207.128 €	100,0	241.629 €	100,0	-34.501 €	-14,3

4.1.2.7 Custos e Perdas Extraordinários

A rubrica dos **Custos Extraordinários** apresenta um decréscimo de cerca de 66%, a que corresponde o valor de **1.290.887 euros**.

Designação	2012		2011		Variação 2012/2011	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Transferências de Capital Concedidas						
Administração central	0 €	0,0	204.000 €	10,4	-204.000 €	-100,0
Administração local freguesias	266.933 €	39,8	403.600 €	20,6	-136.667 €	-33,9
Administração local outros	16.801 €	2,5	881.130 €	44,9	-864.329 €	-98,1
Instituições sem fins lucrativos	327.525 €	48,8	388.866 €	19,8	-61.341 €	-15,8
Outras transferências de capital concedidas	0 €	0,0	3.806 €	0,2	-3.806 €	---
Perdas em imobilizações	0 €	0,0	1.450 €	0,1	-1.450 €	-100,0
Multas e penalidades	120 €	0,0	102 €	0,0	18 €	---
Correcções relativas a exercícios anteriores						
Restituições	12.581 €	1,9	2.025 €	0,1	10.556 €	521,3
Outras correcções	36.680 €	5,5	3.537 €	0,2	33.143 €	937,0
Outros custos extraordinários	6.612 €	1,0	9.127 €	0,5	-2.515 €	-27,6
Indemnizações	4.116 €	0,6	64.612 €	3,3	-60.496 €	-93,6
TOTAL	671.368 €	100,0	1.962.255 €	100,0	-1.290.887 €	-65,8

No ano de 2011, o montante contabilizado na rubrica de **Transferências de Capital para a Administração Central** englobou os valores pagos ao Ministério da Defesa, no âmbito do protocolo para a mudança de paióis na base aérea de Maceda, o qual registou o seu último pagamento no mês de setembro de 2011, não apresentando, por essa razão, qualquer valor no ano de 2012.

Apesar do protocolo de delegação de competências celebrado entre a Câmara Municipal de Ovar e as Juntas de Freguesias, para o ano de 2012, ter apresentado uma diminuição relativamente às transferências de capital, conforme já referido anteriormente no ponto 4.1.2.4.-Transferências e Subsídios Correntes Concedidos, a diminuição que se observa ao nível das **Transferências de Capital para a Administração Local -Freguesias**, resulta do facto da Junta de Esmoriz ter recebido apenas uma prestação do montante atribuído nesse protocolo, uma vez que não cumpriu as obrigações aí constantes na cláusula terceira, o que originou uma diminuição de custos.

No ano de 2011, o valor das **Transferências de Capital para a Administração Local -Outras** reflete o custo da realização de capital do Município de Ovar na sociedade Pólis da Ria de Aveiro, efetuado através da CIRA. Por acordo entre as partes contratantes, o respetivo cronograma financeiro foi objeto de reajustamento, não tendo sido efetuada qualquer transferência no ano de 2012. O valor apresentado nesta rubrica, no ano de 2012, refere-se apenas ao custo do Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transporte da Região de Aveiro, promovido pela CIRA.

Apesar dos apoios concedidos ao investimento, no ano de 2012, terem sofrido um decréscimo, a diminuição observada nos custos com **Transferências de Capital para Instituições sem Fins Lucrativos** tem a sua principal justificação na atual conjuntura de crise económico financeira, que impossibilita as associações de realizarem investimentos.

O valor apresentado na rubrica de **Correções Relativas a Exercícios Anteriores** refere-se a uma restituição solicitada pela DREC, de verbas referentes a atividades extra curriculares do ano letivo 2009/2010, a qual foi articulada com a Ovarforma, e a montantes que se reportam ao ano de 2011, mas que não foram objeto de especialização do exercício nesse ano.

A variação apresentada pela rubrica de **Indemnizações** resulta da diminuição de custos a assumir pelo Município, no âmbito de processos de responsabilidade civil, acionados por particulares lesados.

4.2 Análise Comparativa da Evolução da Estrutura do Balanço

Com a apreciação e análise comparativa do **Balanço** face ao ano transato, pretende-se **analisar a evolução da situação patrimonial** do Município de Ovar a 31 de dezembro de 2012.

O Balanço é constituído pelos seguintes elementos patrimoniais:

- ✓ **Ativo**, que agrega o conjunto de **bens e direitos da Autarquia**, assim como os acréscimos e diferimentos, os quais estão organizados de forma **crescente pelo critério da liquidez**.
- ✓ **Passivo**, constituído pelo conjunto das **obrigações da autarquia**, provisões para fazer face a riscos e encargos e os acréscimos e diferimentos (acréscimos de custos e proveitos diferidos).
- ✓ **Fundos Próprios**, que expressam o valor do património do Município, das reservas constituídas e dos resultados (transitados líquidos), sendo uma medida residual na demonstração da posição financeira (ativos menos passivos).

A estrutura patrimonial do Município de Ovar, bem como a sua evolução entre os exercícios de 2011 e de 2012, é então apresentada no quadro seguinte:

Descrição	2012		2011		Variação 2012/2011	
	Activo Líquido	Peso de cada rubrica (%)	Activo Líquido	Peso de cada rubrica (%)	Variação Bruta	%
Activo						
Imobilizado	100.903.267	89,4	90.109.510	86,2	10.793.757	12,0
Existências	114.199	0,1	130.839	0,1	-16.640	-12,7
Dívidas de Terceiros	4.102.127	3,6	4.487.459	4,3	-385.333	-8,6
Disponibilidades	7.650.618	6,8	9.813.917	9,4	-2.163.299	-22,0
Acréscimos e Diferimentos	38.614	0,0	21.082	0,0	17.532	83,2
Total Activo	112.808.825	100,0	104.562.808	100,0	8.246.018	7,9
Fundos Próprios e Passivo						
Fundos Próprios						
Património	47.844.363	42,4	47.844.363	45,8	0	0,0
Ajustamento partes capital em empresas	101.160	0,1	101.160	0,1	0	-
Reservas	4.020.866	3,6	3.875.427	3,7	145.439	3,8
Subsídios	675.660	0,6	675.660	0,6	0	-
Doações	48.645	0,0	48.645	0,0	0	0,0
Reservas decorrentes de transf. ativos	-7.659.479	-6,8	-7.659.479	-7,3	0	-
Resultados Transitados	23.373.396	20,7	20.489.912	19,6	2.883.484	14,1
Resultado Líquido	3.036.291	2,7	2.908.779	2,8	127.511	4,4
Total Fundos Próprios	71.440.902	63,3	68.284.467	65,3	3.156.435	4,6
Passivo						
Provisões para riscos e encargos	150.000	0,1	150.000	0,1	0	0,0
Dívidas a Terceiros						
Dívidas a Terceiros - M/L prazo	5.722.055	5,1	7.468.231	7,1	-1.746.176	-23,4
Dívidas a Terceiros - Curto prazo	4.066.626	3,6	4.704.334	4,5	-637.708	-13,6
Acréscimos e Diferimentos	31.429.242	27,9	23.955.775	22,9	7.473.467	31,2
Total Passivo	41.367.923	36,7	36.278.340	34,7	5.089.583	14,0
Total Passivo + Fundo Próprio	112.808.825	100,0	104.562.808	100,0	8.246.018	7,9

No decurso de 2012, o **Activo aumentou 7,9%, ou seja 8.246.018 euros**, em resultado de um aumento do Imobilizado (cerca de 10,8 milhões de euros) e dos Acréscimos e Diferimentos, apesar das diminuições verificadas ao nível das rubricas de Existências, Dívidas de Terceiros e Disponibilidades. Para além das amortizações de capital que se venciam durante o ano de 2012, no montante de 795.172 euros, importa referir que, no final do ano, foi efetuada uma amortização extraordinária a um empréstimo de médio e longo prazo, no valor de 1,2 milhões de euros, a qual influenciou significativamente a rubrica de disponibilidades.

As variações já referidas determinaram o aumento do peso Imobilizado no total do Activo (evoluindo de 86,2% para 89,4%), e, em simultâneo, a diminuição do peso relativo da rubrica de Disponibilidades (de 9,4% para 6,8%).

O **Passivo aumentou 14,0%**, fruto do **aumento dos Acréscimos e Diferimentos em cerca de 7,5 milhões de euros**, apesar da diminuição das Dívidas a Terceiros em 2,3 milhões de euros. A análise do passivo a efetuar neste ponto, contempla uma alteração face ao relatório de prestação de contas do ano anterior, que consiste no facto das amortizações de capital dos empréstimos de médio e longo prazo, a pagar ao ano seguinte, serem agora apresentadas como dívidas de curto prazo. Esta opção do Município em discriminar no balanço as dívidas a instituições de crédito

atendendo à sua maturidade, deve-se à adoção do critério da exigibilidade da dívida e não da sua natureza, conforme preconizado pelo POCAL. Assim, são apresentadas como dívidas de curto prazo os montantes a pagar no prazo igual ou inferior a um ano, e de médio e longo prazo, valores a pagar com prazo superior a um ano.

A análise do passivo efetuada no relatório de prestação de contas do ano de 2011 não teve isto em consideração, uma vez que no ano usado como termo de comparação (2010) não tinha sido efetuada esta desagregação, pelo que os valores não seriam comparáveis.

Por seu lado, os **Fundos Próprios** verificaram um **aumento de 4,6%**, em consequência essencialmente da variação ocorrida na rubrica de Resultados Transitados.

4.2.1 Análise da Estrutura do Ativo

Em 2012, o Município de Ovar apresenta um **Ativo Líquido de 112,8 milhões de euros**, o que comparativamente ao ano de 2011, significa um **aumento de 8,2 milhões de euros**.

O Ativo é constituído maioritariamente por **Imobilizado**, a que corresponde um **peso estrutural de 89,4%**. Apesar de em termos percentuais as **Disponibilidades** corresponderem apenas a 6,8% do Ativo, é de relevar o seu valor absoluto de **7,6 milhões de euros**.

Comparativamente com o ano de 2011, a estrutura do Ativo não variou significativamente, conforme se verifica nos gráficos seguintes:



Para uma análise das variações em termos percentuais e absolutos, apresenta-se o quadro seguinte:

VARIAÇÃO DO ATIVO

Designação	2012		2011		Variação 2012/2011	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Imobilizado	100.903.267 €	89,4	90.109.510 €	86,2	10.793.757 €	12,0
Existências	114.199 €	0,1	130.839 €	0,1	-16.640 €	-12,7
Dívidas de terceiros	4.102.127 €	3,6	4.487.459 €	4,3	-385.333 €	-8,6
Disponibilidades	7.650.618 €	6,8	9.813.917 €	9,4	-2.163.299 €	-22,0
Acréscimos e diferimentos	38.614 €	0,0	21.082 €	0,0	17.532 €	83,2
TOTAL	112.808.825 €	100,0	104.562.808 €	100,0	8.246.018 €	7,9

Dos valores expostos, verifica-se que o aumento de 8,2 milhões de euros do Ativo é justificado essencialmente pelo **aumento do Imobilizado** em cerca de 10,8 milhões de euros, o qual mais do que compensa a **diminuição das Disponibilidades** em 2,1 milhões de euros.

Relativamente às rubricas com menor peso no Ativo, verifica-se que diminuíram as Dívidas de Terceiros em 385 mil euros e as Existências em 16 mil euros, e aumentaram os Acréscimos e Diferimentos em 17 mil euros, mantendo-se sensivelmente idêntico o seu peso no total do Ativo.

4.2.1.1 Análise da Estrutura do Imobilizado

A rubrica do **imobilizado** atingiu a 31 de dezembro de 2012, **101 milhões de euros**, o que representa um **aumento de cerca de 10,8 milhões de euros** comparativamente com igual período de 2011, o que reflete o esforço desenvolvido pela Autarquia, na conclusão de um conjunto de infraestruturas de relevo no Município, conforme demonstra a execução do Plano Plurianual de Investimentos.

ESTRUTURA DO IMOBILIZADO LIQUIDO

Designação	2012		2011		Variação 2012/2011	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Bens de domínio público	45.971.109 €	45,6	43.333.863 €	48,1	2.637.246 €	6,1
Imobilizações incorpóreas	536.498 €	0,5	647.775 €	0,7	-111.277 €	-17,2
Imobilizações corpóreas	51.964.103 €	51,5	43.696.314 €	48,5	8.267.789 €	18,9
Investimentos financeiros	2.431.558 €	2,4	2.431.558 €	2,7	0 €	0,0
TOTAL	100.903.267 €	100,0	90.109.510 €	100,0	10.793.757 €	12,0

O valor do **imobilizado bruto**, à data de **31/12/2012**, é de **135.138.542,35 euros**, verificando-se ainda que este valor fica aquém do valor real do património do Município de Ovar.

Com o intuito de suprimir esta limitação, no decurso de 2012, foi lançado um concurso público para prestação de serviços de “Inventariação e Reconciliação Físico-Contabilística/ Avaliação de Bens Móveis e Avaliação do Património Imóvel de Domínio Privado e de Domínio Público”, o qual, até a presente data, se encontra em curso.

Assim, considerando que as **amortizações acumuladas** ascendem ao montante de **34.235.275,36 euros** - ver Mapa das Amortizações e Provisões no ponto 8.2.7 das Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados - resulta um **Imobilizado Corpóreo Líquido de 100.903.266,99 euros**.

4.2.1.2 Análise das Existências

O valor apresentado ao nível das existências decompõe-se da seguinte forma:

MATERIAIS DE CONSUMO

Designação	2012		2011		Variação 2012/2011	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Materiais de consumo - Armazéns	114.199 €	100,0	130.839 €	100,0	-16.640 €	-12,7
TOTAL	114.199 €	100,0	130.839 €	100,0	-16.640 €	-12,7

O valor registado em 2012 na rubrica de **Existências** em stock é de **114 mil euros**, a que corresponde uma **diminuição de 12,7 %** comparativamente com o ano anterior.

A redução verificada, é resultado do esforço conjunto de redução das compras de material armazenável e da otimização dos já stocks já existentes.

4.2.1.3 Análise das Dívidas de Terceiros

As **Dívidas de Terceiros**, contabilizadas em 31 de dezembro de 2012, ascendem ao montante de **4.102.127 euros**, discriminado de acordo com o quadro seguinte:

DIVÍDAS DE TERCEIROS

Designação	2012		2011		Variação 2012/2011	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Cientes c/c						
Outros	1.258 €	0,0	1.155 €	0,0	103 €	8,9
Utentes c/c						
Serviços culturais	812 €	0,0	1.463 €	0,0	-652 €	-44,5
Serviços desportivos	10.921 €	0,3	9.902 €	0,2	1.020 €	10,3
Resíduos sólidos	188.697 €	4,6	260.433 €	5,8	-71.737 €	-27,5
Parque de campismo	26.717 €	0,7	17.646 €	0,4	9.071 €	51,4
Outros	2.145 €	0,1	2.399 €	0,1	-254 €	-10,6
Cientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	25.247 €	0,6	37.094 €	0,8	-11.847 €	-31,9
Outros devedores						
Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo	847.401 €	20,7	1.154.941 €	25,7	-307.540 €	-26,6
IFDR - Instituto Financeiro Desenv. Regional, I.P.	948.198 €	23,1		0,0	948.198 €	100,0
Município da Murtosa	149.543 €	3,6		0,0	149.543 €	100,0
REFER, E.P.	302 €	0,0	302 €	0,0	0 €	0,0
Águas Douro e Paiva		0,0	150.000 €	3,3	-150.000 €	-100,0
ADRA-Águas da Região de Aveiro	1.689.272 €	41,2	2.799.080 €	62,4	-1.109.808 €	-39,6
Outros	30.450 €	0,7	49.920 €	1,1	-19.470 €	-39,0
Estado e Outros Entes Públicos						
IVA a recuperar	181.165 €	4,4		0,0	181.165 €	100,0
Imposto de selo		0,0	3.116 €	0,1	-3.116 €	-100,0
Instituto de Conservação da Natureza		0,0	6 €	0,0	-6 €	-100,0
TOTAL	4.102.127 €	100,0	4.487.459 €	100,0	-385.332 €	-8,6

O valor em dívida relativo à rubrica de **Utentes** é de **229.292 euros**, o que representa uma redução de 62.552 euros face a 2011. Esta redução é fundamentalmente justificada pelo aumento do valor cobrado relativo a tarifa de **Resíduos Sólidos Urbanos**.

A rubrica de **Outros Devedores**, com um saldo de **3,6 milhões de euros**, assume-se como o valor mais representativo do saldo da Dívida de Terceiros, sendo também a rubrica com as maiores variações face a 2011. Assim, os saldos que integram esta rubrica são compostos pelo(a):

- ✓ **Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo**, com um saldo de **847 mil euros**, em resultado de um protocolo estabelecido pelo Município de Ovar com esta entidade, relativo à construção do **Parque Urbano de Ovar**. Durante o ano de 2012, ao abrigo deste protocolo foram recebidos 307 mil euros.

- ✓ **IFDR – Instituto Financeiro de Desenvolvimento Regional, I.P.**, é composto por um saldo de **948 mil euros**, que corresponde à receita liquidada relativa a participações a receber no âmbito do **QREN-Quadro Referência Estratégico Nacional**. As obras mais significativas que compõem este saldo, são respeitantes ao *Pavilhão Gimnodesportivo de Arada, Centro Escolar dos Combatentes, Centro de Escolar de Maceda e Escola de Artes e Ofícios*.
- ✓ **Município da Murtosa**, que apresenta um saldo de **149 mil euros**, respeitante ao projeto **Ciclória** e às participações em falta, sendo este projeto uma iniciativa promovida pelos Municípios da Murtosa, Estarreja e Ovar.
- ✓ **AdRA – Águas da Região de Aveiro**, com um saldo de **1.689,272 euros**. O valor em dívida é referente ao Contrato de Parceria Pública, assinado no ano de 2010, entre o Estado Português, Autarquias da Região e o Município de Ovar (ao qual já outros municípios da região tinham aderido) com vista à gestão e exploração dos serviços de água e saneamento pela empresa ADRA – Águas da Região de Aveiro, S.A. No ano de 2012, ao abrigo deste contrato a Autarquia recebeu 1,1 milhões de euros.

No que se refere à rubrica do **Estado e Outros Entes Públicos**, o saldo de **181.165 euros**, é referente à recuperação de IVA não deduzido mas passível de dedução, relativo aos anos de 2008 a 2011, no âmbito de procedimento de “Otimização do Iva”, adjudicado à empresa Deloitte & Associados, SROC S.A.

4.2.1.4 Análise das Disponibilidades

As Disponibilidades que totalizam **7.650.618 euros**, são constituídas na sua maioria por depósitos em Instituições Financeiras, sendo os maiores valores referentes ao **Banco Santander** com 4,2 milhões de euros e à **Caixa Geral de Depósitos** com 3,3 milhões de euros.

DISPONIBILIDADES

Designação	Valor
Caixa	851 €
Depósitos em Instituições Financeiras	7.649.767 €
Caixa Geral de Depósitos	3.324.059 €
BPI	23.862 €
Banco Espírito Santo	53.528 €
Banco Santander	4.214.122 €
Nova Caixa Galicia	4.465 €
Banco Montepio Geral	29.730 €
TOTAL	7.650.618 €

O valor total de Disponibilidades indicado, divide-se em **Saldo de Gerência Orçamental, no valor de 6.398.451,94 euros, e de Operações de Tesouraria, no valor de 1.252.166,51 euros** – ver mapa de Fluxos de Caixa.

A variação ocorrida reflete o esforço de investimento realizado pela Autarquia, no ano de 2012, bem como a diminuição das dívidas a terceiros de curto e médio e longo prazo.

4.2.1.5 Análise dos Acréscimos e Diferimentos

A rubrica de **Acréscimos e Diferimentos** apresenta, no ano de 2012, um aumento de cerca de 17.532 euros.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Designação	2012		2011		Variação 2012/2011	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Acréscimo de proveitos						
Juros a receber	1.654 €	4,3	6.631 €	31,5	-4.977 €	-75,1
IFAP	12.200 €	31,6	0 €	0,0	12.200 €	100,0
Lusitaniagás	18.030 €	46,7	0 €	0,0	18.030 €	100,0
Custos diferidos						
Rendas	6.405 €	16,6	6.680 €	31,7	-275 €	-4,1
Seguros	326 €	0,8	7.439 €	35,3	-7.113 €	-95,6
Outros custos		0,0	332 €	1,6	-332 €	-100,0
TOTAL	38.614 €	100,0	21.082 €	100,0	17.532 €	83,2

Ao nível dos **Acréscimos de Proveitos**, pelo facto de, em 2012, a contabilidade ter encerrado a 28 de dezembro, procedeu-se a uma especialização de verbas recebidas a 31 de dezembro de 2012 nas contas bancárias do Município, respeitantes ao IFAP-*Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas* e da Lusitaniagás - *Companhia de Gás do Centro S.A.* Por seu lado, os Juros a Receber demonstram uma diminuição de 4.977 euros, em resultado da diminuição das taxas Euribor verificada no decurso de 2012, situação explicada com maior detalhe no ponto 4.1.1.5 - *Proveitos e Ganhos Financeiros*, deste relatório.

No que se refere aos **Custos Diferidos**, a relevar a diminuição da especialização de Seguros, em resultado dos prémios a pagar no âmbito das apólices contratadas, no ano de 2012, coincidirem com o ano civil.

4.2.2 Análise da Estrutura do Passivo

No ano de 2012, a rubrica do Passivo registou um aumento de **5.089.583 euros**, a que corresponde uma variação de 14,0%.

ANÁLISE DO PASSIVO

Designação	2012		2011		Variação 2012/2011	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Provisões para riscos e encargos	150.000 €	0,4	150.000 €	0,4	0 €	0,0
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo	5.722.055 €	13,8	7.468.231 €	20,6	-1.746.176 €	-23,4
Dívidas a terceiros - curto prazo	4.066.626 €	9,8	4.704.334 €	13,0	-637.708 €	-13,6
Acréscimos e Diferimentos	31.429.242 €	76,0	23.955.775 €	66,0	7.473.467 €	31,2
TOTAL	41.367.923 €	100,0	36.278.340 €	100,0	5.089.583 €	14,0

O aumento de cerca de 5,1 milhões de euros face ao ano anterior, é justificado fundamentalmente pelo incremento dos Acréscimos e Diferimentos em cerca de 7,5 milhões de euros. Apesar de se ter verificado uma diminuição global das Dívidas a Terceiros em 2,3 milhões de euros, este montante foi inferior ao aumento já referido na rubrica de Acréscimos e Diferimentos.

Face à variação ocorrida nas Dívidas de Terceiros, quer a curto prazo, quer a médio e longo prazo, o seu peso no total do passivo reduziu-se de 33,6% para 23,6%.

Pelo contrário, a rubrica de Acréscimos e Diferimentos aumentou o seu peso no total do passivo em 10 pontos percentuais, registando, no ano de 2012, o valor de 31,4 milhões de euros.

4.2.2.1 Análise do Passivo – Médio e Longo Prazo

O Passivo de Médio e Longo Prazo do Município de Ovar é exclusivamente constituído pelas dívidas a Instituições de Crédito, conforme descrito no quadro seguinte:

DÍVIDAS A TERCEIROS - Médio e Longo Prazo

Designação	2012		2011		Variação 2012/2011	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Médio e Longo Prazo						
Caixa Geral de Depósitos	2.711.571 €	47,4	2.966.749 €	39,7	-255.179 €	-8,6
Nova Caixa Galicia	1.751.168 €	30,6	3.015.494 €	40,4	-1.264.326 €	-41,9
BPI	686.850 €	12,0	813.130 €	10,9	-126.280 €	-15,5
BFS	384.074 €	6,7	453.906 €	6,1	-69.832 €	-15,4
INH	188.393 €	3,3	218.952 €	2,9	-30.559 €	-14,0
TOTAL	5.722.055 €	100,0	7.468.231 €	100,0	-1.746.176 €	-23,4

No decorrer do exercício 2012, a dívida de médio e longo prazo para com Instituições de Crédito foi reduzida em **1.746.176 euros**, a que corresponde uma variação negativa de 23,4%. Confrontando este valor com o montante apresentado na execução orçamental da despesa, ao nível da classificação económica relativa a passivos financeiros (1.995.172 euros), verifica-se uma diferença de 248.996 euros. A justificação desta diferença é explicada pela inclusão na execução orçamental de 233.010 euros de redução de dívida a instituições de crédito, apresentada como dívida de curto prazo (*explicado no ponto seguinte deste relatório*), e pela inscrição orçamental na rubrica da receita, relativa a passivos financeiros, de 15.986 euros, tendo em vista o reconhecimento contabilístico da utilização de capital, referente ao empréstimo nº 9015/005183/191, prevista na 3ª Revisão ao Orçamento da Despesa e às Grandes Opções do Plano de 2012. A variação da dívida a instituições de crédito, referente a empréstimos de médio e longo prazo contratados, é apresentada no quadro seguinte:

Designação	2012		2011		Variação 2012/2011	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Dívidas a inst.crédito - Médio Longo Prazo	5.722.055 €	91,1	7.468.231 €	90,4	-1.746.176 €	-23,4
Dívidas a inst.crédito - Curto Prazo	556.865 €	8,9	789.875 €	9,6	-233.010 €	-29,5
TOTAL	6.278.920 €	100,0	8.258.105 €	100,0	-1.979.186 €	-24,0

Assim, se ao valor da redução apresentada, no montante de 1.979.186 euros, for somado o valor de 15.986 euros, é obtido o montante de 1.995.172 euros, constante na execução orçamental. De salientar que o valor apresentado na rubrica de Dívidas a Instituições de Crédito – Curto Prazo não se refere à contratação de empréstimos de curto prazo, mas reflete sim o valor das amortizações de capital a pagar no ano de 2013, relativas a empréstimos de médio e longo prazo já contratados.

Como se constata no gráfico seguinte, entre **2008 e 2012** verifica-se uma **redução acentuada** das Dívidas de Médio e Longo Prazo, em **aproximadamente 5 milhões de euros**.



Durante o ano de 2012, para além da manutenção da tendência de redução da Dívida, foi feito um **esforço acrescido** por via de uma **amortização extraordinária** no empréstimo contratado com a Nova Caixa Galícia no valor de **1,2 milhões de euros**, dada a disponibilidade existente e as condições contratadas com aquela entidade.

Para uma leitura mais pormenorizada dos saldos apresentados, poderá ser consultado, o ponto 8.3.6 das Notas ao Balanço e Demonstração dos Resultados, o **Mapa dos Empréstimos** que contém informação detalhada das dívidas da Autarquia a Instituições de Crédito.

4.2.2.2 Análise do Passivo – Curto Prazo

No que respeita à rubrica de **Dívidas a Terceiros de Curto Prazo**, verifica-se, no ano de 2012, uma **redução de 637.708 euros, comparativamente com o exercício anterior.**

A diminuição obtida, foi conseguida por via da redução do saldo de Fornecedores e Outros Credores, patente na existência de saldo nulo a 31/12/2012 nas rubricas de Fornecedores (conta corrente) e Fornecedores de Imobilizado, e pela diminuição do montante de empréstimos de médio e longo prazo, concedidos por Instituições de Crédito, espelhado na dívida de curto prazo.

DÍVIDAS A TERCEIROS - Curto Prazo

Designação	2012		2011		Variação 2012/2011	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Dívidas de curto prazo						
Dívidas a instituições crédito	556.865 €	13,7	789.875 €	16,8	-233.010 €	-29,5
Fornecedores	0 €	0,0	171.402 €	3,6	-171.402 €	-100,0
Fornecedores - facturas em recepção e conf.	1.341 €	0,0	203 €	0,0	1.138 €	561,5
Fornecedores de imobilizado	0 €	0,0	37.888 €	0,8	-37.888 €	-100,0
Estado e outros entes públicos	87.757 €	2,2	127.561 €	2,7	-39.804 €	-31,2
Outros credores	3.420.663 €	84,1	3.577.406 €	76,0	-156.743 €	-4,4
TOTAL	4.066.626 €	100,0	4.704.334 €	83,2	-637.708 €	-13,6

De forma a evidenciar melhor o conteúdo de cada componente das dívidas de curto prazo, recomenda-se a observação do **Mapa de Endividamento**, no ponto 8.3.6 das Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados. Convém referir que, na análise ao mapa referido, é necessário ter em conta que o valor apresentado não coincide com o valor do Balanço, pelo facto de este disponibilizar o saldo de cada conta (diferença entre o débito e o crédito), ao contrário do Mapa do Endividamento que apenas faz referência ao saldo credor de cada conta de terceiros. Por outro lado, existem contas que aparecem a somar no Mapa do Endividamento, e que no Balanço surgem a abater no Ativo.

Acresce ainda salientar, que a opção pela apresentação como dívida de curto prazo, no balanço, do valor afeto à estimativa das amortizações a pagar em 2013, relativas a empréstimos de médio e longo prazo, não tem reflexo no Mapa do Endividamento.

Designação	Valor
Mapa do Endividamento	3.511.384 €
Dívidas a instituições de crédito C/P	556.865 €
Valores não evidenciados no passivo do Balanço	-1.623 €
Valor do Balanço - Passivo curto prazo	4.066.626 €

De referir que, do valor da **dívida patrimonial de curto prazo contabilizada** em 4.066.625 euros, o **Município não apresenta dívida orçamental**, como evidenciado no quadro seguinte:

Designação	Valor
Balanço - Passivo curto prazo	4.066.626 €
Valores a abater	
Operações de Tesouraria	-1.251.443
SIMRIA	-2.256.977
Facturas em recepção e conferência	-1.341
Dívidas a instituições de crédito C/P	-556.865
Valor da dívida orçamental	0 €

No que diz respeito ao montante relativo à SIMRIA, o valor de 2.256.977 euros corresponde à diferença entre os valores faturados, até 31 de Dezembro de 2006, por esta entidade e o montante que resulta do produto do caudal efetivamente entregue pelo Município de Ovar ao sistema pela respetiva tarifa. A liquidação do valor atrás referido foi objeto de um acordo transacional, celebrado entre a Simria e o Município de Ovar, em 06 de Novembro de 2008, o qual estabelece que essa liquidação será efetuada na exata medida da distribuição de dividendos e por montantes não inferiores aos mesmos.

4.2.2.3 Análise dos Acréscimos e Diferimentos

Esta componente do passivo compreende dois grandes fatores de especialização do exercício, designadamente, o cálculo dos custos com férias e subsídio de férias referentes a 2012, mas a pagar no ano 2013 (incluídos na conta de Acréscimo de Custos) e os subsídios recebidos, destinados a investimento, registados nos Proveitos Diferidos.

Relativamente à rubrica de acréscimos de custos, o valor contabilizado compreende, entre outros, os seguintes movimentos:

Designação	Subsídio de Férias	Férias	Encargos Patronais	Total
Pessoal dos Quadros	112.886 €	305.372 €	84.995 €	503.253 €
Pessoal a termo	8.216 €	23.817 €	7.608 €	39.640 €
TOTAL	121.101 €	329.189 €	92.603 €	542.893 €

Face ao exercício anterior, verifica-se uma redução de cerca de 97.423 euros, em resultado da diminuição de funcionários no Município, conforme detalhado no ponto 4.1.2.3 – *Custos com o Pessoal* deste relatório.

Por outro lado, a rubrica de **Acréscimo de Custos** inclui o valor de 134.074 euros relativos ao acréscimo de custos relacionados com o fornecimento de bens e serviços externos, reportados ao exercício 2012, mas cuja contabilização foi efetuada em 2013, uma vez que o documento de despesa apenas deu entrada na Câmara nesse ano.

Avançando a análise para a rubrica de **Proveitos Diferidos**, o quadro a seguir apresentado ilustra a desagregação dos subsídios para investimento, bem como os valores que vão sendo movimentados numa base sistemática para a conta de proveitos (7983 - Transferências de capital), na percentagem correspondente à amortização do respetivo imobilizado. Assim, o subsídio vai sendo repartido pelos diversos anos em que se utiliza o bem, existindo uma correlação entre os custos e os proveitos.


luis


V. H.

SUBSÍDIOS PARA INVESTIMENTO

Designação	Total Valores Imputados	Amortizações Acumuladas Anteriores	Amortização do Exercício	Amortizações Acumuladas do Exercício	Total Líquido
Sede da Junta de Freguesia de Ovar	37.410 €	1.549 €	258 €	1.807 €	35.603 €
Rua Alexandre Sá Pinto	6.251 €	1.470 €	368 €	1.838 €	4.414 €
Requalificação do parque urbano - Ovar	1.264.714 €	0 €	70.318 €	70.318 €	1.194.396 €
Posto de Turismo Fundouro	145.827 €	5.469 €	1.823 €	7.291 €	138.535 €
IMTT- PI Cam.Ferro Km300,176 Linha Norte/Madna	42.518 €	17.007 €	2.126 €	19.133 €	23.385 €
IMTT - PS à Linha Norte ao Km 304,681	465.578 €	93.116 €	23.279 €	116.394 €	349.183 €
I.N.D - Polidesportivos Descobertos - Lameiro/Cortegaça/S. João	44.892 €	17.957 €	2.245 €	20.201 €	24.691 €
Cave do Edifício dos Paços Concelho	144.542 €	14.552 €	1.807 €	16.359 €	128.183 €
Protocolo de Sinalização Automática	26.685 €	8.005 €	1.354 €	9.340 €	17.345 €
Sinalização Automática - Av. Correios/F.N 327	5.893 €	2.357 €	295 €	2.652 €	3.241 €
Passagem Superior Peões - Válega	100.055 €	20.011 €	5.003 €	25.014 €	75.042 €
Beneficiação Caminho Chão Rijo	131.034 €	45.862 €	6.552 €	52.413 €	78.620 €
Constr. Escada PS Km 295,498 Linha Norte - Válega	31.922 €	9.577 €	1.596 €	11.173 €	20.749 €
R. Cipriano e 1º Maio e dos Silvas Drenag. Agu. Pluv.	98.712 €	9.871 €	4.936 €	14.807 €	83.905 €
PS Rodoviária ao km 304,681 da Linha Norte - Amada	190.393 €	19.039 €	9.520 €	28.559 €	161.834 €
POE - Rem. da Ilumin. Pública no Concelho de Ovar	79.957 €	23.987 €	3.998 €	27.985 €	51.972 €
Aquisição Reab. 6 fogos no empreendimento Sargaçal	128.440 €	7.593 €	1.605 €	9.198 €	119.241 €
Construção de 20 fogos no antigo Matadouro - Ovar	400.579 €	13.780 €	6.890 €	20.670 €	379.909 €
Aranjo Urbanístico do Largo S. João	5.945 €	1.564 €	313 €	1.876 €	4.069 €
Beneficiação da Rua Nova - Válega/Avanca	103.870 €	31.161 €	5.193 €	36.354 €	67.515 €
Arrumamento nascente Quartel B.V. Esmonz	87.158 €	39.221 €	4.358 €	43.579 €	43.579 €
Beneficiação Rua da Ordem - Maceda	106.006 €	45.283 €	5.300 €	50.583 €	55.423 €
Remodelação Amp. - Cortegaça Esc. Gavinho	85.901 €	3.505 €	584 €	4.089 €	81.812 €
Ligação Carvalho de Cima a Carv. de Baixo	126.169 €	50.468 €	6.308 €	56.776 €	69.393 €
Pavimentação R. da Igreja Válega	73.810 €	32.072 €	3.690 €	35.762 €	38.047 €
Alargamento Pontão Fontainha - Válega	185.756 €	74.303 €	9.288 €	83.590 €	102.166 €
Benef. Rua Nova Válega/Avanca	264.388 €	97.729 €	13.219 €	110.949 €	153.439 €
Aranjo envol. Capela N.Sra. Desterro-Atada 1ª e 2ª	302.340 €	105.819 €	15.117 €	120.936 €	181.404 €
Aranjo Envolv. Capela N.Sra. Desterro-Atada 3ª F	197.409 €	69.458 €	9.870 €	79.328 €	118.080 €
Esc. Primária Ponte Nova nº 2 - S. João - 1ª e 2ª Fase	104.655 €	9.414 €	1.308 €	10.722 €	93.932 €
Benef. CM1156/T. Jugal-Atada e R. Jugal-1ª 2ª F- Maceda	157.913 €	68.235 €	7.896 €	76.131 €	81.782 €
Remodelação da Avenida da Régua	594.633 €	237.853 €	29.732 €	267.585 €	327.048 €
Remod. e Ampliação da Escola Primária da Ribeira	20.289 €	1.775 €	254 €	2.029 €	18.260 €
Construção Jardim Infância de Regedouta - Válega	115.438 €	2.886 €	1.443 €	4.329 €	111.109 €
Construção Jardim Infância da Vinha - Esmonz	115.770 €	2.964 €	1.482 €	4.446 €	111.324 €
Construção Jardim Infância Ponte Nova nº 1 - S. João	112.125 €	1.547 €	774 €	2.321 €	109.804 €
Capela S. Lourenço-Arran. Urb. Zona Env. - SV Pereira	92.925 €	23.231 €	4.646 €	27.878 €	65.048 €
Requalificação EM 527 - Av. Da Praia de Cortegaça	496.604 €	70.915 €	35.458 €	106.373 €	390.231 €
Centro de Arte de Ovar	1.731.108 €	43.278 €	21.639 €	64.917 €	1.666.191 €
Consolid. Marg. Rio Cáster e Ribeir. Nª Srª Graça - Ovar	617.620 €	58.291 €	30.881 €	89.172 €	528.448 €
Requalificação da Fonte dos Combatentes - Ovar	49.540 €	977 €	337 €	1.314 €	48.227 €
Req. da Praça Republica e Arruam. Envolv. Ovar	282.718 €	13.333 €	14.136 €	27.469 €	255.249 €
Benef. Mercado Municipal Ovar - Exec. Muro Sup. Ved. Nort/Nasc.	183.212 €	2.188 €	1.236 €	3.424 €	179.788 €
Beneficiação da Rua Dr. Manuel Arala - Ovar	75.310 €	7.923 €	3.961 €	11.884 €	63.426 €
Remodelação Avª da Praia/Alargam. Da Ponte - Esmonz	929.952 €	92.066 €	48.915 €	140.981 €	788.971 €
Renovação da Iluminação Pública do Centro de Ovar	99.272 €	0 €	0 €	0 €	99.272 €
HISCO-Habit. Experimentação Criatividade Ovar	4.110 €	0 €	0 €	0 €	4.110 €
Centro Escolar de Maceda	1.438.293 €	0 €	0 €	0 €	1.438.293 €
Centro Escolar dos Combatentes	2.463.180 €	0 €	0 €	0 €	2.463.180 €
Com. Ovar	28.930 €	0 €	0 €	0 €	28.930 €
Palo	1.198 €	0 €	0 €	0 €	1.198 €
Benef. R. Dr. Francisco Zagalo e João de Deus	186.954 €	0 €	0 €	0 €	186.954 €
Benef. R. Fonte Casal/R. M. Lamarão/R. Luis Camões	166.801 €	7.668 €	8.148 €	15.816 €	150.985 €
Parque Urbano de Ovar	998.567 €	0 €	55.520 €	55.520 €	943.046 €
Beneficiação Fonte Casal/Julho Dimis	15.545 €	0 €	777 €	777 €	14.767 €
Beneficiação R. Gondozende	397.956 €	18.915 €	19.898 €	38.813 €	359.143 €
Beneficiação Rua Granja/Travessa Granja	212.332 €	10.217 €	10.617 €	20.834 €	191.498 €
Pavim. Dren. Aguas Pluvias R. Irmãos Oliveira Lopes	239.704 €	14.516 €	14.544 €	29.059 €	210.645 €
Beneficiação cidade Pernik	259.108 €	0 €	0 €	0 €	259.108 €
Pavilhão Gimnodesportivo de Maeda	931.157 €	0 €	11.639 €	11.639 €	919.517 €
Beneficiação do Mercado Municipal de Ovar	1.297.290 €	0 €	0 €	0 €	1.297.290 €
Elab. Plano Mun. Emergência de Proteção Civil Ovar	18.314 €	0 €	0 €	0 €	18.314 €
Pav. Gimnodesportivo Amada	1.071.228 €	0 €	0 €	0 €	1.071.228 €
Ecopista - Mobilidade Termonal	550.541 €	0 €	0 €	0 €	550.541 €
Qualificação Ambiental do Bucquinho - Cortegaça	1.200.306 €	0 €	0 €	0 €	1.200.306 €
Valorização Empresarial Azulejo Tradicional Ovar	72.645 €	0 €	3.632 €	3.632 €	69.013 €
Reab/Ampliação Casa Museu Júlio Dimis - PRL	312.640 €	0 €	0 €	0 €	312.640 €
Escola Arte e Oficinas - PRL	155.851 €	0 €	0 €	0 €	155.851 €
Projeto Cidona-POVI - Cidonia	91.000 €	0 €	0 €	0 €	91.000 €
Projeto Cidona-POVI - Biodetas	28.413 €	0 €	7.103 €	7.103 €	21.310 €
Projeto Cidona-POVI - Terminais mov.gua multim.	12.915 €	0 €	2.583 €	2.583 €	10.332 €
Projeto Cidona-POVI - Sinaletica paineis informativos	17.215 €	0 €	3.443 €	3.443 €	13.772 €
Revitalização do Centro Histórico de Ovar	114.329 €	28.582 €	5.716 €	34.299 €	80.030 €
Programa Aveiro Digital - Sal On Line	68.535 €	51.401 €	17.134 €	68.535 €	0 €
Programa Aveiro Digital - Sal On Line	7.465 €	3.732 €	1.866 €	5.598 €	1.866 €
Aveiro Digital - SIGRIA	16.705 €	12.528 €	4.176 €	16.705 €	0 €
Aveiro Digital - BIBRIA	1.677 €	1.257 €	419 €	1.677 €	0 €
Aveiro Digital - BIBRIA	2.172 €	1.086 €	543 €	1.629 €	543 €
Aveiro Digital - SECURRIA	6.351 €	4.765 €	1.588 €	6.351 €	0 €
Aveiro Digital - AMBIRIA	713 €	534 €	178 €	713 €	0 €
Operação + Mana	61.391 €	0 €	0 €	0 €	61.391 €
CIRA-Eficiência hídrica Psona	4.783 €	0 €	0 €	0 €	4.783 €
TOTAIS	23.119.551 €	1.653.862 €	590.815 €	2.244.676 €	20.874.874 €

No ano de 2012, foi então contabilizado o montante de 590.815 euros como proveito do exercício, o que determinou um valor final de 20.874.874 euros para a conta de subsídios ao investimento.

Por fim, a rubrica de **Proveitos Diferidos** inclui o valor de 9.877.400 euros resultantes do contrato de concessão estabelecido com a ADRA – Águas da Região de Aveiro, S.A. e do auto de cedência de infraestruturas celebrado com a entidade Águas do Douro e Paiva, S.A.

No quadro seguinte apresenta-se a desagregação daquele montante:

Designação	Valor do Contrato	Proveitos de Exercícios Anteriores	Proveito do Exercício	Proveito para Exercícios Seguintes
ADRA – Águas da Região de Aveiro	9.058.490 €	181.170 €	181.170 €	8.696.150 €
Águas do Douro e Paiva	1.350.000 €	84.375 €	84.375 €	1.181.250 €
TOTAL	10.408.490 €	265.545 €	265.545 €	9.877.400 €

4.2.3 Análise da Estrutura dos Fundos Próprios

Os **Fundos Próprios** do Município, a 31 de dezembro de 2012, apresentam um aumento de **3.156.435 euros**, comparativamente a 2011.

EVOLUÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS

Designação	2012		2011		Variação 2012/2011	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Património	47.844.363 €	67,0	47.844.363 €	70,1	0 €	0,0
Ajustamento partes capital em empresas	101.160 €	0,1	101.160 €	0,1	0 €	0,0
Reservas Legais	1.858.456 €	2,6	1.713.017 €	2,5	145.439 €	8,5
Reservas Livres	2.162.411 €	3,0	2.162.411 €	3,2	0 €	0,0
Subsídios	675.660 €	0,9	675.660 €	1,0	0 €	0,0
Doações	48.645 €	0,1	48.645 €	0,1	0 €	0,0
Reservas decorrentes de transf. ativos	-7.659.479 €	-10,7	-7.659.479 €	-11,2	0 €	0,0
Resultados transitados	23.373.396 €	32,7	20.489.912 €	30,0	2.883.484 €	14,1
Resultado líquido do exercício	3.036.291 €	4,3	2.908.779 €	4,3	127.511 €	4,4
TOTAL	71.440.902 €	100,0	68.284.467 €	100,0	3.156.435 €	4,6

O aumento evidenciado no quadro anterior, é explicado não só pelo distribuição do **Resultado Líquido do exercício** de 2011 (**2.908.779 euros**) pelas rubricas de Reservas Legais e Resultados Transitados, mas também pelo acréscimo apresentado pelo Resultado Líquido de 2012, face ao ano anterior. No ano de 2012, a rubrica de Resultados Transitados incorpora ainda o valor de cerca de 120.000 euros relativo a um excesso de estimativa de remunerações a liquidar calculada no ano de 2011, que se entendeu dever ser relevada nesta rubrica, em vez de afetar diretamente o Resultado do Exercício de 2012 (através da respetiva conta de proveitos).

4.2.4 Indicadores de Análise

No quadro seguinte encontram-se calculados alguns indicadores de análise que sintetizam a informação atrás apresentada. Convém salientar que no cálculo destes indicadores se teve em consideração a adoção do critério da exigibilidade da dívida e não da sua natureza, sendo incluído como passivo de curto prazo o valor das amortizações de capital a pagar no ano de 2013, o que não se verificou aquando do cálculo destes indicadores no relatório de gestão e contas do ano anterior, por questões de comparabilidade já atrás mencionadas.

INDICADORES DO ACTIVO E PASSIVO

Indicadores	2012	2011
Estrutura do Activo		
Activo fixo / Activo Total	89,45%	86,18%
Activo Circulante / Activo Total	10,55%	13,82%
Activo fixo / Activo Circulante	848%	623%
Estrutura do Passivo		
Passivo longo prazo / Passivo Total	58,46%	61,35%
Passivo curto prazo / Passivo Total	41,54%	38,65%
Passivo de longo prazo / Passivo de curto prazo	140,71%	158,75%

No que se refere ao **Activo**, é possível observar pelos indicadores apresentados, o crescimento do Activo Fixo face ao Activo Circulante, bem como no total do Activo, em consequência dos investimentos realizados pelo Município de Ovar, no ano de 2012.

Relativamente ao **Passivo**, podemos constatar a tendência, já ocorrida em 2011, de diminuição do peso do Passivo de Médio e Longo Prazo no Passivo total. Por outro lado, o peso do Passivo de curto prazo no Passivo total aumenta.

Através da análise dos indicadores financeiros que se consideram mais relevantes, constata-se que, no decorrer do ano 2012, **o Município de Ovar continua a apresentar valores muito favoráveis ao nível destes indicadores, à semelhança do que já acontecia no ano anterior.**

INDICADORES FINANCEIROS

Indicadores	2012	2011
Curto Prazo		
Liquidez Geral		
Ativo Circulante / Passivo curto prazo	2,93	3,07
Liquidez Reduzida		
Ativo Circulante - Stocks / Passivo curto prazo	2,90	3,04
Liquidez Imediata		
Ativo Disponível / Passivo curto prazo	1,88	2,09
Médio e Longo Prazo		
Solvabilidade		
Fundo Próprios / Passivo	1,73	1,88
Autonomia Financeira		
Fundo Próprios / Activo Total Líquido	0,63	0,65
Endividamento		
Fundo Próprios / Passivo médio e longo prazo	12,49	9,14

Deste modo, no que se refere aos indicadores de curto prazo, nomeadamente à liquidez, é possível verificar que o Município de Ovar continua a apresentar, no ano de 2012, valores do ativo que mais do que compensam o valor do passivo de curto prazo.

Em relação à situação a médio e longo prazo do Município, é de salientar a evolução positiva do rácio de endividamento, refletindo uma maior capacidade de financiamento através dos fundos próprios.


Em termos de **prazo médio de pagamento**, o cálculo deste indicador foi efetuado com base nos critérios utilizados pela DGAL e apresentado por esta entidade na aplicação SHIAL (Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais), registando, no ano de 2012, o valor de 3 dias. O quadro seguinte apresenta a evolução deste indicador nos últimos 4 anos.

	2012	2011	2010	2009
Prazo médio pagamento(dias)	3	5	13	7



4.3 Endividamento Municipal

4.3.1 Enquadramento


O endividamento municipal tem o seu enquadramento legal efetuado na Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro (Lei das Finanças Locais), alterada pelas Leis nºs 22 -A/2007, de 29 de junho, 66 -A/2007, de 31 de dezembro, e 3 -B/2010, de 28 de abril, devendo, ser observados, no ano de 2012, os limites estabelecidos no artigo 66º, da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro (Orçamento do Estado para 2012), alterada pelas Leis nº 20/2012, de 14 de maio e 64/2012, de 20 de dezembro.



Assim, no que se refere ao endividamento líquido, a Lei do Orçamento de Estado para 2012, estabelece que em 31 de dezembro de 2012, o valor deste endividamento não pode ser superior ao observado em 31 de dezembro do ano anterior. Por seu lado, nos termos do nº 1 do artigo 36º da Lei nº2/2007, de 15 de janeiro, na redação atual, entende-se como endividamento líquido a diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos ativos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros.



Em relação à contração de novos empréstimos de médio e longo prazo, a mesma lei refere que a celebração de novos contratos deste tipo é limitada ao valor resultante do rateio do montante global das amortizações efetuadas pelos municípios no ano de 2010 proporcional à capacidade de endividamento disponível para cada município, sem prejuízo das exceções consideradas na Lei das Finanças Locais. Podem ainda excecionar-se do limite imposto em 2012 a celebração de contratos de empréstimo a autorizar por despacho do membro do Governo responsável pela área das finanças, em situações excecionais devidamente fundamentadas, e tendo em conta a situação económica e financeira do país, designadamente no âmbito do QREN e da reabilitação urbana e incluindo o empréstimo quadro do Banco Europeu de Investimento (BEI).



Para efeitos do cálculo do limite do endividamento líquido e do limite de empréstimos contraídos, o conceito de endividamento líquido total de cada município inclui, de acordo com o disposto no artigo 36º da Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro:

- a) o endividamento líquido e os empréstimos das associações de municípios proporcional à participação do município no seu capital social;
- b) o endividamento líquido e os empréstimos das entidades que integram o setor empresarial local, proporcional à participação do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no Regime Jurídico da Atividade Local e das Participações Locais (artigo 40º, da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o referido regime);

Estão ainda excecionados, quer dos limites do endividamento líquido total, quer do limite dos empréstimos de médio e longo prazo, o saldo relativo a empréstimos de médio e longo prazo já excecionados ao abrigo de legislação específica, tais como:

- Empréstimos contraídos até 31/12/2002 para aquisição, construção ou recuperação de imóveis destinados a habitação social (Lei nº 42/98, de 6 de agosto, com as alterações entretanto introduzidas);
- Empréstimos contraídos até 31/12/2001 para execução de projetos participados por fundos comunitários (artº 32º da Lei nº 42/98, na redação dada pelo artº 28º da LOE/2000);

- Empréstimos contraídos em 2002 para execução de projetos comparticipados por fundos comunitários (alínea c) do artº 7º da Lei nº 16-A/2002, de 31 de maio – 1ª alteração à LOE/2002);
- Empréstimos contraídos em 2007 para execução de programas de habitação social, renovação de áreas urbanas degradadas ou para reabilitação de equipamentos destruídos pelos incêndios abrangidos pelo nº 9 do artº 33º da LOE/2007 (Despacho 22262/2007, de 03/11).

Dado que o Município de Ovar detém empréstimos nas condições acima referidas, estes foram excecionados dos limites quer do endividamento líquido total, quer dos empréstimos de médio e longo prazo.

No que se refere aos limites dos empréstimos de curto prazo, e relativamente ao ano de 2012, o seu enquadramento legal encontra-se disposto, também, na Lei nº 2/2007 (artigo 39º), onde se determina que o montante dos contratos de empréstimos a curto prazo e de aberturas de crédito não pode exceder, em qualquer momento do ano, 10% da soma do montante das receitas provenientes de impostos municipais, das participações dos municípios no FEF e da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do setor empresarial local relativas ao ano anterior

4.3.2 Limites Legais do Endividamento

De acordo com o nº 1, do artigo 66º Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro, o valor do endividamento líquido de cada município em 31 de dezembro de 2012, não pode ser superior ao observado em 31 de dezembro do ano anterior, sendo o limite apresentado pela Direção Geral Autarquias Locais (DGAL) para o Município de Ovar de -5.687.986€. Este valor significa que, em 31/12/2011, os valores ativos eram superiores aos valores passivos neste montante, uma vez que o montante de endividamento líquido é equivalente à diferença entre a soma dos passivos e a soma dos ativos, conforme já atrás referido.

Assim, a situação do **endividamento líquido** do Município de Ovar, a 31 de dezembro de 2012, apresenta-se seguidamente:

Limites em 2012 - Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro (OE para 2012)

(A)	Limite - Valor do endividamento líquido a 31/12/2011	-5.687.986 €
(B)	Endividamento Líquido Total em 31-12-2012 CMO	-5.751.330 €
(B-A)		-63.344 €

O montante do endividamento líquido apresentado no quadro acima inclui apenas o endividamento do Município de Ovar, uma vez que:

- A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e a Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico são entidades de direito privado, pelo que não relevam para o cálculo deste limite;
- A CIRA – Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro não possui endividamento líquido;
- Em relação à empresa municipal Ovarforma – Empresa Municipal Ensino e Formação, foi cumprida, no ano de 2012, a regra de apresentação de resultados anuais equilibrados, prevista no artigo 40º, do Regime Jurídico da Atividade Local e das Participações Locais (Lei nº 50/2012, de 31 de agosto);
- As sociedades comerciais nas quais a Autarquia detém uma participação, ou pertencem ao Setor Empresarial do Estado, ou apresentam resultados anuais equilibrados.

Conforme se pode verificar no quadro acima, foi cumprido o limite do endividamento líquido em 2012, uma vez que o valor deste endividamento a 31/12/2012 é menor do que em 31/12/2011.

Relativamente a **empréstimos de curto prazo, não foi celebrado no ano de 2012 qualquer contrato desta natureza**, pelo que nada há a referir relativamente ao cumprimento do limite destes empréstimos.

No que diz respeito ao **endividamento de médio e longo prazo** a celebração de novos contratos de empréstimos desta natureza, está limitada ao valor resultante do rateio do montante global das amortizações efetuadas pelos municípios no ano de 2010, proporcional à capacidade de endividamento disponível para cada município, conforme já foi mencionado. O valor do rateio comunicado pela DGAL para o Município de Ovar, e para o ano de 2012, foi de 1.300.696 euros, o que significa que foi este o montante máximo, atribuído a esta autarquia, para contração de novos empréstimos de médio e longo prazo.

Apresenta-se, de seguida, a situação do Município de Ovar, nesta matéria, a 31 de Dezembro de 2012:

Limites em 2012 - Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro (OE para 2012)

(A)	Limite -Valor dos empréstimos de MLP em 31/12/2011(subtraindo as exceções)+valor do rateio	8.327.479 €
(B)	Montante Empréstimos MLP em 31-12-2012	5.142.141 €
	CMO	5.142.141 €
(A-B)	Margem	3.185.338 €
(B/A)	% Utilização	61,75%

O montante de empréstimos de médio e longo prazo para efeitos de cálculo do respetivo limite só inclui valores relativos ao Município de Ovar, pelas mesmas razões que foram apresentadas aquando do cálculo do limite do endividamento líquido.

Conforme se pode verificar no quadro acima, **no ano de 2012 foi igualmente cumprido o limite da dívida de empréstimos de médio e longo prazo.**

4.3.3 Dívida Desagregada por Rubricas

O quadro seguinte evidencia o montante total da dívida desagregada por rubricas e individualizando os empréstimos bancários (excecionado e não excecionados) relativos aos anos de 2012 e 2011:

Conta	Descrição	2012	2011
DÍVIDAS DE EMPRÉSTIMOS			
2312	EMPRÉSTIMOS DE M/L PRAZO	6.278.920 €	8.258.105 €
231211	Empréstimos não excecionados	5.142.141 €	7.026.783 €
23121110101	CGD-9015/002273/491	1.097.299 €	1.209.472 €
23121110102	CGD-9015/005181/591	964.177 €	1.026.070 €
23121110201	BPI-1618654/830/003	401.224 €	461.463 €
23121110202	BPI-1618654-830-002/0666	410.041 €	473.124 €
23121110401	BES-6072.2652.2518	453.906 €	523.738 €
23121110501	Nova Caixa-69550.70.003	1.815.494 €	3.332.916 €
2312112	Empréstimos excecionados	1.136.779 €	1.231.322 €
23121120103	CGD-9015/002370/691	142.893 €	157.934 €
23121120105	CGD-9015/002367/691	23.213 €	28.372 €
23121120106	CGD-9015/002366/891	24.990 €	30.544 €
23121120108	CGD-9015/002365/991	37.429 €	45.747 €
23121120109	CGD-0573/000512/091	153.939 €	164.757 €
23121120110	CGD-9015/005182/391	59.786 €	63.717 €
23121120111	CGD-573/000507/491	152.921 €	163.668 €
23121120112	CGD-9015/005183/191	322.478 €	327.694 €
23123121201	IRHU- 1992.21.0020.2	219.129 €	248.890 €
SUB TOTAL		6.278.920 €	8.258.105 €
OUTRAS DÍVIDAS			
221	FORNECEDORES C/CORRENTE	0 €	171.402 €
228	FORNECEDORES-FACT.RECEP.CONFERENCIA	1.341 €	203 €
2611	FORNECEDORES IMOBILIZADO C/CORRENTE	0 €	37.888 €
24	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	87.757 €	127.561 €
264	ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA	0 €	0 €
262 +	OUTROS CREDORES	3.420.663 €	3.577.406 €
SUB TOTAL		3.509.761 €	3.914.460 €
TOTAL DÍVIDAS		9.788.681 €	12.172.565 €

4.3.4 Lei dos Compromissos

No ano de 2012, foram aprovadas regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, através da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso-LCPA), alterada pela Lei 64/2012, de 20 de dezembro, cujos princípios se aplicaram também às autarquias locais. De acordo com o preconizado no artigo 5º da referida lei, os titulares de cargos políticos, dirigentes, gestores e responsáveis pela contabilidade não podem assumir compromissos que excedam os fundos disponíveis, entendendo-se como tal as verbas disponíveis a muito curto prazo, que incluem, quando aplicável e desde que não tenham sido comprometidos ou gastos:

- i. A dotação corrigida líquida de cativos, relativa aos três meses seguintes;
- ii. As transferências ou subsídios com origem no Orçamento de Estado, relativos aos três meses seguintes;
- iii. A receita efetiva própria que tenha sido cobrada ou recebida como adiantamento;
- iv. A previsão da receita efetiva própria a cobrar nos três meses seguintes;
- v. O produto de empréstimos contraídos nos termos da lei;
- vi. As transferências ainda não efetuadas decorrentes de programas e projetos do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) cujas faturas se encontrem liquidadas e devidamente certificadas ou validadas;
- vii. Outros montantes autorizados a título excecional.

O princípio inerente a esta lei é o de que a execução orçamental não pode conduzir, em qualquer momento, a um aumento dos pagamentos em atraso, sendo que os procedimentos necessários à aplicação desta lei e à operacionalização da prestação desta informação foram estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho.

Ainda relacionado com objetivos de redução do stock da dívida municipal, a Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro (OE para 2012), estabelece no nº 3 do artigo 65º, que até ao final do ano de 2012, as entidades incluídas no subsector da administração local reduzem no mínimo 10% dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no Sistema Integrado de Informação da Administração Local (SIIAL) em setembro de 2011.

Por outro lado, o nº 4, do artigo 65º já mencionado, refere que à redução atrás mencionada acresce a redução equivalente a um sétimo da despesa efetuada com remunerações certas e permanentes no ano de 2011, deduzidos dos valores correspondentes aos subsídios de férias e de natal suportados em 2012 cujo pagamento foi suspenso, a qual deverá ser obrigatoriamente afeta, por esta ordem, à:

- a) Redução dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no SIIAL, em setembro de 2011;

- b) Redução do valor médio dos encargos assumidos e não pagos (EANP) registados no SIAL em setembro de 2011;
- c) Redução do endividamento de médio e longo prazos.

O nº5 do artigo 65º refere ainda que, sem prejuízo do disposto nos números anteriores, até ao final do mês de Junho de 2012 os municípios reduzem no mínimo 5% de pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no SIAL entre junho e dezembro de 2011.

No caso do Município de Ovar os valores relativos aos objetivos de redução são os constantes no quadro seguinte:

Objetivos de redução até final de 2012					
Pagamentos em atraso (PA) em 30/09/2011	nº 3 do artº 65º da LOE/2012	nº 4 do artº 65º da LOE/2012	Total PA a reduzir até final de 2012	Objetivo PA final 2012	A afetar à redução de EANP e amortização de EMLP
(a)	(b)=10% x (a)	(c)	(d)=(b)+ (c)	(e)=(a)- (d), se >0; 0	(f)=(d)- (a), se (d) > (a); 0
0,00 €	0,00 €	612.825,86 €	612.825,86 €	0,00 €	612.825,86 €

O valor de 612.825,86€ corresponde a um sétimo da despesa efetuada com remunerações certas e permanentes no ano de 2011, que deduzido dos valores correspondentes aos subsídios de férias e de natal suportados em 2012, que ascendem ao montante de 254.233,33€, dá o valor da redução a afetar à redução de EANP e amortização de EMLP, ou seja, 358.592,53€.

O valor médio dos EANP registados no SIAL em Setembro de 2011, para o Município de Ovar é de 14.101.028€ e o valor idêntico, reportado a 31 de dezembro de 2012, é de 4.166.648 euros. Assim, o valor da poupança em subsídios de férias e de natal, foi completamente afeto à redução dos EANP.

No que diz respeito às reduções a efetuar até ao final do mês de Junho de 2012, não é aplicável ao Município de Ovar, uma vez que esta autarquia não apresenta pagamentos em atraso.

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

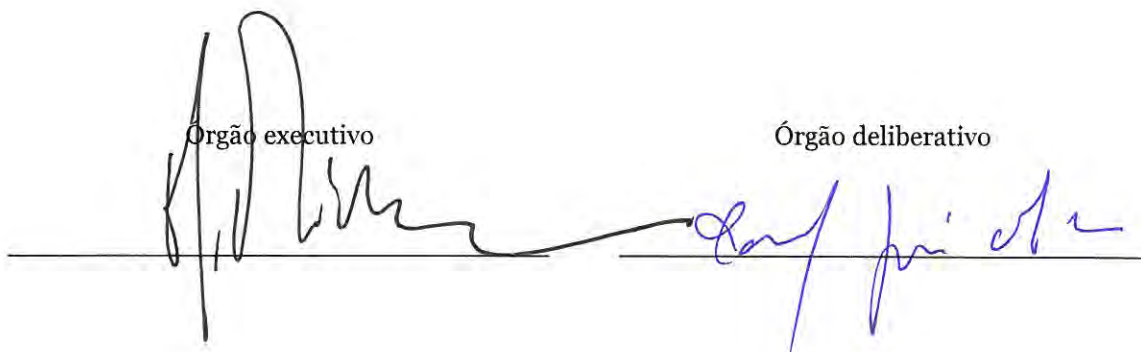
Tendo-se apurado, para o ano contabilístico de 2012, um resultado líquido positivo de 3.036.290,67 euros e, no seguimento das imposições do ponto 2.7.3.5 do POCAL (uma vez que o disposto no ponto 2.7.3.4 não se aplica), propõe-se a seguinte aplicação:

- 571 - Reservas legais: 151.814,54 euros;
- 59 - Resultados transitados: 2.884.476,13 euros.

Ovar, 04 de abril de 2013

Órgão executivo

Órgão deliberativo



A horizontal line contains two handwritten signatures. The signature on the left is in black ink and is positioned under the 'Órgão executivo' label. The signature on the right is in blue ink and is positioned under the 'Órgão deliberativo' label.

Muni
d
Vite